

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 — Série VII — N.º 791
23 de Fevereiro de 1989
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. — Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 — Telex 18390 Composição e impressão — Heska Portuguesa Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa



Reunido em 16 e 17 do corrente, o Comité Central do PCP debateu questões relacionadas com a organização do trabalho de Direcção Central, as eleições para o Parlamento Europeu e a situação política

Reunião do Comité Central

• O trabalho de direcção central

Aprovado conjunto de normas relativas a competências e funcionamento dos Organismos Executivos, das Comissões junto do CC e de outros organismos de apoio ao trabalho central do Partido

• As eleições para o Parlamento Europeu

O CC sublinha a grande importância deste acto eleitoral e as suas inevitáveis repercussões sobre a situação política interna

• A situação política e social

Uma política e um Governo contrários aos interesses do país
— A luta de massas, força decisiva
— A unidade democrática é uma exigência
— graves responsabilidades do PS
— As eleições de 1989
— O PCP, força indispensável

Págs. 1 a 4/Semana

Mobilização geral amanhã

Uma ampla e forte movimentação sindical, com greves em sectores-chave, faz convergir para amanhã uma mobilização, com características nacionais, na defesa de objectivos profundamente populares e de interesse imediato para milhões de trabalhadores

- Função Pública mobiliza-se e mantém reivindicações
- Médicos: continua a movimentação e aumenta a compreensão pública perante as reivindicações do sector. Enfermeiros podem ir para a greve
- Paralisações de 24 horas marcadas para amanhã nos transportes e nas autarquias locais
- Grandes empresas anunciam greves, também para amanhã, incluindo a EDP, os CTT e a Epal

Semana/Págs. 5, 6 e 7



Estudantes exigem suspensão da lei de acesso ao ensino superior

A adesão dos estudantes ao dia nacional de protesto contra o regime de acesso ao ensino superior estabelecido pelo DL. 354/88 ultrapassou todas as expectativas (na foto um pormenor da concentração em Lisboa, junto ao Ministério da Educação)

Semana/Pág. 16

Reforma Agrária

Reunião de quadros do PCP

As respostas adequadas
no momento actual

Págs. 10 e 11/Semana

• Nota do Executivo da Comissão Política

**A meta da inflação
anunciada pelo Governo
é falsa e artificial**

Pág. 8/Semana

• Nota do gabinete de Imprensa do PCP

**PCP propõe
novo cálculo de pensões**

Pág. 14/Semana

CDU discute problemas e prepara eleições

Grande actividade da CDU discutindo os problemas locais, regionais e nacionais e preparando as eleições deste ano para o Parlamento Europeu e as autarquias

Págs. 14 e 15/Semana

Na linha das resoluções do XII Congresso

Numa reunião de dois dias no último fim-de-semana, o plenário do Comité Central do PCP discutiu e aprovou Resoluções sobre três questões de grande actualidade e alcance para a actividade do Partido.

Uma, de importância fundamental para o trabalho geral do Partido, foi a organização e reestruturação do trabalho de Direcção de acordo com as decisões aprovadas pelo XII Congresso.

Outra, o necessário exame da situação política e social sob o Governo do PSD e os seus últimos desenvolvimentos.

Uma terceira, as tarefas e orientações do Partido relativamente às eleições de 18 de Junho do ano em curso para o Parlamento Europeu.

Segunda reunião plenária regular do CC depois do XII Congresso, esta nova sessão do órgão máximo do Partido entre Congressos reafirmou aquela que é uma característica essencial do trabalho de Direcção central do PCP, constitutiva de um valioso capital de experiência acumulada ao longo de distintas épocas e diferentes condições de actuação — o funcionamento colectivo dos seus organismos dirigentes.

Esta segunda reunião regular do CC pôde já avançar em termos definidos na resposta prática às principais exigências e questões colocadas há dois meses e apenas abordadas em termos gerais durante a preparação e a realização do XII Congresso a saber:

— Que medidas e métodos de trabalho de Organização e de Direcção se colocam ao Partido dos trabalhadores portugueses para levar avante e conduzir com êxito, neste limiar do século XXI e nas condições políticas, económicas, sociais e culturais em pleno desenvolvimento numa época em profunda transformação, a luta por uma Democracia Avançada na perspectiva do Socialismo em Portugal.

— Em que situação nacional concreta nos encontramos sob o Governo de direita PSD/Cavaco Silva, qual o avanço do processo da contra-revolução em Portugal e qual a natureza e força da resposta popular e democrática à ofensiva restauracionista dos monopólios sob o impulso do governo cavaquista:

— Quais as tarefas prioritárias imediatas do nosso calendário político para 1989 e que medidas políticas e de organização colocam desde já a todo o Partido.

Depois da ampla renovação do Comité Central operada pelo XII Congresso e da criação de novas estruturas de Direcção, a concretização das decisões tomadas no prazo mais curto possível, não poderia deixar de exigir como exigiu a ponderada atenção e a iniciativa criadora das novas instâncias dirigentes do Partido em particular do seu Comité Central.

A Resolução agora aprovada sobre a organização e estruturação do trabalho de Direcção com vista a pô-lo à altura das suas responsabilidades, tem em conta a complexidade e a di-

versidade dos campos de intervenção do Partido; a necessidade da elevação qualitativa do trabalho e operosidade dos comunistas nas diversas frentes de acção; a definição mais ajustada e precisa das normas de funcionamento e das competências relativas dos Organismos Executivos, das Comissões junto do Comité Central, dos Grupos de Estudo e outros organismos de apoio ao trabalho de direcção central do Partido.

É compreensível que a concretização das Resoluções do XII Congresso para a elevação do estilo de trabalho da Direcção Central de um partido como o PCP e a criação e composição de organismos especializados da actividade partidária e sua coordenação tenham exigido o seu «timing» e não se tenham apresentado como tarefa de rápida execução.

O Comité Central avançou agora na criação de organismos específicos com objectivos precisos, fez o balanço da arrumação já operada ou em vias de operar-se de muitas dezenas de quadros, agora chamados, uns, pela primeira vez, a tarefas de Direcção, outros, deslocados de tarefas e sectores diferentes anteriores, no âmbito da profunda renovação de todo o nosso trabalho dirigente.

E procurou atacar tudo isso sem concessões ao imprevisto e numa necessária corrida contra o tempo.

É agora na prova da vida e nas condições de uma difícil e complexa luta que as medidas tomadas ou a tomar na sequência da reunião do Comité Central irão demonstrar na prática a sua justeza ou exigir a seu tempo as necessárias e eventuais correcções.

Esta é a nossa maneira de trabalhar.

Contudo, para certos partidos do leque político português, para os órgãos de comunicação social da sua área ideológica ou para os anticomunistas das várias áreas, estes dois meses de intenso trabalho de remodelação e reestruturação dos organismos dirigentes do nosso Partido e de todo o trabalho de direcção, este «atraso» na execução prática das Resoluções do XII Congresso, foram sintomas da «crise interna do PCP» (!) da «luta de influências e pela chefia» entre os seus quadros dirigentes (!), são «consequência» da prolongada ausência do seu Secretário-Geral, o camarada Álvaro Cunhal.

É caso para dizer-lhes: Desiludam-se, senhores! Não temos propensão nem tempo para questões dessa ordem. Há muito que fazer, vamos arregaçar as mangas e pôr-nos ao trabalho e fá-lo-emos com a qualificada participação do Secretário-Geral do Partido.

Esta é a realidade do PCP.

De facto a vossa maneira e a vossa realidade são outras. Para o PSD o «chefe» nomeia ou demite os membros do governo; promove ou despromove os dirigentes do seu partido segundo os «lobbles» e as suas simpatias pessoais; decide como amo e senhor da sua orientação política.

Também para o CDS, Freitas vai e Freitas vem;

o «carisma» é o grande critério da nomeação dos dirigentes...

E para vários desses partidos os congressos giram à volta das múltiplas «moções de estratégia», das «eleições primárias» dos candidatos a secretário-geral, mais ou menos numerosos, da prévia contagem de cabeças a favor de uns e outros dos candidatos.

É a sua forma de trabalhar, nada temos a ver com isso. Mas deixai-nos, senhores!, à nossa maneira segundo os nossos métodos colectivos de trabalho, os nossos critérios e princípios, no exercício da democracia interna do nosso Partido, resolver os problemas na verdade complexos da nossa Direcção e da nossa actividade.

O 2.º ponto da ordem de trabalhos da Reunião do Comité Central incidiu sobre a situação política e social actual, sobre os avanços do processo contra-revolucionário sob a conduta do Governo PSD/Cavaco Silva e sobre a resposta popular e democrática de massas e no plano institucional à política antipopular e anti-social de restauração dos monopólios e do capitalismo monopolista de Estado em que se empenha a clique governante.

O Comité Central fez o balanço da ampla movimentação de massas nas últimas semanas, da excepcional combatividade dos trabalhadores e de sectores profissionais muito vastos contra a política governamental que está afectando extensas camadas da nossa população. Alarga-se e aprofunda-se «uma contradição insanável entre a política do Governo e os interesses da imensa maioria do povo português» — diz-se na Resolução Política do CC.

São os interesses parasitários do capital financeiro, principalmente estrangeiro, e dos grandes agrários, o móbil de classe do governo cavaquista.

No plano executivo e no plano legislativo, usando a favor da política da rápida reprivatização de toda a economia e das empresas e serviços do Sector Público e Empresarial do Estado o seu domínio absoluto de sectores decisivos do aparelho do Estado e a sua domesticada maioria na Assembleia da República, o Governo PSD impõe de maneira brutal na vida do País a dinâmica do restauracionismo monopolista com o seu cortejo de miséria, exploração e atropelo dos direitos e garantias sociais dos trabalhadores e do povo, de alta corrupção, de espoliação das camadas e classes da burguesia não monopolista, de liquidação de serviços essenciais de utilidade pública e a sua entrega inconstitucional ao capital privado.

O CC apreçou igualmente o trabalho positivo e a iniciativa política do Grupo Parlamentar do PCP e dos seus aliados em convergência com os restantes partidos da oposição democrática e tomou mais uma vez posição contra o indigno acordo do PS com o PSD para a revisão subversiva da Constituição e a decisão secreta dos

Resumo

15 Quarta-feira

O Instituto Nacional de Estatística anuncia que a inflação se situou nos 10 por cento em Janeiro. Relativamente ao mês de 1988, a subida foi de 12,2 por cento ■ O secretário norte-americano de Estado, James Baker, escala em Lisboa por quatro horas e reúne-se com o Primeiro-Ministro ■ Em declarações à imprensa, José Casanova admite a formação de «uma coligação específica para a Câmara de Lisboa, atendendo à importância desta autarquia» ■ Em Coimbra, tomam posse os novos corpos gerentes da Associação Académica daquela Universidade ■ A Associação Portuguesa da Indústria Farmacéutica insurge-se contra a política governamental sobre o redimensionamento das embalagens, o regime de participações e os medicamentos genéricos ■ Em Estrasburgo, os deputados do PCP defendem o reforço da intervenção dos parlamentos nacionais no processo de integração económica a nível da CEE ■ É concluída a retirada das forças soviéticas estacionadas no Afeganistão.

16 Quinta-feira

Em Lisboa, começa a reunião de dois dias do Comité Central do PCP ■ Em conferência de imprensa, o PRD denuncia que o Governo vai dispendar 640 mil contos em carros de luxo para os gestores hospitalares, mais do que a verba do PIDAC de 1989 para os Hospitais Cívis de Lisboa ■ Em conferência de imprensa, estudantes do ensino secundário anunciam a realização de uma greve de protesto contra a nova lei de acesso ao ensino superior ■ A Força Aérea Portuguesa inicia a operação de desinfecção da zona do Pico Alto, nos Açores, onde se despenhou o avião comercial norte-americano ■ Uma delegação do PS, encabeçada pelo seu secretário-geral, desloca-se às sedes do PSD e do CDS ■ O Banco de Portugal afirma que a variação acumulada do índice de preços no consumidor foi de 11,5 por cento ao longo de 1988 ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova o acordo final sobre o processo de independência da Namíbia, cuja aplicação se inicia a 1 de Abril ■ Em Brazzaville, inicia-se a conferência ministerial CEE-ACP para a revisão da Convenção de Lomé III ■ Pela segunda vez em 24 horas, personalidades trabalhistas de Israel, entre as quais um membro do governo, encontram-se com dirigentes do levantamento palestino nos territórios árabes ocupados ■ A República Popular da China anuncia que prosseguirá as negociações directas com o Vietname sobre uma solução política para o problema do Kampuchea.

17 Sexta-feira

Termina a reunião de dois dias do Comité Central do PCP. Uma reunião

onde se debateram os próximos actos eleitorais e, também, a distribuição de tarefas no trabalho de direcção ■ O chefe de Estado preside à sessão de abertura do V Encontro Internacional de Magistrados ■ Na Assembleia da República, há sessão de perguntas ao Governo. Poluição, campo de tiro de Alcochete e rádios locais são alguns dos temas em discussão ■ O presidente soviético envia ao seu homólogo norte-americano uma mensagem sobre o Afeganistão, não tendo sido divulgado o seu conteúdo ■ A Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas condena as práticas de Israel nos territórios árabes ocupados ■ Em El Salvador, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional anuncia reuniões com dirigentes políticos do país.

18 Sábado



Em Lisboa, professores da Escola Secundária da Cidade Universitária recusam-se a dar «qualquer apoio administrativo» à realização da prova geral de acesso ao Ensino Superior ■ A Comissão Coordenadora da CDU da Amadora decide a recandidatura de Orlando de Almeida à presidência da Câmara Municipal desta cidade ■ O director clínico do hospital da Força Aérea afirma que mais de um milhão de portugueses em idade produtiva sofre de úlceras ■ A convite do Conselho Mundial da Paz, dezenas de individualidades reúnem-se no Yémen do Norte para debaterem o levantamento popular nos territórios árabes ocupados ■ A CEE e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) chegam a acordo de princípio sobre o apoio financeiro da CEE ao saneamento económico dos países pobres ■ O Solidariedade aceita a proposta do governo polaco sobre a reforma eleitoral que garantirá às forças que não estão integradas no Poup uma forte representação parlamentar.

19 Domingo

A CDU propõe a criação de uma autarquia para a área metropolitana de Lisboa, eleita directamente pelas populações, que respeite as atribuições dos actuais municípios, mas que detenha competências do Poder Central ■ O Comité Central do PCP considera que nenhuma força política, por si só, pode assegurar a alternativa ao PSD ■ O PCP critica o Governo pela «ligeireza» e «falta de rigor e profundidade» com que tem encarado os problemas decorrentes da adesão à CEE e da preparação do mercado único de 1992 ■ É anunciado que o

presidente afegão vai chefiar um conselho militar que coordenará a luta contra os rebeldes ■ O ANC (Congresso Nacional Africano) acusa as autoridades de Pretória de infiltrarem provocadores entre a segurança de Winnie Mandela.

20 Segunda-feira

Os estudantes do Ensino Secundário fazem greve contra as novas normas de acesso ao Ensino Superior, realizando uma concentração frente ao Ministério da Educação ■ Um petroleiro embate no pontão de cativeiros de Porto Brandão, causando avultados danos materiais ■ Em conferência de imprensa, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas anuncia que os trabalhadores bancários vão enviar «letras protestadas» de quatro por cento do seu salário, correspondente ao reajustamento salarial, ao Governo e à Associação Portuguesa de Bancos ■ O executivo da Comissão Política do PCP divulga uma nota onde se afirma que «a taxa de inflação em 1989 será seguramente superior à verificada no ano passado» ■ A Federação Internacional dos Músicos manifesta a sua solidariedade para com a luta dos músicos portugueses contra a extinção das orquestras sinfónicas ■ A CEE decide retirar os seus embaixadores do Irão e suspender as visitas de alto nível a esse país, depois de o Ayatollah Khomeini ter reafirmado a condenação à morte do escritor muçulmano britânico Salman Rushdie ■ O primeiro-ministro afegão é oficialmente afastado das suas funções ■ Em Inglaterra, um quartel de pára-quedistas é atacado pelas forças do IRA (Exército Republicano Irlandês) ■ A África do Sul rejeita oficialmente a participação da Suécia na força de manutenção de paz das Nações Unidas para a Namíbia ■ O secretário norte-americano de Estado, James Baker, afirma que não está disposto a permitir o desmantelamento dos contras anti-sandinistas.

21 Terça-feira

A Federação do Porto do PS manifesta, durante um encontro com uma delegação da DORP do PCP, a sua recusa «do estabelecimento de acordos e entendimentos interpartidários à esquerda, designadamente com o PCP e a CDU» ■ Os protestos dos estudantes do Secundário contra o diploma de acesso ao Ensino Superior são levados ao plenário da AR pela jovem deputada do PCP, Paula Coelho ■ Em relação ao pacote laboral, a CGTP-IN anuncia que vai requerer a fiscalização de constitucionalidade da lei dos despedimentos, enquanto a UGT considera que o pacote laboral continua a conter aspectos inaceitáveis ■ Vladimir Chemiatenko, primeiro embaixador soviético junto da CEE, afirma em Bruxelas que o estabelecimento de relações oficiais entre a União Soviética e a CEE significa uma grande mudança qualitativa nas relações económicas e comerciais da URSS com os países membros da Comunidade Europeia.

dois partidos de acelerar a votação das alterações antidemocráticas à nossa lei fundamental até fins de Abril.

Pelos vistos uma nova «abrilada» se prepara na História portuguesa dos nossos dias por efeitos de um estranho compromisso feito por detrás da cortina de uma falsa «oposição a 100%» ao Governo cavaquista da parte do PS.

A promulgação do celerado «pacote eleitoral» que o Presidente da República acaba de decretar no momento da sua saída do País (e que a CGTP decidiu submeter de novo ao controlo de constitucionalidade pelo Tribunal Constitucional) juntamente com o agaravamento das condições salariais na contratação colectiva do trabalho e das novas restrições em matéria de segurança social, da injusta política de rendimentos em desfavor dos trabalhadores, estão, com outros atropelos aos direitos de quem trabalha, na base das potentes acções de massas em curso e da convocação pela CGTP-IN e outros sindicatos de uma grande jornada nacional de luta para o próximo dia 24, para a qual se anuncia a adesão de vastos sectores do mundo do trabalho.

Uma questão de grande importância política imediata sobre a qual incidiu as atenções e a discussão e Resoluções do Comité Central, foi a das eleições para o Parlamento Europeu em 18 de Junho deste ano.

O Comité Central apreciou o activo trabalho dos deputados comunistas ao Parlamento Europeu; fez o balanço da sua acção em defesa dos nossos interesses nacionais no seio da Comunidade; ponderou os efeitos negativos para Portugal da celebrada criação do Mercado Único Europeu em 1992 e das consequências políticas e militares da supranacionalidade resultantes da nossa integração na UEO.

Principalmente com a aprovação de uma Resolução sobre aquelas eleições — que com as restantes publicamos noutro lugar do nosso jornal — foram discutidas e aprovadas medidas políticas e de organização para a participação do nosso Partido, dentro da coligação da CDU, nas eleições de 18 de Junho.

As alterações introduzidas na lei eleitoral para o Parlamento Europeu por iniciativa do PSD, que mostrou, com a alteração das «regras do jogo» democrático, o seu medo do voto dos portugueses, e ainda as características da elaboração das listas de deputados, agravada a consulta às urnas pelo desinteresse de um número considerável dos eleitores, exige dos comunistas e dos seus aliados na CDU um aturado trabalho de esclarecimento, propaganda e mobilização, sem o que a representação parlamentar portuguesa nas instituições da CEE poderá reverter a favor da alienação crescente da nossa Independência nacional e contra os interesses basilares de Portugal e do Povo Português.

Tais são a importância e oportunidade imediatas das Resoluções do CC do PCP.

Avante!
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Sоеiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50

Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heská
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média no mês de Janeiro foi de 24 675.

Reunião do Comité Central

Aprovadas decisões sobre o trabalho de direcção e eleições para o Parlamento Europeu

Declaração de Domingos Abrantes no encontro com órgãos de Comunicação Social

O Comité Central do PCP, reunido nos dias 16 e 17 de Fevereiro, debateu questões relacionadas com a **organização do trabalho de Direcção Central, as eleições para o Parlamento Europeu e a situação política**, tendo aprovado três resoluções correspondentes a cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos, que por questões técnicas só amanhã serão divulgadas, mas das quais se apresenta desde já os traços fundamentais.

O Comité Central, dando cumprimento às decisões do XII Congresso do Partido, aprovou a estrutura da organização do trabalho de Direcção Central, a qual, na continuidade da rica experiência acumulada no trabalho de Direcção e tendo em conta as crescentes exigências que se põem hoje ao trabalho de Direcção e à intervenção política do Partido, visa:

a) assegurar uma melhor e mais eficaz articulação da actividade dos Organismos Executivos do Comité Central com as diferentes áreas da actividade partidária;

b) garantir uma mais pronta resposta do Partido aos diferentes problemas políticos e sociais;

c) assegurar e harmonizar o estudo e o conhecimento mais profundo da realidade nacional e internacional com a dinâmica executiva que tem caracterizado a actividade dos organismos dirigentes do Partido, que deve ser preservada.

A organização do Trabalho de Direcção Central assenta no Comité Central e seus Organismos Executivos, em organismos junto dos Organismos Executivos, cuja função é apoiar o seu trabalho nas várias tarefas que lhe são atribuídas, nomeadamente na actividade parlamentar da Assembleia da República e Parlamento Europeu, na acção de propaganda e informação, na actividade internacional do Partido, na Direcção do «Avante!», no tratamento das questões de quadros, na definição da política financeira do Partido, no controlo e gestão dos bens e recursos financeiros centrais do Partido.

Tendo em conta as profundas e constantes mutações e alterações operadas na so-

riedade portuguesa e no mundo e a complexidade crescentes que se coloca hoje à actividade partidária, o Comité Central concluiu ser necessário criar vários grupos de estudo com carácter regular e estável, designadamente em áreas como a cultura, o ambiente, a justiça, a habitação, o desenvolvimento regional, a defesa nacional, a política externa e outras, os quais terão como objectivo aprofundar o estudo das questões da sua área específica, contribuir para a definição da política do Partido na respectiva matéria.

O Comité Central decidiu igualmente que as Comissões junto do Comité Central, orientadas para as grandes áreas de preocupações sociais e de intervenção política do Partido e dado o importante papel que desempenham na dinamização da actividade partidária, deverão merecer uma cuidada atenção quanto ao seu funcionamento e composição.

O Comité Central aprovou a criação de 17 Comissões. Estas Comissões têm os seguintes responsáveis:

- Comissão para as Questões de Organização — Blauqui Teixeira;
- Comissão para os Assuntos Económicos — Carlos Carvalhas;
- Comissão para o Trabalho nas Autarquias — Luís Sá;
- Comissão para as Questões Sindicais — Domingos Abrantes;
- Comissão para a Reforma Agrária — José Soeiro;
- Comissão para os Problemas dos Pequenos e Médios Agricultores, Comissão para as Questões das Pescas e Comissão para as Questões da Educação e do Ensino — Agostinho Lopes;
- Comissão para os Problemas da Juventude e Comissão para as Questões da CEE — Ângelo Veloso;
- Comissão para os Problemas e a Luta das Mulheres — Luísa Araújo;
- Comissão para o Trabalho Ideológico, Comissão para as Questões de Propaganda e Comissão para os Assuntos da Comunicação Social — Jorge Araújo;
- Comissão para as Questões de Saúde — Carlos Brito;
- Comissão para os Proble-



mas dos Deficientes e Comissão para os Problemas dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais — Francisco Lopes.

Posso ainda informar de que o nosso camarada Albino Nunes é responsável pela Secção Internacional do Partido. O Comité Central decidiu desdobrar a Secção de Informação e Propaganda em dois sectores: o Departamento de Propaganda, de que é responsável o camarada Aurélio Santos e o Gabinete de Imprensa do Comité Central, de que é responsável o camarada Vítor Dias.

O Comité Central salientou a importância do reforço do trabalho de Direcção na linha das suas características fundamentais: trabalho colectivo, estreita ligação às organizações e militantes, às massas, bem como o funcionamento democrático dos organismos dirigentes.

O Comité Central, no segundo ponto da Ordem de Trabalhos, examinou as tarefas e orientações do Partido relativamente à sua intervenção nas eleições a realizar este ano, com destaque para as eleições para o Parlamento Europeu.

O Comité Central destaca a grande importância deste acto eleitoral, decorrente tanto da sua finalidade específica como das suas inevitáveis repercussões sobre a situação política nacional.

De acordo com o novo Programa do Partido e com a Resolução Política aprovados no XII Congresso, o Comité Central definiu **grandes**

orientações gerais de intervenção do Partido, no quadro da CDU, nestas eleições. Designadamente:

— a firme defesa dos interesses, da identidade, da soberania e da independência nacionais e dos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo português face ao processo de integração na CEE;

— a apresentação pelo PCP de um vasto conjunto de propostas que, com base e em desenvolvimento dos «vinte e cinco pontos do PCP» para 1992, correspondem à política nacional que é indispensável para que Portugal possa enfrentar o embate da criação do Mercado Único e possa realizar, como é seu inalienável direito, um projecto de desenvolvimento social, económico e cultural adequado às suas necessidades;

— o empenho construtivo do PCP na luta em Portugal e em todas as instâncias da CEE por uma efectiva e prioritária coesão económica e social (nomeadamente com a preocupação de diminuir as assimetrias de desenvolvimento existentes, pelo apoio às regiões mais atrasadas ou desfavorecidas, pelo desenvolvimento regional e a regionalização), por uma real dimensão social do desenvolvimento (nomeadamente com a defesa de uma maior participação dos trabalhadores, a igualização no progresso das condições de vida de trabalho, a salvaguarda dos direitos e conquistas dos trabalhadores, o combate ao desemprego e à pobreza), pela

salvaguarda do ambiente;

— a justa valorização de intensa, competente e eficaz actividade desenvolvida nos últimos três anos pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu;

— a conjugação entre as posições e propostas do PCP relativamente à integração de Portugal na CEE e ao Mercado Único e a luta e as propostas do PCP na actualidade e com a perspectiva da construção em Portugal de uma democracia avançada no limiar do século XXI;

— o empenho do PCP, no plano da CEE e para além dele, para agir, em favor da aproximação e compreensão entre todos os povos e nações do Continente Europeu, por uma Europa que se caracterize pelo estabelecimento de novas formas de cooperação, pela intensificação dos intercâmbios humanos, económicos, técnicos, científicos e culturais, pelo progresso social, o desanuviamento, a segurança e a paz.

A intervenção eleitoral do PCP, a par de um vasto conjunto de propostas relativas às questões decorrentes da integração na CEE e à intervenção dos seus deputados no Parlamento Europeu, incorporará também posições, ideias e propostas relativas aos mais relevantes problemas sociais, económicos e políticos da presente conjuntura da vida nacional.

O Comité Central do PCP sublinha que o Governo PSD/Cavaco Silva, a par das suas responsabilidades ge-

rais numa política nefasta e antipopular, é também responsável por uma política de abdicação face à CEE, pela antecipação voluntária de gravosas imposições da CEE, por uma gritante incapacidade de dirigir e organizar a preparação do País para o Mercado Único, pela má utilização de grande parte dos fundos oriundos da CEE, pela utilização da CEE como pretexto e factor de pressão para a realização em Portugal de uma política retrógrada.

O PCP considera que a insistência do PSD e de outras forças políticas numa abordagem das questões da integração na CEE e do Mercado Único na base de cansativas superficialidades e do fomento de ilusões constitui uma atitude demagógica e irresponsável. Pela sua parte, o PCP tudo fará para que as eleições para o Parlamento Europeu possibilitem um confronto democrático de ideias e propostas e propiciem a informação, a reflexão e o juízo soberano dos cidadãos sobre matérias de grandes consequências para o presente e o futuro do País.

O Comité Central exprime a sua profunda confiança em que o PCP tem plenas condições para ver reforçada a sua influência nas eleições de 18 de Junho, através de uma grande votação na CDU, condição essencial para assegurar a defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses no Parlamento Europeu e factor da mais alta importância para a evolução da

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS

edição especial ilustrada pelo pintor Rogério Ribeiro

Manuel Tiago

Colecção Resistência



O verbo

No princípio era o verbo. Diz-se.

Quer-me cá parecer, à luz dos recentes acontecimentos, que o mais correcto seria dizer-se que a culpa foi do verbo.

Do verbo em minúscula, nada de confusões, que é uma forma comum de dizer do blá-blá, da palavra, da escrita, da comunicação.

Não sei se já perceberam que estou a falar do terramoto que não houve.

Do fim do mundo que afinal era só o fim de Lisboa e arredores.

Do boato que fazendo jus à tradição se espalhou por tudo quanto é sítio e pôs tudo e todos (salvo seja) em polvorosa.

Antes do dia fatídico — previstamente fatídico — as opiniões estavam divididas: os que acreditavam, os que não acreditavam e os que acreditar, não acreditavam, mas vá-se lá saber.

Postas as coisas neste pé, o fim-de-semana repartiu-se convenientemente pelas convicções de cada um: houve quem fizesse a vidinha normal, houve quem se mudasse com armas e bagagens para melhores ares e houve, pelo sim pelo não, quem aproveitasse o desejo inexplicável e irresistível de ir laurear com a família para outras paragens.

Como de costume, teceram-se comentários.

Os especialistas vieram a terreiro dizer não haver motivos para preocupação, quanto mais não fosse porque não é possível prever fenómenos destes. Não se pode dizer que a ajuda tenha sido grande, sobretudo para quem ainda se lembra das previsões desencontradas que durante tempos nos foram fornecidas acerca dos caprichos do tempo.

Os sociólogos e psicólogos, entre sorrisos paternalistas e académica gula desta oportunidade de estudar ao vivo um fenómeno social tão curioso, vieram falar dos humanos medos que remontam aos primórdios da vida humana, das profecias religiosas do fim do mundo, da consciência da culpa e da fé na purificação diluviana, do ancestral desejo de segurança comum a todos os mortais.

Também aqui não se pode dizer que a ajuda tenha sido maior.

É que, não vá o diabo tecê-las, em casos destes (e doutros) o melhor mesmo é cada um ter a sua arca de Noé.

Foi assim que no dia seguinte ao domingo predestinado a ser afinal igual a tantos outros, se foram conhecendo histórias dos medos de cada um, confessados alguns, escarnecidos outros, encobertos muitos.

Ao acordar vivos numa segunda-feira de trabalho cuja única particularidade foi a de se achar ainda a uma semana de distância do fim do mês, o que está longe de ser agradável, muitos se interrogaram certamente das razões dos seus temores.

As respostas não são fáceis, nem lineares. Mas não deixa de ser curioso que em tantas análises feitas antes e depois do dito cujo anúncio da catástrofe, ninguém se tenha lembrado de dizer alto e bom som que a imprensa teve aqui um papel que está longe de ser o que os manuais lhe reservam e os princípios recomendam.

Porque a verdade é que estamos perante um daqueles casos em que não é o facto que faz a notícia mas sim a notícia que constrói o facto. Melhor dizendo, o inventa.

A desculpa de que uma «vidente» previu o acontecimento que não houve, não colhe. Todos os dias, milhões de pessoas exprimem opiniões a que ninguém dá importância, mesmo quando efectivamente a tem. Entre o sensacionalismo e a notícia existe um abismo que não dignifica a informação. E muito menos quando interfere com os mais profundos e insuspeitados receios humanos.

Sobretudo quando se é forçado a viver com o medo do desemprego, da falta de casa, da velhice, da saúde, de justiça, de dignidade humana.

Tudo somado e apurado, estou em crer que pelo menos alguns lucraram com os medos alheios — quem inventou o «facto» e o ministro Cadilhe, que não consta ter fugido das Amoreiras. Ao menos por uns dias, a população esqueceu-se dele. Como se vê, é tudo uma questão de verbo.

■ AF

PCP

Reunião do Comité Central

vida política nacional em direcção a uma alternativa democrática.

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Comité Central examinou o recente desenvolvimento da situação política e social que, nos seus traços fundamentais, confirma as conclusões do XII Congresso: o processo contra-revolucionário prossegue e a degradação da situação social agudiza-se. Ao mesmo tempo cresce a impopularidade do Governo e do próprio Primeiro-Ministro, é crescente o número de ministros cuja demissão é exigida, intensifica-se e alarga-se a luta nacional de massas.

O desenvolvimento da situação nos últimos tempos, tem tornado evidente que a actuação do Governo é cada vez mais contrária aos interesses nacionais. Acelera o processo de privatização integral das empresas públicas rentáveis; na zona da Reforma Agrária prepara a privatização total da terra expropriada e o esbulho das UCP's, leva a cabo a espoliação dos baldios aos povos em favor das celulosas e dos caciques; estimula e organiza o domínio pelo capital estrangeiro da economia nacional.

Em matéria fiscal, o novo regime imposto à Assembleia da República pela maioria



no encare questões tão sérias como a utilização da Base das Lajes pelos EUA, das Flores pela França, ou da Base de Beja e do Campo de Tiro de Alcochete pela RFA, como um negócio de que retira mais ou menos «contrapartidas», quando está em jogo a soberania e a segurança do País e o próprio posicionamento de Portugal face à candente questão do desarmamento e do desarmamento na Europa e no mundo.

O Comité Central analisou o significado e a importância das poderosas acções de massas das últimas semanas, as quais mobilizaram centenas de milhar de trabalhadores manuais e intelectuais, de que se destacam os

para reforçar a unidade dos trabalhadores, contribuindo com a sua acção para o êxito da Jornada de Luta de 24 de Fevereiro, convocada pelo Movimento Sindical Unitário.

Os trabalhadores e as massas populares apontam o caminho necessário para derrotar a direita: a luta e a unidade.

A amplitude da frente de luta social contra a política e o Governo de Cavaco Silva, demonstram que existem condições objectivas para criar as bases sólidas de uma alternativa democrática de política e de governo.

Esta situação coloca aos partidos e organizações democráticas graves responsabilidades.

O PCP que tem tomado publicamente várias iniciativas e avançado propostas concretas para a actuação conjugada das forças democráticas, insiste, tendo em conta os interesses nacionais, na necessidade do entendimento e da convergência das forças democráticas, em particular do PCP e do PS, na luta e nas formas de actuação comum para derrotar a direita e assegurar uma autêntica alternativa democrática.

É hoje claro que a alternativa ao PSD/Cavaco não pode ser assegurada por nenhuma força política, isoladamente considerada, mas pela unidade de todo o campo democrático, onde o PS se deveria inserir sem ambiguidades. A recusa do PS a encerrar coligações nos municípios onde é possível bater a direita — designadamente em Lisboa — não pode ser disfarçada com expedientes ou ridículos raciocínios hegemónicos.

O Comité Central do PCP chama a atenção para aspectos particularmente graves que caracterizam os acordos entre o PS e o PSD no processo de revisão da Constituição:

1.º O aceleramento do processo por força de calendário secreto combinado entre o PSD e o PS;

2.º A continuação das gravíssimas cedências do PS relativamente às reivindicações desfiguradoras da Constituição desde cedo apresentadas pela direita.

Nos últimos dias, novas e gravíssimas cedências do PS, na área da organização do poder político, vêm somar-se às já verificadas, especialmente no que se refere à comunicação social, ao Serviço Nacional de Saúde, às privatizações, à Reforma Agrária, ao planeamento e praticamente em todas as áreas sensíveis da organização económica.

Nestas últimas alterações

acordadas pelo PSD e o PS, apresentam-se como especialmente atentatórias dos interesses das forças democráticas:

— As alterações em matéria eleitoral;

— A redução dos poderes de fiscalização da Assembleia da República em relação à actividade legislativa do Governo;

— A consagração das posições bloqueadoras da regionalização defendidas por Cavaco Silva e o PSD.

O PS assume gravíssimas e indeclináveis responsabilidades na desfiguração do regime democrático que está a ser consumada através da sua aliança com o PSD na revisão da Constituição.

As consequências desastrosas do acordo de revisão são hoje por demais evidentes. O regozijo e o sentimento de vitória nas hostes cavaquistas são demasiado ostensivos para permitir dúvidas sobre o papel do PS na perigosíssima evolução da revisão da Constituição.

A revisão da Constituição está avançada mas não está concluída.

Não há nenhuma razão institucional que impeça o PS de reconsiderar a sua posição; e há todas as razões políticas, incluindo as que o Governo e o PSD fornecem diariamente, para o dever fazer.

O Comité Central sublinhou a importância do reforço do Partido, salientando o papel indispensável e insubstituível que desempenha na sociedade portuguesa.

Foi apontada a necessidade de dar grande atenção às comemorações do 68.º Aniversário da fundação do Partido, 6 de Março. Num ano em que decorrerão importantes batalhas políticas, quando se tornam mais evidentes as grandes consequências e perigos decorrentes da política de direita e do seu Governo, essas comemorações deverão ser ocasião para reforçar e valorizar o papel do PCP e da sua actividade, da sua ligação às diversas camadas da população.

O Comité Central apela para que o aniversário do Partido seja assinalado pela realização de comícios, sessões e outras iniciativas que, com larga mobilização de militantes, contribuam para um melhor conhecimento da acção e luta do Partido, bem como para a divulgação dos grandes objectivos políticos que, no novo Programa aprovado no XII Congresso, apontam ao povo português um caminho de progresso e liberdade, visando assegurar a Portugal uma democracia avançada no limiar do século XXI.



PSD, faz agravar mais o peso dos impostos nos rendimentos do trabalho, favorecendo os rendimentos e ganhos do capital.

Prossegue uma política de corte de despesas públicas e de regalias sociais com particular incidência nos sectores da saúde, segurança social, cultural, educação, ensino, habitação.

A actuação do Governo tem-se caracterizado por uma completa governamentalização do sistema político, pela imposição de limitações à intervenção e ao papel da Assembleia da República, por graves atentados à autonomia e competências do Poder Local, pela instrumentalização da comunicação social (com destaque para a RTP), por consecutivos atentados ao brio e à dignidade dos Forças Armadas, por entraves crescentes no acesso ao direito e pela criação de limitações à independência e à capacidade de resposta dos tribunais.

A política do Governo continua a chocar-se frequentemente com a Constituição — como o comprova o recente acórdão que declara inconstitucional o Regulamento de Aplicação do FEDER e novos acordos do Supremo Tribunal Administrativo sobre a Reforma Agrária.

O Comité Central considerou inquietante que o Gover-

trabalhadores dos transportes, da metalurgia, os médicos, os professores, os músicos e os trabalhadores de dezenas e dezenas de empresas. Estas lutas puseram em causa alguns objectivos fundamentais da política do Governo, obrigando-o a recuar em numerosos casos. O Governo sofreu uma importante derrota ao não conseguir impor os tectos salariais.

Neste quadro, o acordo UGT/Torres Couto com Cavaco Silva, tendo como objectivo impedir o desenvolvimento da luta e numa altura em que cresce o repúdio pela política do Governo, constitui um apoio claro à política de agravamento da exploração dos trabalhadores.

O Comité Central salienta que um dos traços marcantes das lutas de massas, é o facto de elas abrangerem sectores novos e assumirem formas crescentemente combativas, coordenadas e radicalizadas, evidenciando a redução da base social de apoio ao Governo PSD/Cavaco Silva.

O Comité Central, analisando as perspectivas do desenvolvimento da luta de massas, concluiu existirem condições para que prossiga e se amplie o poderoso movimento de massas das últimas semanas, e apelou a todos os militantes e organizações partidárias para tudo fazerem

Resolução sobre

O trabalho de direcção central

1

O Comité Central, na sua reunião de 16 e 17 de Fevereiro, dando cumprimento às resoluções do XII Congresso, debateu e aprovou a organização do trabalho de direcção central do Partido e um conjunto de normas relativas a competências e funcionamento dos Organismos Executivos, das Comissões junto do Comité Central e de outros organismos de apoio ao trabalho central do Partido.

2

A organização do trabalho de Direcção Central aprovada, na continuidade da rica experiência acumulada e tendo em conta as crescentes exigências que se põem ao trabalho de Direcção e à intervenção política do Partido, visa:

a) assegurar uma melhor e mais eficaz articulação da actividade dos Organismos Executivos do Comité Central com as diferentes áreas da actividade partidária;

b) garantir uma mais pronta resposta do Partido aos diferentes problemas políticos e sociais;

c) assegurar e harmonizar o estudo e o conhecimento mais profundo da realidade nacional e internacional com a dinâmica executiva que tem caracterizado a actividade dos organismos dirigentes do Partido, que deve ser preservada.

3

A organização do trabalho de Direcção Central assenta no Comité Central e seus Organismos Executivos, em Organismos junto dos Organismos Executivos, cuja função é apoiar os Organismos Executivos nas várias tarefas que lhes são atribuídas, nomeadamente na actividade parlamentar da Assembleia da República e Parlamento Europeu, na acção de propaganda e informação, na actividade internacional do Partido, na Direcção do «Avante!», no tratamento das questões de quadros, na defenição da política financeira do Partido, no controlo e gestão dos bens e recursos financeiros centrais do Partido; nas Comissões junto do Comité Central, que no essencial desempenham funções de apoio político, informativo e técnico ao trabalho do Comité Central, Comissão Política, Secretariado, Comissão Central de Controlo e Quadros e Direcções Regionais; em Grupos de Estudo que têm por objectivo elaborar estudos e propostas aos grandes problemas da vida nacional; e em Comissões Coordenadoras de áreas e sectores de actividade partidária de âmbito nacional. Esta estrutura muito ampla e complexa é essencial para garantir uma rigorosa direcção política e uma correcta orientação e coordenação sectorial e intersectorial.

4

As Comissões junto do Comité Central — orientadas para as grandes áreas e preocupações sociais e políticas de intervenção do Partido (área económica, social, movimento de massas, ideológica, comunicação social, mulheres, jovens, tec.) — pelo importante papel que desempenham na dinamização da actividade partidária, na coordenação à escala nacional e no apoio político, informativo e técnico aos Organismos de Direcção e às Direcções Regionais, deverão merecer uma cuidada atenção quanto ao seu funcionamento e a compatibilização das tarefas dos quadros que as integram com as suas tarefas gerais na organização partidária.

5

As profundas e constantes mutações e alterações que se operam na sociedade portuguesa e no mundo, a multiplicidade e complexidade crescente que se colocam hoje à actividade partidária, tornam imperioso o estudo e reflexão aprofundada e sistemática das mutações operadas, dos novos fenómenos em curso. Para tanto torna-se necessário criar vários grupos de estudo com carácter regular e estável, designadamente em áreas como a cultura, o ambiente, a justiça, a habitação, o desenvolvimento regional, a defesa nacional, a política externa e outros, os quais terão como objectivo aprofundar o estudo das questões da sua área específica, contribuir para a definição da política do Partido na respectiva matéria e assegurar uma melhor intervenção política do Partido.

6

No quadro de uma enorme multiplicidade e extensão de organizações partidárias, do alargamento da diversidade de áreas a que o Partido é chamado a intervir, reveste-se de grande importância o aprofundamento das formas de coordenação de importantes sectores de âmbito nacional, quer sob a forma regular, quer sob a forma de Encontros ou Reuniões de Quadros.

O aprofundamento das respostas e o desenvolvimento coordenado da actividade do Partido, assim como a relativa complementaridade de alguns organismos a funcionar junto do CC, colocam a necessidade de ir encontrando formas de articulação e coordenação de algumas áreas de actividade na área social, económica, cultural e ideológica.

7

O Comité Central salienta a importância do reforço do trabalho de Direcção, na linha de desenvolvimento das suas características fundamentais destacadas pelo XII Congresso, sendo particularmente de realçar a necessidade de aprofundamento do método e estilo de trabalho colectivo, de estreita ligação às organizações, aos militantes, à classe operária e às massas, bem como de funcionamento democrático de todos os organismos dirigentes.

8

Finalmente, o Comité Central tomou conhecimento das medidas de direcção adoptadas ou em vias de concretização pelas Direcções Regionais com vista à aplicação das orientações saídas do XII Congresso.

O Comité Central apela ao empenhamento de todas as organizações e militantes do Partido para que as medidas decididas pelo XII Congresso sejam efectivamente adoptadas com vista ao reforço geral do Partido, da sua influência nas massas, condições essenciais para uma alternativa democrática.

O Comité Central
do Partido Comunista Português
17 de Fevereiro de 1989

Reunião do Comité Central

Resolução sobre

As eleições para o Parlamento Europeu

1. O Comité Central do PCP, na sua reunião plenária de 16 e 17 de Fevereiro, examinou as tarefas e orientações do Partido relativamente à sua intervenção nas eleições para o Parlamento Europeu, a realizar no dia 18 de Junho deste ano.

2. O Comité Central do PCP salienta perante os membros do Partido e a opinião pública democrática a grande importância deste acto eleitoral, decorrente tanto da sua finalidade específica — a eleição de deputados portugueses ao Parlamento Europeu —, como das suas inevitáveis repercussões sobre a situação política interna.

3. O PCP concorrerá às eleições para o Parlamento Europeu integrado na CDU — Coligação Democrática Unitária (em que participam o Partido «Os Verdes» e a Intervenção Democrática e muitos democratas independentes) que constitui uma valiosa experiência de cooperação entre forças democráticas, com largas provas dadas na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo, da democracia e de Portugal.

4. Nos termos da Resolução Política aprovada no XII Congresso do PCP, são objectivos fundamentais do PCP nas eleições para o Parlamento Europeu o aumento do número e percentagem de votos na CDU, o aumento do número de deputados eleitos nas listas da CDU e um recuo nas votações e posições da direita naquele órgão da CEE.

5. De acordo com o novo Programa do Partido e com a Resolução Política aprovados no XII Congresso, o Comité Central define como **grandes orientações gerais de Intervenção do Partido, no quadro da CDU, nas eleições para o Parlamento Europeu**, designadamente:

— a firme defesa dos interesses, da identidade, da soberania e da independência nacionais, do regime democrático e dos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo português face ao processo de integração de Portugal na CEE;

— a apresentação de um conjunto de propostas que, com base e em desenvolvimento dos «25 pontos do PCP para 1992», correspondam à definição de uma política nacional indispensável para que Portugal enfrente o embate da criação do Mercado Único, assegurando, como é seu inalienável direito e premente necessidade, um projecto de desenvolvimento social, económico e cultural adequado às necessidades e especificidades nacionais e que, implicando a clara recusa de um modelo de economia semiperiférica com uma especialização apendicular, garanta uma melhor e mais equitativa inserção do País na divisão internacional do trabalho;

— o empenho decidido na luta, em Portugal e em todas as instâncias da CEE, por uma efectiva e prioritária coesão económica e social (nomeadamente pela sistemática preocupação em diminuir as assimetrias de desenvolvimento existentes, pelo apoio às regiões mais atrasadas ou desfavorecidas pelo desenvolvimento regional e a regionalização), por uma real dimensão social do desenvolvimento (nomeadamente com a defesa de uma participação efectiva dos trabalhadores nas reestruturações, decisões e políticas que os afectam na vida das empresas, a elevação da sua quota-parte na distribuição do rendimento, a igualização no progresso das condições de vida e de trabalho, a salvaguarda dos direitos e conquistas dos trabalhadores, a protecção dos emigrantes, o combate eficaz ao desemprego e à pobreza), pela salvaguarda do ambiente, ao serviço do bem-estar e da segurança das populações;

— a justa valorização da intensa, competente e eficaz actividade desenvolvida nos últimos três anos pelo PCP e pelos deputados comunistas no Parlamento Europeu, confirmando de forma indiscutível o seu empenho e capacidade para dar voz no Parlamento Europeu aos interesses nacionais e de múltiplos sectores e camadas sociais;

— a coerente articulação das posições e propostas do PCP relativamente à integração de Portugal na CEE e ao Mercado Único com a luta e as propostas do PCP na actualidade e com a perspectiva da construção em Portugal de uma democracia avançada baseada num regime de liberdade, num Estado democrático, representativo e baseado na participação popular, no desenvolvimento económico assente numa economia mista, numa política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo, numa política cultural que assegure o acesso generalizado à livre fruição e criação culturais, numa pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos;

— o empenho do PCP, no plano da CEE e para além dele, para intervir, solidariamente com todas as forças sociais e políticas progressistas, em favor da aproximação e compreensão entre todos os povos e nações do continente europeu, por uma Europa que se caracterize pelo estabelecimento de novas formas de cooperação, pela intensificação dos intercâmbios humanos, económicos, técnicos, científicos e culturais, pelo progresso social, o desanuviamento, a segurança e a paz.

6. O Comité Central do PCP sublinha que o Governo PSD/Cavaco Silva, a par das suas responsabilidades numa política de degradação das condições de vida e de acentuação das desigualdades sociais, de indesculpável esbanjamento de uma favorável conjuntura económica externa, de ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, de destruição de transformações socioeconómicas realizadas pela Revolução de Abril, é também responsável por uma política de abdicação nacional face à CEE, pela antecipação voluntária e desnecessária de gravosas medidas da CEE, por uma manifesta incapacidade de dirigir e organizar a preparação do País para o Mercado Único, pela centralização e governamentalização antidemocráticas da gestão dos assuntos relativos à CEE, pela má utilização de grande parte dos fundos oriundos da CEE, pela utilização da CEE como pretexto e factor de pressão para a realização em Portugal de uma política retrógrada.

7. O PCP salienta que não podem ser esquecidas as responsabilidades do PS em cláusulas extremamente negativas do Tratado de Adesão de Portugal à CEE e na aprovação

e ratificação do «Acto Único», que garante prioritariamente as liberdades do grande capital transnacional e não garante a «coesão económica e social» nem medidas que assegurem que o «Merdado Único» não seja concretizado à custa dos trabalhadores e das regiões mais desfavorecidas.

Muitas das orientações fundamentais do PS em matéria de integração inserem-se na sua política de aproximação e entendimento com a direita, que tem como outros aspectos cruciais a convergência com o PSD na reconstituição do poder do grande capital, na revisão constitucional e nas alianças no plano autárquico.

8. O Comité Central do PCP chama a atenção para que, independentemente da finalidade específica destas eleições, é inteiramente previsível e justificado que nas motivações e opções de voto dos cidadãos venham naturalmente a pesar as suas opiniões sobre muitas outras grandes questões e problemas da vida social, económica e política do País, designadamente as que têm mais directa incidência sobre as suas condições de vida, gravemente atingidas pela política nefasta e antipopular do Governo PSD/Cavaco Silva.

Nesse sentido, a intervenção eleitoral do PCP, a par de um vasto conjunto de propostas relativas às questões decorrentes da integração na CEE e da intervenção dos seus deputados no Parlamento Europeu, incorporará também posições, ideias e propostas relativas aos mais relevantes problemas sociais, económicos e políticos da presente conjuntura da vida nacional.

9. O Comité Central salienta que a rápida dinamização de toda a actividade partidária, uma pronta e dinâmica intervenção em torno dos graves problemas que afectam os trabalhadores e outras classes e camadas da população, o reforço da ligação às massas populares e às suas lutas, a capacidade de promover a irradiação e a compreensão das inovadoras ideias e propostas do PCP para a solução dos problemas nacionais consagrados pelo XII Congresso, constituem uma contribuição da mais alta importância para assegurar o êxito da próxima intervenção eleitoral do Partido.

10. O Comité Central salienta que nos próximos anos a integração na CEE e a concretização do Mercado Único, coincidindo com o fim de vários períodos de transição, colocam o País diante de sérios problemas e dificuldades que, a não serem corajosamente enfrentados na base de uma política democrática inspirada pelo interesse nacional, se repercutirão de forma extremamente negativa nas principais esferas da vida nacional. O PCP considera que a insistência do PSD e de outras forças políticas numa abordagem destas questões na base de cansativas superficialidades e do fomento de ilusões constitui uma atitude demagógica e irresponsável. Pela sua parte, o PCP tudo fará para que as eleições para o Parlamento Europeu possibilitem um confronto democrático de ideias e propostas e propiciem a informação, a reflexão e o juízo soberano dos cidadãos sobre matérias de grandes consequências para o presente e o futuro do País.

11. O PCP volta a insistir na imperiosa necessidade de medidas de rectificação de factores que condicionam gravemente a democraticidade do acto eleitoral de 18 de Junho, designadamente a instrumentalização pelo PSD e pelo seu governo de importantes meios de comunicação social. O PCP reafirma nomeadamente a indispensabilidade de, desde já, a RTP promover as iniciativas adequadas para garantir o acesso da opinião pública ao conhecimento das posições e propostas das diversas forças políticas.

12. Apreciando de forma positiva o trabalho já desenvolvido aos mais variados níveis e as numerosas iniciativas já realizadas, em curso ou programadas, o Comité Central exorta todas as organizações e militantes do Partido ao desenvolvimento das acções de preparação da intervenção do Partido e da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu, em conformidade com a sua grande importância política e com as previsíveis repercussões dos seus resultados.

13. Reforçado pelas decisões e orientações do seu XII Congresso; desempenhando tanto na luta de massas como nas instituições democráticas um papel de primeiro plano na resistência à política de direita e na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo; grande Partido da esquerda firmemente empenhado na defesa dos ideais e conquistas do 25 de Abril e principal protagonista da luta por um vasto conjunto de reformas democráticas indispensáveis ao progresso e modernização do País; portador do projecto de construção de uma sociedade de liberdade, democracia, desenvolvimento, bem-estar, justiça social e independência nacional — o Partido Comunista Português está em plenas condições de ver reforçada a sua influência nas eleições de 18 de Junho, através de uma grande votação na CDU, condição essencial para assegurar a defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses no Parlamento Europeu e factor da mais alta importância para a evolução da vida política nacional em direcção a uma alternativa democrática.

14. Em 18 de Junho, uma grande votação na CDU será a melhor contribuição para garantir patriotismo e competência no exercício dos mandatos dos deputados ao Parlamento Europeu, para protestar contra a política do Governo PSD/Cavaco Silva, para exprimir uma vontade de mudança democrática.

17 de Fevereiro de 1989

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Resolução sobre

A situação política e social

O Comité Central do PCP examinou o recente desenvolvimento da situação política e social.

Nos seus traços fundamentais confirmam-se as conclusões do XII Congresso:

— Prosseguiu o processo contra-revolucionário, traduzido na aceleração de uma política contrária aos interesses do País, dos trabalhadores e de todas as classes e camadas não monopolistas.

— Agudizou-se a degradação da situação social, provocando uma vaga de descontentamento que não atinge apenas os trabalhadores, mas importantes sectores (da intelectualidade aos militares) e das classes médias que constituíram, em 19 de Julho de 1987, a maior parte da base de apoio eleitoral do PSD. Evidenciou-se a existência de uma aguda contradição entre a política de direita do Governo PSD/Cavaco Silva e os interesses da esmagadora maioria do povo português.

Intensificou-se e alargou-se a luta nacional de massas, abrangendo sectores novos e assumindo formas crescentemente combativas, coordenadas e radicalizadas.

— Aumenta e assume formas qualitativamente novas a impopularidade do Governo e do próprio primeiro-ministro Cavaco Silva, traduzidas no aumento da luta social e no número crescente de ministros cuja demissão é exigida por amplos sectores sociais e cuja contestação reflecte a condenação de toda a política de direita e de todo este Governo.

Esta situação favorece grandemente a intervenção das massas populares e dos partidos democráticos, colocando às forças democráticas e patrióticas a imperiosa responsabilidade de convergirem na resistência à política de direita e na procura de soluções que dêem consistência a uma verdadeira alternativa da política e do Governo.

1

Uma política e um Governo contrários aos interesses do País

A actuação do Governo serve, no essencial, o grande capital, substancialmente dependente ou associado ao capital estrangeiro, e os grandes agrários.

Preparada desde já a privatização integral das empresas públicas rentáveis, e a ofensiva contra a Reforma Agrária visa ostensivamente a privatização total da terra expropriada e o esbulho das UCPs. Leva a cabo a espoliação dos baldios aos povos em favor das celulosas, dos caciques e dos grandes proprietários. Estimula o domínio pelo capital estrangeiro da economia nacional, através da aquisição de empresas existentes ou na participação em aumentos de capital, sem criação de postos de trabalho nem transferência de tecnologia.

O Governo continua a política de mão-de-obra barata, acentuando a diminuição da parte do trabalho no rendimento nacional, promove a precariedade e insegurança no trabalho e tenta impor novo tecto salarial.

Mais recentemente, o novo regime fiscal, imposto à Assembleia da República pela maioria PSD, faz agravar mais o peso dos impostos nos rendimentos do trabalho (designadamente dos trabalhadores e das classes e camadas médias), favorecendo os rendimentos e ganhos do capital; penaliza as famílias que têm apenas um rendimento; obriga a descontos mensais superiores ao imposto a pagar, só devolvidos em meados do próximo ano, consubstanciando um autêntico empréstimo público forçado e sem juros.

A meta governamental da inflação para 1989 já se encontra ultrapassada com o aumento de preços registado em Janeiro. O aumento das taxas de juro e os cortes de crédito atingem designadamente as pequenas e médias empresas, a aquisição de habitação e o sector da construção civil.

Prossegue uma política de corte de despesas públicas e de regalias sociais, com particular incidência nos sectores da saúde, segurança social, cultura, educação, ensino, habitação.

O Governo extingue o FAOJ e, em sua substituição, cria um Instituto da Juventude, o que evidencia o esforço para controlar, manipular e governamentalizar o movimento juvenil. O chamado IJOVIP (que substitui quase totalmente os OTJs), canaliza milhões de contos para o patronato, pondo-lhe escandalosamente à disposição mão-de-obra juvenil gratuita.

A actuação do Governo visa governamentalizar o sistema político, limitar a intervenção e o papel da Assembleia da República, impor graves atentados à autonomia e competências do Poder Local, bloquear a regionalização, instrumentalizar a comunicação social (com destaque para a RTP), ferir o brio e a dignidade das Forças Armadas, limitar a independência e capacidade de resposta dos tribunais e o acesso ao direito.

O Governo português empenha-se em criar novos mecanismos político-militares de dependência em relação ao imperialismo. É particularmente inquietante a admissão pelo ministro da Defesa da instalação de armas nucleares no território português, a autorização para a instalação do super-radar em Almodôvar, a utilização das Lajes pelos EUA, das Flores pela França, a utilização da Base de Beja e do Campo de Tiro de Alcochete pela RFA. O Governo procura justificar estas cedências com «contrapartidas», quando está em jogo a soberania e a segurança do País e o próprio posicionamento de Portugal face à candente questão do desarmamento e do desarmamento, na Europa e no mundo.

A política do Governo continua a chocar-se frequentemente com a Constituição — como o comprova o recente acórdão que declara inconstitucional o Regulamento de Aplicação do FEDER e novos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo sobre a Reforma Agrária.

Num momento em que se torna imperiosa uma política nacional para enfrentar as consequências da adesão à CEE e o Mercado Único, o Governo escamoteia aos outros órgãos de soberania e ao País documentos essenciais, como o Plano de Desenvolvimento Regional. Delapida financiamentos ou manipula-os, com indícios graves de clientelismo e de corrupção.

É uma política caracterizada pelo propósito de favorecer uma integração dependente, baseada em mão-de-obra barata, pouco qualificada e privada de direitos essenciais, e uma especialização produtiva apendicular, subalterna e desvalorizada.

O Governo privilegia o financeiro em detrimento do produtivo, beneficia o capital em detrimento do trabalho, protege os interesses das suas clientelas contra os interesses do povo, favorece a penetração das multinacionais e do imperialismo contra a independência nacional.

2

A luta de massas — força decisiva

A luta de massas, em toda a sua diversidade e amplitude, mais uma vez se afirma como a força principal e decisiva na defesa dos interesses populares, das conquistas de Abril e do próprio regime democrático.

Nas últimas semanas tiveram lugar poderosas acções de massas, mobilizando centenas de milhar de trabalhadores manuais e intelectuais, dos quais se destacam os trabalhadores dos transportes, da metalurgia, da indústria vidreira, da Portucel, os compartos dos baldios, os médicos, os professores, os músicos, os trabalhadores judiciais. Estas lutas puseram em causa alguns dos objectivos fundamentais do Governo em matéria de política de rendimentos, saúde, ensino, fiscalidade, direitos e liberdades, obrigando-o, em numerosos casos, a recuar. O Governo sofreu importantes derrotas, designadamente ao não conseguir impor os tectos salariais nem utilizar a chamada concertação social como cobertura para a sua política.

É neste quadro que o acordo de Torres Couto em nome da UGT com Cavaco Silva se caracteriza como uma manobra de diversão e capitulação com o objectivo fundamental de impedir o desenvolvimento da luta de massas, dificultar e travar a crescente unidade dos trabalhadores e desarticular a acção convergente dos trabalhadores. É sintomático que importantes sindicatos filiados na UGT se tenham claramente oposto e demarcado da manobra.

A UGT/Torres Couto ofereceu de facto ao Governo, de mão beijada, no momento em que se acentua o seu descrédito e o repúdio pela sua política, o apoio à imposição do pacote laboral e a uma política de agravamento da exploração dos trabalhadores, de abaixamento dos salários reais, de limitação dos direitos e liberdades duramente conquistados.

O Comité Central apela ao reforço da unidade de todos os trabalhadores na luta contra a política do grande patronato e do Governo Cavaco Silva.

O Comité Central considera que não só é necessário como existem condições para prosseguir e ampliar o poderoso movimento de massas das últimas semanas. Há que prosseguir na luta para impedir que o Governo e o grande patronato intensifiquem a exploração e concretizem a ameaça do pacote laboral.

O PCP saúda a luta dos trabalhadores. O PCP apoia activamente a jornada de mobilização geral convocada pela CGTP para o próximo dia 24, exortando as organizações e os membros do Partido para, em estreita ligação com as massas, tudo fazerem para alargar e reforçar a unidade e a luta dos trabalhadores, contribuindo para o êxito desta importantíssima jornada de luta.

3

A unidade das forças democráticas é uma exigência

Os trabalhadores e as massas populares apontam o caminho necessário para derrotar a direita: a luta e a unidade.

A amplitude da frente de luta social contra a política e o Governo de Cavaco Silva, demonstram que existem condições objectivas para criar as bases sólidas de uma alternativa democrática de política e de governo.

É uma realidade, porém, que uma tão vasta frente social continua sem correspondência efectiva e sólida na unidade e na convergência entre as forças democráticas portuguesas.

Esta situação coloca aos partidos e organizações democráticas graves responsabilidades.

O PCP reafirma a inteira disponibilidade para, no respeito pela identidade e diversidade dos partidos e organizações democráticas, encargar com todas as restantes forças democráticas os passos necessários para construir a unidade imprescindível para derrotar a direita.

O PCP, que tem tomado publicamente várias iniciativas e avançado propostas concretas para a actuação conjugada das forças democráticas, insiste, tendo em conta os interesses nacionais, na necessidade do entendimento e da convergência das forças democráticas, em particular do PCP e do PS, na luta e nas formas de actuação comum para derrotar a direita e assegurar uma autêntica alternativa democrática.

As alterações resultantes do Congresso do PS em nada modificaram uma política de bipolarização, agora alunhada de dualismo, e que consiste em o PS pretender hegemonizar todo o campo democrático e apresentar-se como alternância de poder ao PSD. O PS, de facto, acentua uma linguagem de esquerda e ao mesmo tempo prossegue a aliança com a direita. Torna-se cada vez mais difícil ver até onde vão os compromissos e os acordos entre o PS e o PSD, designadamente na revisão da Constituição, no sindicalismo, nas leis eleitorais e no plano autárquico. É hoje claro que a alternativa ao PSD não pode ser assegurada por nenhuma força política, isoladamente considerada, mas pela unidade de todo o campo democrático, onde o PS se deveria inserir sem ambiguidades. A recusa do PS a encarar coligações nos municípios onde é possível bater a direita — designadamente em Lisboa — não pode ser disfarçada com expedientes ou raciocínios hegemónicos e não poderá ser compreendida por todos aqueles que vêem no prosseguimento da política do PSD um perigo para os interesses das populações.

A alternativa à direita constrói-se com as forças democráticas, com o PCP, partido que, pelo seu Programa, a sua coerência política, a larga influência nas massas trabalhadoras, é o grande partido da esquerda na sociedade portuguesa.

4

Graves responsabilidades do PS na desfiguração da Constituição

O Comité Central do PCP chama a atenção para aspectos particularmente graves que caracterizam os acordos entre o PS e o PSD no processo de revisão da Constituição:

1.º — O aceleração do processo por força de calendário secreto combinado entre o PSD e o PS.

2.º — A continuação das gravíssimas cedências do PS relativamente às reivindicações desfiguradoras da Constituição desde sempre apresentadas pela direita.

Reunião do Comité Central

O PSD e o PS, com esta aceleração do processo, procuram iludir a vigilância da opinião democrática a ponto de pretenderem cancelar audiências ou contactos da Comissão com organizações populares e delegações.

Nos últimos dias, novas e gravíssimas cedências do PS, na área da organização e do poder político, vêm somar-se às já verificadas, especialmente no que se refere à comunicação social, ao Serviço Nacional de Saúde, às privatizações, à Reforma Agrária, ao planeamento e praticamente em todas as áreas sensíveis da organização económica.

Nestas últimas alterações, acordadas pelo PSD e o PS, apresentam-se como especialmente atentatórias dos interesses das forças democráticas:

— as alterações em matéria eleitoral, designadamente as decorrentes da redução do número de deputados para 230 ou 235 e o privilégio que os dois partidos se arrogam de elaborar sozinhos e de acordo com os seus objectivos e interesses partidários as futuras leis eleitorais;

— a redução dos poderes de fiscalização da Assembleia da República em relação à actividade legislativa do Governo, ao acordarem que os requerimentos de sujeição a ratificação caducam, se não forem discutidos, no termo da sessão legislativa, sem que entretando seja introduzido qualquer mecanismo que garanta o seu agendamento;

— a consagração das posições bloqueadoras da regionalização defendidas por Cavaco Silva e o PSD, ao ser acordado pelos dois partidos a manutenção do princípio da simultaneidade na criação das regiões administrativas.

Em face da acção de esclarecimento desenvolvida pelo PCP e outras forças democráticas, alguns deputados do PS têm procurado apresentar na Comissão interpretações lisonjeiras das cedências do PS, mas essas tentativas têm sido prontamente desautorizadas pelo PSD.

O PS assume gravíssimas e indeclináveis responsabilidades na desfiguração do regime democrático que está a ser consumado através da sua aliança com o PSD na revisão da Constituição.

A revisão da Constituição está avançada mas não está concluída.

Não há nenhuma razão institucional que impeça o PS de reconsiderar a sua posição; e há todas as razões políticas, incluindo as que o Governo e o PSD fornecem diariamente, para o dever fazer.

É preciso intensificar as tomadas de posição populares designadamente junto da Comissão da Assembleia da República. É necessário reforçar a acção de informação e esclarecimento público. É imprescindível alargar a mobilização democrática e popular em defesa da Constituição de Abril.

5

As eleições de 1989 — importantes batalhas políticas

As eleições de 1989 — para o Parlamento Europeu e para os órgãos das autarquias — assumirão uma grande importância no desenvolvimento da situação política.

Independentemente da importância dos seus objectivos específicos, há condições objectivas para que os resultados eleitorais reflitam o descontentamento popular e o crescente descrédito do PSD e do Governo.

As eleições de 1989 representarão uma contribuição decisiva para resistir e entrar a política de direita, para fazer avançar a convergência e a unidade das forças democráticas e abrir caminho à criação de condições para uma alternativa democrática.

O Comité Central do PCP sublinha que uma forte votação na CDU constituirá a melhor contribuição para derrotar a direita, para defender as conquistas sociais e políticas, para alcançar uma política que defenda os interesses do País, e para a unidade das forças democráticas.

Uma forte votação na CDU será a melhor contribuição para a defesa dos interesses nacionais no Parlamento Europeu e para a criação de condições que permitam a Portugal enfrentar a criação do Mercado Único. Uma forte votação na CDU permitirá alargar a intervenção da CDU na gestão das autarquias, consolidar os avanços alcançados e alargar a efectiva resolução dos problemas das populações.

O Comité Central considera que a confirmação e o alargamento da CDU como espaço democrático aberto e unitário, a multiplicação de iniciativas e acções de esclarecimento em torno de questões de política geral e da adesão de Portugal à CEE, a intensificação da formação de listas de candidatos da CDU aos órgãos autárquicos, abertas aos democratas interessados no progresso dos seus municípios e freguesias, são direcções imediatas de trabalho que exigem a atenção e mobilização de todos os militantes e organizações do Partido.

6

PCP — força indispensável

Em 6 de Março passa o 68.º aniversário da fundação do PCP. A vida tem provado que, na sociedade portuguesa, a intervenção de um PCP forte, unido, responsável, combativo, é necessária, indispensável, insubstituível. A comemoração desta data, num ano em que decorrerão importantes batalhas políticas, como as eleições para o Parlamento Europeu e para os órgãos do Poder Local, quando se tornam mais evidentes e as graves consequências e perigos decorrentes da política de direita e do seu Governo, quando as condições de integração no Mercado Único exigem um grande esforço nacional para serem enfrentadas, deverá ser ocasião para reforçar e valorizar o seu papel e a sua acção na sociedade portuguesa, a sua ligação às diversas camadas da população.

O Comité Central apela para que o aniversário do Partido seja assinalado pela realização de comícios, sessões e outras iniciativas que, com larga mobilização de militantes, contribuam para um melhor conhecimento da acção e luta do Partido ao serviço dos trabalhadores, de todo o povo e dos interesses nacionais, para a preparação das batalhas do momento, bem como para a divulgação dos grandes objectivos políticos que, no novo Programa aprovado no XII Congresso, apontam ao povo português um caminho de progresso e liberdade, visando assegurar a Portugal uma democracia avançada no limiar do século XXI.

17 de Fevereiro de 1989

O Comité Central do Partido Comunista Português

Trabalhadores



A Função Pública entre as mais atingidas por uma inflação falsa

Inflação de 10 por cento

Inteiramente justa a recusa do acordo Governo/UGT

A CGTP-IN tornou pública uma nota afirmando que, perante os 10 por cento atingidos pela inflação média anual, se revelam «inteiramente justas as denúncias» que formulou «a respeito do acordo Governo/UGT». Segue na íntegra a nota datada de 15 do corrente:

«1. De acordo com o índice de preços de Janeiro do INE (Instituto Nacional de Estatística), a taxa de inflação média anual atingiu os 10 por cento, mantendo-se assim a tendência de crescimento da inflação, perante a incapacidade

do Governo para controlar os preços.

«2. Em termos de crescimento dos preços, em relação ao mês homólogo do ano passado, isto é, em termos de taxa «homóloga», critérios escolhidos pelo Governo para

a sua meta de inflação de 6 por cento para 1989, o seu valor atingiu em Janeiro mais do dobro dessa meta, ou seja, 12,2 por cento.

«3. Revelam-se inteiramente justas as denúncias que a CGTP-IN formulou a respeito do acordo Governo/UGT de aumento na massa salarial de 8 a 9,5 por cento, tanto mais que apesar da exiguidade desses valores, o Governo pretende que esses aumentos impliquem aumentos inferiores das tabelas salariais e de outras matérias de índole pecuniária, negociadas directamente através da contratação colectiva.

«4. Perante a situação económica do País, que o

Primeiro-Ministro não se cansa de louvar, perante a pesada carga fiscal que recai sobre os rendimentos do trabalho, devido à política fiscal do Governo, e perante a crescente redução do peso dos salários no rendimento nacional, é inaceitável que o Governo pretenda impor a redução real dos salários nominais dos trabalhadores.

«5. São crescentes os motivos de protesto dos trabalhadores e mais fortes as razões para a mobilização geral para o dia de luta de 24 de Fevereiro.

Fica provada a justeza da luta dos trabalhadores e a sua oportunidade», conclui a CGTP.

Setúbal

Encontro sobre formação

Depois de amanhã, sábado, 25, com início às 14 e 30, efectua-se no auditório da biblioteca da Câmara Municipal do Barreiro, um Encontro Distrital sobre Formação Profissional.

Promovida pela CDJ (organismo da Juventude) da União dos Sindicatos de Setúbal, a iniciativa integra-se na preparação da 2.ª Conferência da Juventude Trabalhadora e nela participam formandos em acções levadas a cabo pelo movimento sindical unitário.

Segurança Social não funciona

A Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Se-

túbal distribuía entretanto uma nota revelando que o Conselho Regional de Segurança Social não funciona há mais de seis meses. Durante esse período, aquele Conselho de Setúbal não reuniu uma única vez, «não exercendo as suas funções». É assim violado o regimento daquele organismo, acrescenta a direcção da USS, designadamente no que respeita à «obrigatoriedade de reunir mensalmente».

No sentido de conseguir o regular funcionamento do CRSSS, a Executiva da União Sindical do distrito escreveu ao respectivo presidente para que efectue as diligências convenientes.



Juventude na rua em Lisboa, 28.1

Covina

Podem começar hoje 120 horas de greve

Depois de anunciar que foram suspensas as greves que deveriam iniciar-se quinta-feira passada e terminar amanhã, a comissão de trabalhadores (CT) da Covina torna público o início hoje, 23, de um período de 120 horas de greve na produção e transformação do vidro. Esse período de luta pode prolongar-se até 10 de Março, acrescenta a CT, se se mantiver a mesma proposta de aumento da massa salarial de 10,1 por cento, que os trabalhadores decidiram não aceitar.

A suspensão da greve a iniciar em 16 do corrente deveu-se a um aumento da proposta do Governo/IPE/multi-

nacional de 8,5 por 10,1 por cento. Mas os trabalhadores, diz a CT, não aceitam a imposição dos administradores de que esses 10,1 por cento seriam «o valor final das negociações».

Segundo a CT, a CNS (comissão negociadora sindical) «não aceitou tal intransigência, falta de realismo e seguidismo político», pois a atitude da administração «nada tem a ver com a situação económica da Covina».

A adopção da greve foi aprovada num plenário geral de trabalhadores em 14 do corrente. A concretização da luta dependerá da posição dos administradores.



A prosperidade da empresa deve ver-se (também) nos salários

Sumário sindical

Hotelaria — Dois em cada cinco trabalhadores do ramo da hotelaria e turismo têm os seus empregos dependentes de contratos a prazo, revelou recentemente a Feshot, Federação Sindical do Sector.

Banca — Os delegados sindicais dos bancários (SBSI) e os organismos em geral do mesmo Sindicato, com sede em Lisboa, advertem contra a «insegurança e a incerteza» contidas nos projectos de legislação (pacote) do Governo, no que respeita à liberalização completa dos despedimentos. Extensa informação sobre o assunto foi recentemente publicada pelo Bancários, órgão do SBSI. Acerca da «situação da mulher na banca», a mesma organização sindical anunciou para 19 do corrente a realização do 3.º Encontro de Trabalhadoras Bancárias, no Forum Picoas, em Lisboa.

Petrogal — «Rejeitar o projecto de constituição de uma outra empresa à custa da extinção da Petrogal EP e da eliminação de direitos, interesses e regalias dos trabalhadores», ameaçados de despedimento, constitui um dos pontos da moção recentemente aprovada pela CCT (Comissão Central de Trabalhadores) daquela empresa pública que, como se sabe, tem manifestado plena adesão à luta contra o pacote laboral e a sua promulgação.

Magistrados — Numa intervenção pública recente, membros da Associação Sindical dos Magistrados Judiciais Portugueses afirmaram em Lisboa que o anteprojecto do Código de Processo Civil, da autoria de uma comissão dependente do Ministério da Justiça, é imprestável. «Não serve — disseram — as necessidades actuais da sociedade portuguesa», remetendo designadamente o mesmo projecto para uma ideia antiquada e perfeitamente ultrapassada do juiz e não resolvendo a questão da «morosidade» dos tribunais. Quanto a remunerações, os magistrados anunciaram para 4 de Março, em Coimbra, uma Assembleia Geral daquela organização, que tem conduzido várias lutas contra a degradação do sector.

Bombeiros — Os Sapadores Bombeiros de Lisboa, que continuam a reclamar o direito de se sindicalizarem, pugnam, juntamente com o STAL (Autarquias), por «um espaço de diálogo até aqui recusado pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa». São muitos e diversos os problemas a resolver, bem como as acções para os solucionar. Rafeal Lisboa, do BSB e do Sindicato, STAL, disse em Lisboa que «o abaixo-assinado divulgado pelo presidente da Câmara, em que os sapadores bombeiros manifestavam o desejo de manterem a sua situação militarizada, é o resultado de uma série de coacções e não corresponde à vontade dos bombeiros».

EDP — A CT (Comissão de Trabalhadores) da empresa pública EDP, ao referir-se recentemente a uma revista publicada pelos gestores e chamada «Rede Eléctrica», protesta contra um tipo de informação que «provoca um desconhecimento alarmante do que se passa» e no que «mais directamente diz respeito» aos trabalhadores, cuja CT divulgou uma outra revista relativa a Novembro/Dezembro de 1988 e tendo na capa o lema «Os clientes em primeiro lugar».

Jornalistas — O Sindicato dos Jornalistas (SJ) efectua no próximo dia 27 em Lisboa um seminário sobre a língua portuguesa e a comunicação social.

Alimentação — Sem salários desde Outubro findo, os 240 trabalhadores da fábrica de pastelaria J. Sales Caldeira, de Lisboa, protestam contra a paragem da produção por dívidas do patronato que rondam os cinco milhões de contos.

Têxteis — A Federação Sindical que abrange este sector divulgou recentemente dados alarmantes sobre os baixos salários portugueses, em comparação com o resto da Europa, designadamente da CEE. Paga-se em Portugal e naquele sector 4,5 vezes menos do que no conjunto da chamada Europa dos Nove, excluindo a Dinamarca. Neste último país a proporção é de 6,5 vezes superior à de Portugal. Os salários portugueses no têxtil estão mesmo abaixo dos praticados em países do Sudeste Asiático, por exemplo, Coreia, Singapura e Hong-Kong.

Trabalhadores

Mobilização amanhã

Convergem na luta de massas sectores decisivos para uma grande afirmação de força e vitalidade do movimento sindical e das acções de âmbito social contra uma política em escalada agressiva contra direitos, liberdades e garantias elementares dos trabalhadores e grandemente lesiva dos interesses da indiscutível maioria da população.

A mobilização geral convocada para amanhã pela CGTP coincide com as mais variadas formas de luta já a decorrer. Dada a implantação sindical do movimento unitário, cujo apelo à participação na jornada de amanhã se dirige a todos os trabalhadores, independentemente das suas opções políticas, partidárias ou sindicais, a mobilização geral deve abranger praticamente todo o País, com acções na rua em várias capitais de distrito. Além de Lisboa, anunciaram concentrações, manifestações ou desfiles as organizações distritais do **Porto, Évora, Setúbal, Leiria e Aveiro**. As formas de luta serão diversas, desde plenários e outras reuniões, até concentrações antecedidas de desfiles, etc. Mas os objectivos são de tão ampla adesão que englobam várias greves, com relevo para os **CTT, Covina e Administração Local** (autarquias). Em 18 do corrente estavam já confirmadas greves para amanhã, além das referidas, na **Portucel, Rádio Marconi, CP, Transtejo, Dragopor, RN, Metropolitano, Tráfego Fluvial, Carris, STCP** (Transportes Colectivos do Porto), **EPAL, Quimigal, Fisi-pe**, bem como noutras empresas dos sectores da **metalurgia, metalomecânica e minas, indústrias químicas e indústrias eléctricas, construção civil, Reforma Agrária, hotelaria**. Com greves de

24 horas, além de algumas já citadas, participam também empresas como a **CNP** (Companhia Nacional de Petroquímica), **Spel, Tinco, Firestone, Cavan, Sado Internacional, Sermon, Secil, Sociedade Nacional de Cortiça, Infal, Sopac e Torralta**.

Objectivos da luta

Anunciados pela CGTP, os objectivos da luta de amanhã são os seguintes:

- Combater o pacote laboral;
- Exigir a reposição das perdas salariais de 1988 e aumentos justos para 1989;
- Combater a política anti-social do Governo na saúde, impostos, habitação, transportes e segurança social;
- Exigir a redução do horário geral de trabalho para o máximo de 40 horas semanais.

A amplitude das paralisações já anunciadas e as decisões dos plenários distritais de sindicatos no sentido de manifestar nas ruas o descontentamento dos trabalhadores e da população fazem prever para amanhã um dia de luta com características muito próximas de uma paralisação geral. Na verdade, paralisarão sectores tão decisivos como os **transportes nas grandes cidades, grande parte da administração pública, os**

correios, a distribuição de água à cidade de Lisboa (EPAL), parte significativa das comunicações e telecomunicações, da construção civil, a EDP e outras grandes empresas de âmbito nacional.

Concentrações na zona da Reforma Agrária

De acordo com o gabinete de Imprensa do Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora, haverá **concentrações** amanhã em **Arraiolos, Montemor-o-Novo, Évora, Ponte de Sor, Avis, Serpa, Beja, Aljustrel, Alcácer do Sal, Grândola e Santiado do Cacém**.

Novas iniciativas estão a ser preparadas no seguimento da jornada de amanhã na zona da Reforma Agrária. Entretanto, nas concentrações, os trabalhadores distribuirão 20 mil exemplares de um texto intitulado «Que futuro para a Agricultura?» onde se lê que a defesa e aperfeiçoamento da Reforma Agrária é condição necessária para o desenvolvimento da agricultura portuguesa, tendo em conta designadamente «o embate de 1992».

Entretanto, era convocada para a **Praça da Liberdade no Porto** (15 e 30 de amanhã) a concentração mais importante do Norte. No entanto, a

hora da concentração poderia ainda ser alterada, quando redigimos esta notícia.

Registe-se, todavia, que todos os sindicatos já tinham subscrito, com a devida antecedência, o pré-aviso de greve para os **Serviços de Transportes Colectivos do Porto (STCP)** e que tinham sido desenvolvidas algumas acções de propaganda, com destaque

para a caravana que percorreu, sábado, o Porto e arredores. Caravanas do mesmo tipo têm percorrido diariamente as principais ruas e empresas da cidade.

Destaque merece também a preparação da jornada de amanhã na zona da Grande Lisboa e em Setúbal. Plenários nas fábricas **Regina, Excelsior (Cascais), Aliança e Nacional** decidiram a convocação de greves de 24 horas para amanhã, prevendo-se que o mesmo viesse a suceder no que respeita à **Sores**. Adere assim à luta um importante sector de actividade, como é o das **indústrias ali-**

mentares e correlativas, o mesmo acontecendo com os têxteis e afins, o sector das indústrias gráficas e a cortiça.

Anteontem, a CGTP revelava que a mobilização geral «vai decorrer preferencialmente sob a forma de greves».

Destaque-se, por último, a larga movimentação nos sectores **bancário e dos seguros**. Em Lisboa, o SBSI faz reivindicações muito precisas e justas, tendo aprovado várias acções de luta que certamente terão reflexos na grande jornada de amanhã.

Apelo da Zona Oriental

Num apelo ao incentivo da aproximação das forças democráticas, e enumerando os objectivos da luta de amanhã, o Organismo das Empresas da Zona Oriental de Lisboa (PCP) chama todos os trabalhadores, «independentemente da sua filiação partidária ou sindical», a participar e apoiar todas as formas de luta marcadas

para amanhã, no âmbito da mobilização geral, iniciativa da CGTP. Além dos objectivos já aqui referidos e que foram divulgados pela Central, aquele organismo do PCP refere-se à defesa da Reforma Agrária e à luta «por uma revisão constitucional que não ponha em causa o actual regime democrático resultante do 25 de Abril».

Professores

Jornadas e mobilização

• Acordo parcial com o Ministério

Ao mesmo tempo que chegavam a acordo com o Ministério em algumas questões sobre o estatuto da carreira docente, os professores representados pela Fenprof (Federação Nacional) conduziam em todo o País jornadas de esclarecimento e mobilização acerca dos problemas profissionais e sociais mais graves, incluindo a recusa dos 7,5 por cento de aumentos salariais em que o Governo continua a insistir. Foi ainda da Fenprof a iniciativa de um **seminário** em Coimbra (sábado último) sobre «Os professores face aos desafios da CEE».

As jornadas da Fenprof, com o termo previsto para

amanhã, iniciaram-se em 20 do corrente por decisão do plenário do Secretariado Nacional da Fenprof, que se reuniu em Lisboa entre 13 e 15 do corrente. O período de esclarecimento e mobilização dos professores, que repudiavam o pacote laboral, serviria, segundo o SN da Fenprof, para tratar de «alguns aspectos profissionais e sociais que no momento mais preocupam» os professores.

Entre esses aspectos avulta o das carreiras. Pelo que veio a público na imprensa diária sobre o acordo com o Ministério nesse campo, depreende-se que o titular da pasta do Ensino teria concordado em baixar o tempo de

duração da carreira — única e com dois desenvolvimentos — para 21 e 26 anos, conforme se trate respectivamente de licenciados e bacharéis. Direitos adquiridos não seriam postos em causa pelo novo sistema.

Quanto à CEE, o seminário de Coimbra contou com a participação dos eurodeputados Barros Moura (PCP), Luís Marinho (PS), Manuel Pereira (PSD) e José Gama (CDS). Foram discutidas várias apreensões dos professores, principalmente no que respeita à indefinição das carreiras e quanto ao reconhecimento da formação e diplomas nos restantes países da Comunidade.



Fazendo valer a justiça da sua luta. Lisboa, 18.11.88

A UNIÃO FEVº 1989
Jornal das lutas em curso por uma vida melhor

TODOS À LUTA

**24
FEV.**

GREVES

MOBILIZAÇÃO GERAL

Pela importância, a oportunidade e a justeza desta luta, a CGTP faz um veemente apelo ao empenhamento e mobilização, à unidade e solidariedade entre todos.

Trabalhadores

Greve dos médicos

Só movimentação prolongada se revelará eficaz

A mobilização mantém-se após a greve. Termina amanhã o prazo para os enfermeiros serem recebidos no Ministério. A recusa do diálogo pode conduzir à luta, adverte o SEP

Embora tenha sublinhado o «estrondoso sucesso da mobilização dos médicos», que teve expressão pública na recente greve de três dias, o Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS) recordou ultimamente que «a arrogância e a falta de senso do Ministério só podem ser alterados com uma movimentação prolongada».

A direcção do SMZS, que acentua o facto de os médicos continuarem mobilizados depois da greve, como aliás foi notório também por parte da Ordem, recebida recentemente pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, não deixa de observar que a ministra Leonor Beleza, embora indirectamente, «acabou por dizer aos portugueses aquilo que nunca tinha aceitado fazer». Nas palavras do sindicato, «reconheceu que são justificadas alterações nas remunerações dos médicos».

No entanto, os médicos «vão continuar mobiliza-

dos». Por alcançar continuam objectivos centrais, como o reenquadramento salarial; a defesa da carreira de clínica geral; melhores condições de trabalho e de emprego; uma gestão dos serviços de saúde «participada, desgovernamentalizada e despartidarizada»; reforma e modernização dos serviços.

Colaboração e convergência com os interesses da população

Os dirigentes do SMZS salientam a contribuição da greve nacional para «uma rápida consciencialização da opinião pública em relação às reivindicações dos médicos». Mas, depois da greve, melhoraram as condições para alcançar o «objectivo estratégico» dos clínicos: «consolidar um novo clima de colaboração e convergência com os interesses da população».

Recorde-se que as organizações dos médicos definiram o ano de 1989 como **ano de luta contra a actual política de saúde**. Essa definição partiu do pressuposto — o termo é do próprio sindicato — de que se manterá tanto a arrogância como a falta de senso do Ministério e, naturalmente, do Governo de quem mantém renovada confiança.

No entanto, embora superficiais por enquanto, os resultados da greve fazem sentir-se também no «posicionamento» do Ministério, como disse um representante da Fename (Federação dos Sindicatos Médicos) ultimamente em Coimbra, a propósito de a ministra se dispor a receber aquela organização amanhã.

Recorde-se, entretanto, que amanhã, sexta-feira é o dia da mobilização geral convocada pela CGTP. Recorde-se também que, entre os efeitos da greve de 8, 9 e 10



Os médicos prevêem novas acções

do corrente, «sentidos» no Ministério da Saúde, se conta, segundo a Fename, o reconhecimento da necessidade da dedicação exclusiva, embora esse reconhecimento não vá sem limitações e distorções.

Quanto à Ordem dos Médicos, assinala-se a coerência da sua direcção e desig-

nadamente do bastonário, Machado Macedo, que ainda há dias voltou a defender publicamente os interesses da classe e da saúde pública, admitindo o recurso à greve e o apoio declarado da Ordem e essa forma de luta, quando esgotados os outros meios legítimos de intervenção.

No que respeita aos **enfermeiros**, é de registar que termina amanhã o prazo que o sindicato (SEP) deu ao Ministério para iniciar o diálogo quanto às suas reivindicações. Para o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, a não haver diálogo produtivo, haverá luta que poderá ir até à greve.

Reforma da Administração Pública Concluída a primeira fase das negociações

Ao mesmo tempo que reafirma a necessidade indispensável de obter melhores salários, pelo que «a luta vai endurecer», a Frente Comum (FC) dos Sindicatos da Função Pública adianta que «concluiu hoje (15.2) a primeira fase das negociações» sobre a reforma da Administração Pública, obtendo vários compromissos da parte do Governo. Mantém-se entretanto o apelo à participação solidária na mobilização geral de amanhã por parte dos trabalhadores e de todos os sindicatos do sector.

Nas negociações dos representantes sindicais com a subsecretária de Estado para a Modernização Administrativa, a FC obteve entre outras garantias:

- De negociação com os sindicatos de todos os diplomas que vierem a regu-

lamentar a respectiva Reforma;

- De regularização do grave problema dos tafeiros e outros trabalhadores com vínculos precários;
- De revalorização das carreiras profissionais e do salário mínimo da Função Pública.

Realçada a importância dos compromissos do Governo

A Frente Comum, através da sua comissão negociadora sindical, realça «a justa importância dos compromissos do Governo». A fase das negociações a que se chegou agora segue-se a um extenso período de lutas directamente relacionadas com aqueles compromissos agora assumidos pelo Governo.

Recorda a comissão da FC que, visto sem luta nada se conseguir, é por esse caminho que os TFP e os seus

sindicatos seguirão, para que «esses compromissos venham a ser uma realidade que não defraude as aspirações» manifestadas.

Por outro lado, a FC «deixa bem claro que as negociações agora concluídas nada têm a ver com a negociação dos aumentos salariais para 1989». No entanto, evoluções posteriores deste assunto de imediata importância para os trabalhadores fazem prever que o Governo recuará substancialmente em relação aos primeiros valores (percentagens) que avançara para esses aumentos.

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) afirmava quinta-feira passada que «a luta já nos deu vitórias». Numa nota desse dia, pode ler-se que, depois da greve de 7 de Dezembro e da jornada de 9 do corrente, «o Governo cede finalmente, alterando as suas posições iniciais e aproximando-se das propostas» dos sindicatos. No entanto, ainda nada tinha vindo a público até à data em que escrevemos sobre propostas da parte do Governo superiores a 7,5 por cento que os sindicatos não aceitam.

É de sublinhar, aliás, que o próprio primeiro-ministro admite aumentos superiores em geral (8,5 a 9,5 por cento) e tem reafirmado o propósito do Governo de não importectos salariais.

De fonte oficial (INE), sabia-se entretanto que a infla-

ção atingia os 10 por cento. Com base nessa percentagem e nos 6 por cento que foram obrigados a aceitar o ano passado, os sindicatos

da Função Pública, e designadamente a FC, querem concretizados aumentos superiores a 7,5 por cento este ano.

Sindicatos mantêm os 11 por cento

Depois de reafirmar que «a Frente Comum não aceita a imposição salarial do Governo» (7,5 por cento), a FNSFP (Federação do sector) contrariou «a especulação surgida nas últimas horas em vários órgãos de comunicação social», sublinhando que os sindicatos da Função Pública mantêm a sua proposta de aumento de salários de 11 por cento para 1989.

Segunda-feira passada, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública acrescentava que, na sua reunião com o Governo, marcada para anteontem às 15 horas, a Frente Comum defenderia essa mesma posição, recusando os 7,5 por cento da proposta governamental.

Apelo à participação na jornada de amanhã

A FNSFP apelou, ao mesmo tempo, à participação dos trabalhadores do sector na mobilização geral de 24 do corrente, através da «realização do maior número de plenários, com paralisação dos serviços, e concentrações».

A Federação sindical junta-se assim e mais uma vez ao repúdio generalizado do pacote laboral e, para o efeito, **subscreveu um pré-aviso de greve**, no sentido de «cobrir todos os trabalhadores que pretendam naquele dia (amanhã) exprimir dessa forma o seu descontentamento».



O STAL vê-se obrigado a ir para a greve. Manif. em Lisboa, 28.1

PCP

Nota do Executivo da Comissão Política

Como é falsa e artificial a meta da inflação anunciada pelo Governo

1. O executivo da Comissão Política do Comité Central, tendo examinado a política de rendimentos e preços do Governo do PSD e as suas consequências, concluiu que, com o aumento de preços verificado em Janeiro, e mesmo que o índice de preços fosse congelado até ao final do ano, a taxa de inflação média anual em 1989 seria já superior aos 6 por cento propagandeados pelo Governo. Desse facto decorre que a taxa de inflação em 1989 será seguramente superior à verificada no ano passado. Com efeito, mesmo que a evolução mensal

dos preços se viesse a situar em cerca de metade (0,5 por cento ao mês) da registada em 1988 — praticamente a média prevista para o conjunto dos países da CEE — a taxa de inflação seria da ordem dos 10 por cento.

2. Esta situação mostra claramente como é falsa e artificial a meta da inflação anunciada pelo Governo, que visa fundamentalmente servir de tecto salarial e impedir que os salários tenham em 1989 aumentos reais. Assim sendo, este facto terá de ser obrigatoriamente tido em conta em

especial na chamada «concertação social» e na negociação de aumentos salariais em geral.

3. O aumento da taxa de inflação conjugado com o aumento da carga fiscal, os cortes de crédito e o aumento das taxas de juro, agrava as injustiças sociais criando sérias dificuldades a largas camadas da população: trabalhadores, jovens, reformados, camadas médias, pequenos e médios empresários.

4. O PCP, ao mesmo tempo que chama a atenção para o carácter

classista e mistificador da chamada política de rendimentos e preços do Governo de Cavaco Silva, declara que tudo fará para que, contrariando esta política, os trabalhadores e as camadas médias não vejam os seus salários e rendimentos reais diminuídos e beneficiem dos ganhos de produtividade e para que a massa salarial aumente o seu peso na distribuição do rendimento nacional.

20.2.1989

O Executivo da Comissão Política do Comité Central do PCP

Lousã — Com cavalos e granitos se enganam os tolos...

No Município da Lousã confirma-se, da parte do presidente da edilidade, uma grave tendência para o gigantismo e para a ameaça directa aos interesses das populações locais.

Esta é a conclusão que os comunistas retiram quando analisam os projectos do hipódromo e da instalação da indústria de granitos, ambos com o empenho pessoal de Horácio Antunes (PS), presidente da Câmara Municipal. Para a construção do hipódromo para mil cavalos, há que sacrificar 100 hectares (idêntico projecto foi já recusado pela CM de Ovar pelo impacte ambiental negativo que originaria). Quanto aos granitos, sabe-se que a Câmara dirigida por Horácio Antunes está na disposição de

conceder a uma empresa um apoio de qualquer coisa como 40 mil contos, à média de 1000 contos por cada posto de trabalho (estão previstos 35 trabalhadores).

Comentando estas questões, a Comissão Concelhia da Lousã do PCP chama a atenção da opinião pública e dos residentes do concelho em particular para estes aspectos:

O presidente da Câmara, vendo chegar o seu mandato ao termo, e apercebendo-se de que pouco realizou em termos das necessidades bá-

sicas, e de que o descontentamento das populações é geral, desatou a realizar algumas obras de fachada que possam mostrar que está a mexer, ou então a anunciar projectos, qual deles o mais disparatado...

Primeiro: A indústria de granitos já levou cerca de 50 moradores da zona dos Matinhos à Câmara protestando contra tal projecto pela poluição que irá provocar numa zona residencial como esta. Claro que subjacente a este projecto está a incúria da Câmara em atribuir tão forte «donativo» à empresa em questão, em que um dos sócios é o ex-presidente da Câmara de Coimbra e construtor civil, Mendes Silva (PS).

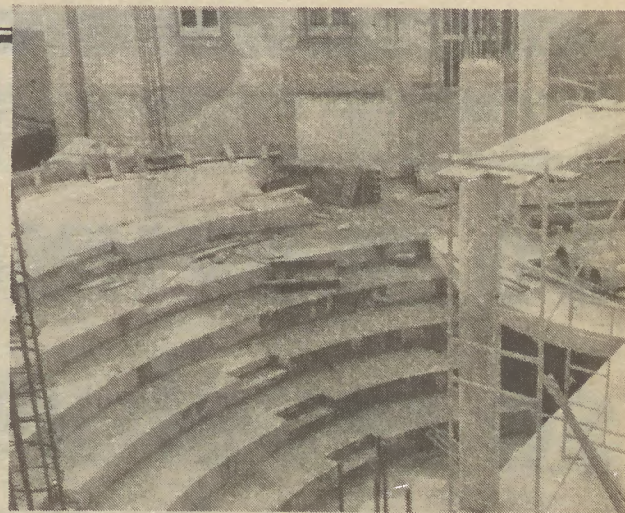
Segundo: As instalações do hipódromo irão necessitar de 100 ha de terreno. Como vai a Câmara consegui-lo? Vai expropriar terrenos para os ceder à «Ferpinta» a 75\$00/m²? E o atentado ecológico? E o que dirão as pessoas que precisam de terrenos para auto construção e que vêem que a Câmara não mexe uma palha?

Terceiro: A Câmara está a perder decididamente o pé. Praticamente todo o sector das madeiras, na Lousã, foi destruído. A fábrica de papel de Serpins foi encerrada. Muitas famílias ficaram à beira da miséria. A economia e o desenvolvimento do concelho sofreram um rude golpe. O que fez a Câmara? Pouco mais do que nada. Nem sequer a denúncia do Governo Cavaco Silva/PSD, responsável por uma política que conduz a tal estado de coisas.

A situação é tanto mais caricata quanto sabemos que a célebre Zona Industrial do Alto do Padrão, criada há anos, à sombra de tanta demagogia, ainda hoje continua à espera das infra-estruturas de abastecimento de água e electricidade.

Como quer a Câmara fixar e estimular a indústria no concelho?

É caso para perguntar: o que anda a fazer a Câmara? Que têm vindo fazer à Lousã tantos ministros e secretários de Estado? A resposta é fácil: propaganda, demagogia, eleitoralismo.



Plenário em Setúbal

Os fundos e o novo CT

É necessário aumentar as receitas do Partido — sublinhou o plenário distrital de fundos da Organização Regional de Setúbal (ORS), realizado no passado dia 18 na capital do Sado com a participação de 70 camaradas.

Durante o encontro, que registou também a presença do camarada Jaime Serra, membro da C. Central do Controlo e Quadros, a campanha para o novo CT da DORS esteve, naturalmente, no centro das atenções, tendo-se chegado a um conjunto de conclusões essenciais:

- Aprofundar a discussão internamente e simultaneamente informar com mais assiduidade as fases de desenvolvimento da campanha e da construção do CT;

- Planificar a discussão com a apresentação prática dos resultados e das causas que tenham dificultado o desenvolvimento da campanha, tomando medidas para que se alterem situações de possíveis atrasos;

- Fazer um acompanhamento estreito aos resultados conseguidos e mensalmente analisar se as metas de cada organização estão a ser atingidas;

- Levar a campanha para a rua. Abri-la de forma simples, mas aprazível à população, não só do distrito mas também fora deste;

- Ouvir, discutir e estudar colectivamente novas iniciativas, acompanhando aquelas que já deram provas da sua proficuidade, em especial, as abordagens, rifas e outros sorteios, festas do Partido e participação nas festas populares de âmbito concelhio ou de freguesia, excursões, convívios, bailes, actividades desportivas, melhor aproveitamento dos mercados mensais, piqueniques, magustos, subsídio de Natal, cabaz da Páscoa, etc.

Equilíbrio financeiro

Salientando que é «extramamente necessário aumentar as receitas do Partido», o plenário chamou a atenção para as quotizações em atra-

so e apontou tarefas concretas:

- Dinamizar as comissões para o contacto directo para receber a quotização, responsabilizar quadros para tarefas e divulgação da imprensa e outros materiais do Partido;

- Analisar, caso a caso, se as quotas estão distribuídas da forma mais racional e se os quadros com esta tarefa serão os mais indicados;

- Estudar as mais variadas formas de aumentar a divulgação da imprensa do Partido e acompanhar o recebimento do produto da sua venda de forma atempada;

- Criar formas práticas, mas objectivas, para as abordagens;

- Praticar uma política de preços nos locais de convívio mais de acordo com a realidade, estando sempre atentos a acordos vantajosos nas compras.

Estruturas

A necessidade de estruturar a frente de fundos foi profundamente debatida no encontro, que sublinhou igualmente a responsabilização das organizações como tarefa essencial na defesa e controlo dos dinheiros e dos bens do Partido.

Ainda a propósito da estruturação da frente de fundos, o plenário avançou algumas direcções de trabalho:

- Continuar a melhorar a coordenação distrital, aprofundando a discussão e tornando mais eficaz as conclusões tiradas nas mesmas;

- Melhorar substancialmente a participação e o trabalho de apoio ao controlo financeiro;

- Criar, organizar e dinamizar de forma efectiva a vida colectiva das comissões de fundos e controlo financeiro, quer a nível concelhio, de freguesia ou células de empresa.

Célula da SFUAP

Assembleia no aniversário do «Avante!»

«Faz hoje, 15 de Fevereiro, 58 anos que saiu o primeiro número do «Avante!», o jornal do nosso Partido, guia e farol da acção dos comunistas desde 1931 e o grande órgão de mobilização, de consciencialização e de unificação dos trabalhadores portugueses e de quantos se opuseram à ditadura durante a longa noite fascista...»

E assim que começa a saudação ao órgão central do PCP aprovada no decorrer dos trabalhos da Assembleia da Célula do Partido na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), concelho de Almada.

Não foi por acaso que a Assembleia teve lugar no passado dia 15: foi escolhido o dia 58.º aniversário do nosso «Avante!», sublinham os comunistas da SFUAP, a quem o colectivo deste jornal dirige desde já fraternas saudações.

A Assembleia, que teve

uma larga participação — como, de resto, é hábito — discutiu um relatório de actividade orgânica, política e fundos da célula e apontou objectivos e orçamento para o ano de 1989.

Elegeram um Secretariado de 5 elementos e discutiu a situação política com a participação do camarada José Manuel Maia, membro da Comissão Concelhia de Almada, da DORS e do Comité Central.

Todas as resoluções foram votadas de braço no ar e aprovadas por unanimidade.

Executivo da DORL tem a palavra

O Executivo da DORL do PCP procedeu à análise da situação política e social, dos perigos e consequências para o regime democrático e para as condições de vida do povo, decorrentes da política do Governo, bem como do descontentamento crescente que esta política vem suscitando em amplos sectores da sociedade portuguesa, assinala um telex chegado à nossa redacção.

A insistência do Governo numa política de afrontamen-

to ao regime de tentativa de imposição do pacote laboral e da redução progressiva do poder de compra dos trabalhadores tem de merecer uma resposta firme e determinada, sublinha o Executivo da DORL do PCP que manifesta a sua inteira solidariedade para com o Dia de Mobilização Geral marcado para o dia 24 de Fevereiro pelo movimento sindical unitário e apela a todos os seus militantes, aos trabalhadores e democratas do distrito para

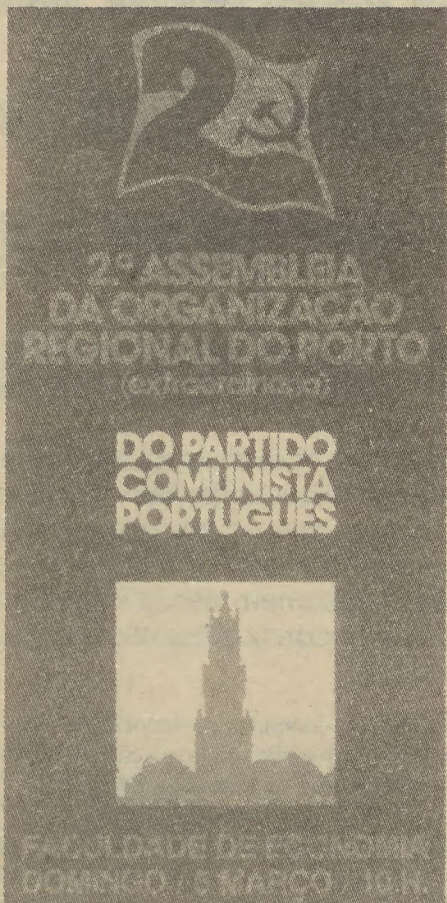
nele participarem activamente.

Avaliando o andamento do trabalho preparatório das próximas eleições, o Executivo da DORL salienta a importância e o significado do conjunto das iniciativas programadas em Fevereiro e Março.

A realização do encontro de quadros da ORL sobre as eleições do Parlamento Europeu, em que participaram mais de duas centenas de

camaradas, e os encontros específicos sobre a CEE (banca, seguros, cultura, telecomunicações, bairros históricos), a iniciativa sobre a Área Metropolitana de Lisboa, bem como os encontros CDU nos Concelhos de Lisboa, Sintra, Vila Franca de Xira, Amadora, Azambuja, Loures, Torres Vedras e Sobral de Monte Agraço, confirmam a intensa actividade do Partido e revelam a confiança com que os comunistas do distrito encaram estas batalhas.

PCP



É já no próximo dia 5 de Março que decorrerá na Faculdade de Economia, a partir das 10 horas, a 2.ª Assembleia (extraordinária) da Organização Regional do Porto (ORP) do PCP, cuja fase preparatória regista por agora mais de 60 das 109 reuniões plenárias previstas.

A Assembleia vai circunscrever-se à discussão da situação política e social, preparação dos actos eleitorais deste ano e outras tarefas do Partido, para além, naturalmente, da eleição da nova Direcção Regional.

A par destas questões, as assembleias e reuniões preparatórias têm procedido à eleição dos delegados. Mais de metade dum total de 497 foram já eleitos pelas respectivas organizações. Até ao fim da semana todos estarão eleitos.

Como nos salientam os camaradas, tudo está encaminhado para que a 2.ª Assembleia da ORP represente uma contribuição positiva para o reforço do Partido no distrito do Porto, indo ao encontro dos objectivos e das orientações que o XII Congresso colocou ao Partido.

Porto

Comunistas atentos à nova composição social de Cedofeita

Os comunistas da freguesia portuense de Cedofeita estiveram reunidos no último sábado numa assembleia de organização (extraordinária), que juntou cerca de 80 camaradas, 55 dos quais eleitos como delegados nas três assembleias plenárias de zona preparatórias da iniciativa. A Assembleia decorreu no salão nobre da JF local.

A discussão de perspectivas de trabalho na freguesia, em particular a participação da organização do Partido nas grandes batalhas eleitorais que este ano se realizam, ocupou parte importante dos trabalhos da Assembleia que, «tendo em conta, nomeadamente, as grandes transformações na composição social da população da freguesia nos últimos anos — com o afastamento das famílias de fracos recursos, pela destruição de zonas degradadas e prédios antigos, e a construção de grandes urbanizações — concluiu pela necessidade de ter

em conta este facto e de conseguir transmitir a esta nova população que não é com o PSD ou com o PS que irão resolver-se os problemas da freguesia».

No plano interno do Partido foi visto dar particular atenção à estruturação da organização com a constituição de comissões de zona e de vários organismos executivos — comissão para as tarefas de organização e cotização, para o trabalho autárquico, para iniciativas e para o trabalho de mulheres e, preocupação muito sentida na Assembleia, a criação de uma comissão para

discutir o trabalho junto da juventude.

A Comissão de Freguesia eleita por unanimidade constituída por nove camaradas, teve na sua base a necessidade de dotar a organização de uma direcção operacional, por isso com uma composição mais reduzida, com capacidade para dirigir politicamente e dar resposta aos problemas do Partido e com ligação às forças vivas da freguesia.

A encerrar a Assembleia interveio a camarada Teresa Lopes, membro do CC e da DORP, que deu a conhecer as principais conclusões da última reunião do Comité Central. Já no Centro de Trabalho da Boavista, cerca de cem camaradas da organização de Cedofeita participaram num animado convívio que entrou pela noite dentro.

Curso Básico de Quadros

Na próxima terça-feira, dia 28, terá início no Centro de Trabalho da Boavista, a partir das 21.30 h, um **Curso Básico de Quadros** que versará as seguintes matérias: **Introdução ao marxismo-leninismo** (dia 28); **Noções Básicas de Economia** (2 de Março); **Classes e Luta de Classes** (7 de Março); **A Revolução Portuguesa, a Luta pela Democracia avançada no limiar do século XXI, A Luta pelo Socialismo** (9 de Março); **O PCP — Partido da Classe Operária e de todos os trabalhadores** (16 de Março).

As inscrições para a participação nestas actividades do Centro de Estudos da DORP do PCP estão abertas a todos os militantes do Partido da região do Porto, no Centro de Trabalho da Boavista ou nas organizações respectivas.

SINTRA

Assembleia ligada à realidade

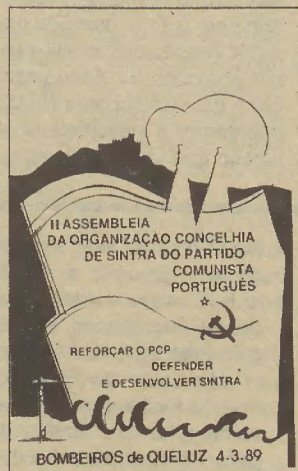
O reforço da organização partidária, o crescimento do Partido, a sua maior ligação às massas, definindo como prioridades o trabalho local, nas empresas e com a juventude, o reforço da votação nas eleições para o Parlamento Europeu e a vitória na Câmara Municipal nas autárquicas de Dezembro — estes, em síntese, os objectivos centrais que presidem ao debate da 2.ª Assembleia da organização concelhia de Sintra, marcada para o próximo dia 4, a partir das 10 horas, nos Bombeiros de Queluz.

Neste momento prossegue a fase preparatória da Assembleia, assinalada essencialmente pelo debate em torno do «relatório de actividades e proposta de orientação e de trabalho» e pela eleição dos delegados (no total são 239).

Como sublinharam ao «Avante!» três camaradas da actual Concelhia (**Jorge Almeida, Álvaro Ferrelra e Paulo Loya**), a Assembleia do próximo dia 4 evidenciará o profundo conhecimento que os comunistas de Sintra têm

do concelho e das suas 14 freguesias, onde coexistem características de meio rural, de zonas de veraneio e núcleos de forte concentração urbana, como são os casos de Queluz e do Cacém, não esquecendo o valioso património cultural e paisagístico de Sintra.

A situação social e as lutas dos trabalhadores (no concelho existem instalações de algumas EPs, com a Tabaqueira, Centralcer, CP, Portucel, EDP e da banca), o trabalho autárquico, os problemas dos jovens, as orga-



nizações sociais e populares, e o Partido (2729 militantes, 152 organismos) estarão em foco na Assembleia que elegerá uma nova Comissão Concelhia, onde as mulheres, os jovens e os camaradas ligados a grandes frentes de trabalho terão presença destacada.

A partir das 18.30 h a Assembleia incluirá um comício de encerramento com a participação de **José Casanova**, membro do Executivo da Comissão Política do Partido.

Na próxima semana voltaremos ao assunto.

É bom lembrar...

As responsabilidades e o prestígio da CDU

Em Dezembro de 1985, mantivemos os nossos quatro vereadores, as cinco presidências de Juntas de Freguesia e aproximamo-nos ainda mais da Presidência da Câmara — num concelho com quase trezentos mil habitantes, ficámos apenas a setecentos votos.

É o PS que vem pagar a maior factura pela política de subordinação aos interesses da direita que praticou durante o mandato: perde um dos seus três vereadores a favor do PRD e uma das suas freguesias a favor da coligação PSD/CDS.

De referir ainda o repúdio do eleitorado concelhio face à candidatura da coligação PSD/CDS para a Assembleia Municipal, encabeçada e apresentada em nome do CDS. Aqui a coligação reacçãoária perde inclusive, e largamente, a favor da ex-APU, o lugar da força mais votada.

A reafirmação da nossa força eleitoral, assim como a capacidade de luta demonstrada forçou, após as eleições, ao desmantelamento da «coligação» PS/PSD/CDS.

Lamentavelmente e contrariando o que seria lógico da parte de um partido democrático, é o PS que abandona a «coligação», face à necessidade sentida pelo PSD/CDS de abrir a gestão da Câmara à participação dos vereadores da actual CDU.

Defendíamos então, como sempre defendemos, que todas as forças políticas eleitas pela Câmara, no respeito pelo método constitucional da proporcionalidade, deveriam assumir responsabilidades por pelouros. Não o entenderam assim, embora por motivos diversos, nem o PS, nem o PRD, nem posteriormente o CDS, do que resulta à divisão de pelouros verificar-se hoje apenas entre nós e o PSD.

De acordo com esta realidade, detemos agora importante leque de responsabilidades na Câmara. Importa, no entanto, deixar claro que o aparelho central da mesma se mantém sob controlo do PSD.

Presentemente detemos responsabilidades, na Câmara, ao nível da Habitação, Recuperação de Bairros Ilegais, Recuperação de Centros e Núcleos Históricos, Abastecimento Público, Desporto, Parques e Jardins, Trânsito, Cemitérios, Educação, Saúde e Segurança Social.

Participamos ainda com um vereador no conselho de administração dos Serviços Municipalizados.

Na Assembleia Municipal e apesar de força mais votada, não detemos a Presidência devido a haver-se aí verificado, contra nós, o acordo entre o PS e o PSD/CDS, do que resultou a eleição de um presidente CDS.

A nível de freguesias e para além das situações em que estamos em maioria, participamos nos executivos de todos os restantes, à excepção de S. João das Lampas e S. Martinho.

Hoje somos inegavelmente a força política que melhor e mais cientificamente conhece o concelho, as suas graves carências e as soluções possíveis para as mesmas (...).

Na situação decorrente das eleições de Dezembro de 1985 e do novo posicionamento a que o PSD foi forçado, continuamos a defender, sem quaisquer transigências de princípios, as linhas de acção que desde o 25 de Abril defendemos no município.

Continuamos a defender e a lutar por uma nova política urbanística que, contrariando os interesses da especulação permita a construção de um concelho harmonioso onde dê gosto viver. E, é na área da política urbanística que se volta a verificar a confluência de interesses — e de votos — entre o PS, o PSD e o CDS, unidos para impor, contra toda a lógica e regras de ciência urbanística, os verdadeiros crimes urbanísticos que continuam sendo aprovados. Lamentavelmente e contrariamente ao que seria de esperar de um partido democrático, é largas vezes o PS quem lidera

os «lobbys» que mais pressionam no sentido de serem aprovadas as grandes negociações especulativas.

Continuamos a defender e aqui com o trabalho concreto dos nossos pelouros, o direito daqueles que vivem nas zonas mais degradadas do concelho, a terem as infra-estruturas sanitárias e o equipamento essencial à vida.

Do mesmo modo e também com o trabalho dos nossos pelouros, melhoramos o equipamento, os espaços verdes e de lazer em vastas zonas urbanas do concelho.

Continuamos a defender o património histórico edificado, seja ele popular ou erudito, e o património paisagístico, conduzindo uma importantíssima acção de salvaguarda da «VILA TESOIRO» de Sintra. Produzimos importante acção na democratização da prática desportiva e continuamos a lutar pela democratização da prática cultural.

E, o que é essencial, continuamos a privilegiar o trabalho aberto, participado, integrando largos sectores da população e mobilizando técnicos e demais trabalhadores do município para a prossecução dos objectivos programados (...).

(Do documento-base da Assembleia)

Comunistas de Santarém preparam Assembleia

O balanço do trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos, a análise da actualidade política e a definição de um conjunto de propostas para a resolução dos problemas do distrito são pontos em destaque nos objectivos da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Santarém (ORSA) do PCP, a realizar no próximo dia 5 de Março (domingo), na Casa do Campino, na capital ribatejana.

«Para o êxito desta iniciativa», sublinha aquela Direcção Regional «é necessário que toda a organização se empenhe na discussão das propostas do Partido para o distrito», entretanto divulgadas.

Ao mesmo tempo que sublinha a importância da Assembleia, a DORSA chama a atenção para algumas das perspectivas que se colocam

para esta iniciativa: a análise crítica à situação económica, social, cultural e política da região e também, naturalmente, à evolução da organização partidária, a eleição da nova DORSA e a preparação do Partido para as grandes batalhas eleitorais deste ano (PE e autarquias).

Ao realizarmos a 2.ª Assembleia da ORSA — salienta o actual organismo de direcção — estaremos a co-

memorar o 68.º aniversário do Partido, o que é mais uma razão para o empenho e a participação activa nesta jornada de trabalho, de fraternidade e de alegria.

A Assembleia, que contará com a presença do camarada Luís Sá, membro da Comissão Política, terá início às 10 horas prolongando-se até cerca das 18.30 h, com intervalo entre as 13 e as 15 h.

Montijo Apoio logístico do Governo a uma iniciativa do PSD...

A recente visita de Macário Correia, Secretário de Estado do Ambiente do Governo Cavaco, ao município do Montijo suscitou do Executivo local do PCP um breve comentário enviado no passado dia 20 aos órgãos de Comunicação Social.

Os comunistas montijenses denunciam o escandaloso apoio logístico que a Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais prestou a uma iniciativa estritamente partidária do PSD, quando, a 13 de Fevereiro, utilizou o seu telex (assinado pela chefe de gabinete, Luísa Branquinho) para fazer passar gato por lebre — ou lebre por gato.

Na verdade, o telex dando

conta do programa do Secretário de Estado incluía um colóquio sobre «O Tejo e tradições de suas gentes», o qual é identificado pelo Presidente da Comissão Política da Secção do Montijo do PSD, António José de Carvalho, como uma iniciativa «a levar a efeito pelo Gabinete de Estudos daquela secção», em carta que enviou a várias entidades do concelho.

O vereador da CDU, Fran-

cisco Saragaço, na reunião de trabalho no Gabinete da Presidência da Câmara do Montijo, protestou contra este abuso, ao mesmo tempo que, com a vereadora Jacinta Ricardo, igualmente da CDU, levantou inúmeras questões sobre os problemas ambientais do Montijo.

Os membros da CDU chamaram a atenção para o atraso de verbas da CEE para atender ao tratamento dos resíduos das malhadas que correm para o Tejo, havendo projectos nesse sentido feitos por suinicultores da Associação Livre de Suinicultores (ALIS), apontaram a insustentável situação que vivem agricultores

do Vale de Pousadas, em Canha, em consequência de um autêntico rio de dejectos oriundos da empresa Arcipor, e que ao longo de 5 km, até poluir a Ribeira da Canha, afecta poços e culturas (informação recolhida numa jornada de trabalho da CDU naquela zona), e naturalmente reafirmaram o seu empenho na luta contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete.

No término da jornada de propaganda do PSD, os vereadores da CDU preferiram, à noite, trocar a sessão de Macário Correia por um debate sobre o nuclear em Portugal, promovido pela Escola Secundária n.º 1 do Montijo.

REFORMA AGRÁRIA Reunião de quadros do PCP: As respostas adequadas no momento actual

Trabalhadores, operários agrícolas, técnicos, especialistas e sindicalistas membros do PCP, oriundos dos distritos da Reforma Agrária — Santarém, Setúbal, Évora, Beja e Portalegre — estiveram reunidos no passado dia 11 no Centro Vitória, em Lisboa, para fazer o ponto da situação na Reforma Agrária, no seu processo de defesa e na responsabilidade que os comunistas assumem nessa importante batalha democrática. O «Avante!» deixa aqui um apanhado das conclusões essenciais dessa reunião, que valorizou o papel da unidade dos trabalhadores.

A Reforma Agrária, conquista democrática e transformação inesquecível da revolução de 25 de Abril, possibilitou, com a sua realização, a criação de emprego e melhoria das condições de vida dos assalariados rurais; promoveu o aproveitamento das terras e o arranque para uma nova agricultura; rompeu com o latifúndio e com as relações sociais de poder que este segregava; fortaleceu as actividades económicas da região; dignificou o trabalho humano; criou uma nova esperança para o Alentejo e o Ribatejo; contribuiu para a consolidação do regime democrático.

O ataque à RA, hoje

Hoje, atacada, cercada, amputada das suas terras, enfraquecida, a Reforma Agrária — reduzida a 260 UCPs/Cooperativas, cerca de 300 mil hectares e 10 mil trabalhadores permanentes e 4 mil eventuais — está perante um novo embate, complexo e difícil, para o qual há que encontrar as respostas adequadas.

Com a lei da reconstituição do latifúndio (Lei n.º 109/88), e o respectivo Decreto Regulamentar, o processo de ataque à Reforma Agrária entrou numa nova fase, caracterizada por:

- Um quadro legal profundamente agravado e que possibilita a privatização total da terra expropriada e a consequente destruição das UCPs/Cooperativas Agrícolas;
- Um quadro jurídico, decorrente no novo enquadramento legal, em que são escasas as possibilidades de lutar com êxito nesta frente;
- Um quadro institucional desfavorável, agravado pelo acordo de revisão constitucional PS/PSD.

Simultaneamente, e em resultado, no fundamental, de cerca de 13 anos de ofensiva permanente, as UCPs/Cooperativas têm uma menor expressão social e económica; há algum desgaste e enfraquecimento da vida democrática e de coesão interna das UCPs/Cooperativas, que por sua vez apresentam, em geral, uma situação financeira complicada e sérias dificuldades de gestão, embora disponham de um enorme património e de uma sólida situação económica.

Simultaneamente, e em resultado, no fundamental, de cerca de 13 anos de ofensiva permanente, as UCPs/Cooperativas têm uma menor expressão social e económica; há algum desgaste e enfraquecimento da vida democrática e de coesão interna das UCPs/Cooperativas, que por sua vez apresentam, em geral, uma situação financeira complicada e sérias dificuldades de gestão, embora disponham de um enorme património e de uma sólida situação económica.

Simultaneamente, e em resultado, no fundamental, de cerca de 13 anos de ofensiva permanente, as UCPs/Cooperativas têm uma menor expressão social e económica; há algum desgaste e enfraquecimento da vida democrática e de coesão interna das UCPs/Cooperativas, que por sua vez apresentam, em geral, uma situação financeira complicada e sérias dificuldades de gestão, embora disponham de um enorme património e de uma sólida situação económica.

Simultaneamente, e em resultado, no fundamental, de cerca de 13 anos de ofensiva permanente, as UCPs/Cooperativas têm uma menor expressão social e económica; há algum desgaste e enfraquecimento da vida democrática e de coesão interna das UCPs/Cooperativas, que por sua vez apresentam, em geral, uma situação financeira complicada e sérias dificuldades de gestão, embora disponham de um enorme património e de uma sólida situação económica.

Simultaneamente, e em resultado, no fundamental, de cerca de 13 anos de ofensiva permanente, as UCPs/Cooperativas têm uma menor expressão social e económica; há algum desgaste e enfraquecimento da vida democrática e de coesão interna das UCPs/Cooperativas, que por sua vez apresentam, em geral, uma situação financeira complicada e sérias dificuldades de gestão, embora disponham de um enorme património e de uma sólida situação económica.

Simultaneamente, e em resultado, no fundamental, de cerca de 13 anos de ofensiva permanente, as UCPs/Cooperativas têm uma menor expressão social e económica; há algum desgaste e enfraquecimento da vida democrática e de coesão interna das UCPs/Cooperativas, que por sua vez apresentam, em geral, uma situação financeira complicada e sérias dificuldades de gestão, embora disponham de um enorme património e de uma sólida situação económica.

Simultaneamente, e em resultado, no fundamental, de cerca de 13 anos de ofensiva permanente, as UCPs/Cooperativas têm uma menor expressão social e económica; há algum desgaste e enfraquecimento da vida democrática e de coesão interna das UCPs/Cooperativas, que por sua vez apresentam, em geral, uma situação financeira complicada e sérias dificuldades de gestão, embora disponham de um enorme património e de uma sólida situação económica.

Simultaneamente, e em resultado, no fundamental, de cerca de 13 anos de ofensiva permanente, as UCPs/Cooperativas têm uma menor expressão social e económica; há algum desgaste e enfraquecimento da vida democrática e de coesão interna das UCPs/Cooperativas, que por sua vez apresentam, em geral, uma situação financeira complicada e sérias dificuldades de gestão, embora disponham de um enorme património e de uma sólida situação económica.

Simultaneamente, e em resultado, no fundamental, de cerca de 13 anos de ofensiva permanente, as UCPs/Cooperativas têm uma menor expressão social e económica; há algum desgaste e enfraquecimento da vida democrática e de coesão interna das UCPs/Cooperativas, que por sua vez apresentam, em geral, uma situação financeira complicada e sérias dificuldades de gestão, embora disponham de um enorme património e de uma sólida situação económica.

Simultaneamente, e em resultado, no fundamental, de cerca de 13 anos de ofensiva permanente, as UCPs/Cooperativas têm uma menor expressão social e económica; há algum desgaste e enfraquecimento da vida democrática e de coesão interna das UCPs/Cooperativas, que por sua vez apresentam, em geral, uma situação financeira complicada e sérias dificuldades de gestão, embora disponham de um enorme património e de uma sólida situação económica.

Simultaneamente, e em resultado, no fundamental, de cerca de 13 anos de ofensiva permanente, as UCPs/Cooperativas têm uma menor expressão social e económica; há algum desgaste e enfraquecimento da vida democrática e de coesão interna das UCPs/Cooperativas, que por sua vez apresentam, em geral, uma situação financeira complicada e sérias dificuldades de gestão, embora disponham de um enorme património e de uma sólida situação económica.

tuem diversas formas de resistência na fase actual.

Num caso pode ser a acção de massas; noutro, os acordos; noutro ainda, a luta jurídica; noutro, a intervenção junto e nos órgãos de poder; ou, noutro caso ainda, a conjugação de várias destas formas de resistência.

Adquirir, arrendar, tomar através de contratos de comodato ou, em última análise, de simples «empréstimo», adquirir ou manter áreas de pastagens ou sob coberto, venda de serviços, participação na exploração da parte florestal, ou até o pagamento de indemnização às UCPs/Cooperativas, etc., são formas, entre outras, que podem assumir as negociações com os agrários.

Na actual situação, os acordos e negociações são uma forma de resistência na condição de defenderem os

tuem diversas formas de resistência na fase actual.

Num caso pode ser a acção de massas; noutro, os acordos; noutro ainda, a luta jurídica; noutro, a intervenção junto e nos órgãos de poder; ou, noutro caso ainda, a conjugação de várias destas formas de resistência.

Adquirir, arrendar, tomar através de contratos de comodato ou, em última análise, de simples «empréstimo», adquirir ou manter áreas de pastagens ou sob coberto, venda de serviços, participação na exploração da parte florestal, ou até o pagamento de indemnização às UCPs/Cooperativas, etc., são formas, entre outras, que podem assumir as negociações com os agrários.

Na actual situação, os acordos e negociações são uma forma de resistência na condição de defenderem os

tuem diversas formas de resistência na fase actual.

Num caso pode ser a acção de massas; noutro, os acordos; noutro ainda, a luta jurídica; noutro, a intervenção junto e nos órgãos de poder; ou, noutro caso ainda, a conjugação de várias destas formas de resistência.

Adquirir, arrendar, tomar através de contratos de comodato ou, em última análise, de simples «empréstimo», adquirir ou manter áreas de pastagens ou sob coberto, venda de serviços, participação na exploração da parte florestal, ou até o pagamento de indemnização às UCPs/Cooperativas, etc., são formas, entre outras, que podem assumir as negociações com os agrários.

Na actual situação, os acordos e negociações são uma forma de resistência na condição de defenderem os

tuem diversas formas de resistência na fase actual.

Num caso pode ser a acção de massas; noutro, os acordos; noutro ainda, a luta jurídica; noutro, a intervenção junto e nos órgãos de poder; ou, noutro caso ainda, a conjugação de várias destas formas de resistência.

Adquirir, arrendar, tomar através de contratos de comodato ou, em última análise, de simples «empréstimo», adquirir ou manter áreas de pastagens ou sob coberto, venda de serviços, participação na exploração da parte florestal, ou até o pagamento de indemnização às UCPs/Cooperativas, etc., são formas, entre outras, que podem assumir as negociações com os agrários.

Na actual situação, os acordos e negociações são uma forma de resistência na condição de defenderem os

tuem diversas formas de resistência na fase actual.

Num caso pode ser a acção de massas; noutro, os acordos; noutro ainda, a luta jurídica; noutro, a intervenção junto e nos órgãos de poder; ou, noutro caso ainda, a conjugação de várias destas formas de resistência.

Adquirir, arrendar, tomar através de contratos de comodato ou, em última análise, de simples «empréstimo», adquirir ou manter áreas de pastagens ou sob coberto, venda de serviços, participação na exploração da parte florestal, ou até o pagamento de indemnização às UCPs/Cooperativas, etc., são formas, entre outras, que podem assumir as negociações com os agrários.

Na actual situação, os acordos e negociações são uma forma de resistência na condição de defenderem os

tuem diversas formas de resistência na fase actual.

Num caso pode ser a acção de massas; noutro, os acordos; noutro ainda, a luta jurídica; noutro, a intervenção junto e nos órgãos de poder; ou, noutro caso ainda, a conjugação de várias destas formas de resistência.

Adquirir, arrendar, tomar através de contratos de comodato ou, em última análise, de simples «empréstimo», adquirir ou manter áreas de pastagens ou sob coberto, venda de serviços, participação na exploração da parte florestal, ou até o pagamento de indemnização às UCPs/Cooperativas, etc., são formas, entre outras, que podem assumir as negociações com os agrários.

Na actual situação, os acordos e negociações são uma forma de resistência na condição de defenderem os

tuem diversas formas de resistência na fase actual.

Num caso pode ser a acção de massas; noutro, os acordos; noutro ainda, a luta jurídica; noutro, a intervenção junto e nos órgãos de poder; ou, noutro caso ainda, a conjugação de várias destas formas de resistência.

Adquirir, arrendar, tomar através de contratos de comodato ou, em última análise, de simples «empréstimo», adquirir ou manter áreas de pastagens ou sob coberto, venda de serviços, participação na exploração da parte florestal, ou até o pagamento de indemnização às UCPs/Cooperativas, etc., são formas, entre outras, que podem assumir as negociações com os agrários.

Na actual situação, os acordos e negociações são uma forma de resistência na condição de defenderem os



A revitalização das células do Partido nas UCPs/Cooperativas e a promoção de encontros de quadros comunistas contam-se entre as direcções de trabalho aprovadas na reunião nacional de 11 deste mês

mento oportunista da situação existente.

Dinamizar a luta

Responder às tentativas de destruição de UCPs/Cooperativas promovendo acções de massas adequadas a cada caso concreto é uma direcção de luta a manter e a dinamizar: mobilizar máquinas e gados; vir para as estradas; envolver a solidariedade de outros sectores; etc.

go crescente são igualmente direcções de luta a destacar.

Rentabilizar as áreas consolidadas

Há hoje várias UCPs/Cooperativas que possuem áreas de terra que obtiveram por compra ou arrendamento (com o Estado ou particulares). No total, essas áreas ascendem a cerca de 50 mil hectares.

Com os «acordos» que têm vindo a ser efectuados entre as UCPs/Cooperativas e agrários, é previsível que aquela área aumente.

É necessário prestar uma atenção especial para as herdades nessas condições, sugerindo-se:

- A constituição de uma cooperativa própria para gerir essas áreas ou, no mínimo, a criação, dentro da UCP, de um núcleo específico para a dirigir;
- A contratação de quadros gestores, com formação técnica adequada, para assessorem as direcções das UCPs/Cooperativas;
- A elaboração de planos de exploração e a canalização de investimentos para essas herdades com o objectivo de as rentabilizar e permitir a manutenção e criação do máximo número de postos de trabalho;
- A chamada dos melhores quadros à direcção e gestão das UCPs/Cooperativas promovendo a sua formação e garantindo remuneração adequada.

No geral, é necessário não perder a perspectiva de que a produção e uma boa gestão continuam a ser direcções de trabalho justas e fundamentais para defender as UCPs/Cooperativas.

A decisão compete aos trabalhadores

Todo este processo deve ser conduzido com a perspectiva de que quem tem de decidir, em cada caso, face às várias hipóteses, são os trabalhadores, reunidos em plenário ou Assembleia Geral.

A informação dos proces-

sos em causa, o enquadramento dos casos em análise na situação geral da Reforma Agrária, a apresentação das diversas alternativas com vista a uma decisão final que deve ser assumida pelo plenário, é condição fundamental para evitar o isolamento das direcções e das organizações, para a participação e envolvimento dos trabalhadores e para o reforço da sua unidade.

Trazer os agricultores à luta

A aplicação da lei de reconstituição do latifúndio, tal como o PCP previu, está também a atingir os pequenos agricultores a quem foram distribuídas terras.

É preciso conhecer-se melhor as situações aí existentes e encontrar as formas de associar os pequenos agricultores à luta contra a lei do latifúndio.

É imperioso que a Reforma Agrária não lute sozinha. Para além da sua inserção nas lutas sociais mais gerais, é necessário continuar a reforçar o envolvimento e participação do movimento sindical, designadamente através de uma informação regular e de iniciativas de solidariedade.

A continuação de reuniões periódicas envolvendo a FENCA, os Secretariados e Unões, os Sindicatos Agrícolas e a CGTP, é decisiva para esse objectivo.

É necessário reforçar a solidariedade entre as UCPs/Cooperativas.

Reforçar a informação

É necessário reforçar a informação aos trabalhadores e à opinião pública em geral sobre o que se passa.

Comunicados e conferências de imprensa; jornais de parede; mobilização da comunicação social local, regional e nacional através, designadamente, de convites para visitar a Reforma Agrária, é outra linha de orientação a dinamizar.

A vida está a confirmar que a garantia de uma agricultura desenvolvida, pronta a enfrentar o embate da integração económica europeia e promovendo a melhoria das condições de vida de assalariados rurais e agricultores, passa pela Reforma Agrária.

A luta, palmo a palmo, em defesa das UCPs/Cooperativas e contra a política do PSD de Cavaco Silva e do ministro Álvaro Barreto tem este duplo sentido.

Com o sentido das realidades e com confiança, há que continuar a luta em defesa da Reforma Agrária.

Face à complexidade do processo de defesa da Reforma Agrária na fase actual, é naturalmente decisiva a intervenção das estruturas representativas da Reforma Agrária no acompanhamento e direcção deste processo, não sendo contudo suficientes.

Os comunistas devem encontrar as soluções operacionais de reforço da direcção e da coordenação distrital e inter-distrital mais eficazes à luta e à resistência.

Defender a unidade e a solidariedade

O facto de alguns trabalhadores terem hesitações, deixarem-se enganar pelos agrários, arrastar por posições egoístas ou até inteiramente criticáveis e condenáveis, não deve levar os trabalhadores a perderem a noção exacta de que os responsáveis pela destruição da Reforma Agrária são o MAP e o Governo de Cavaco Silva/PSD, a reacção, os latifundiários e os seus aliados, lamentavelmente muitas vezes com a cooperação do PS, como sucede no processo de revisão constitucional em curso.

A crítica frontal às atitudes erradas ou condenáveis de trabalhadores não deve desviar a direcção fundamental da luta nem virar trabalhadores contra trabalhadores.

O desenvolvimento da agricultura

A vida está a confirmar que a garantia de uma agricultura desenvolvida, pronta a enfrentar o embate da integração económica europeia e promovendo a melhoria das condições de vida de assalariados rurais e agricultores, passa pela Reforma Agrária.

A luta, palmo a palmo, em defesa das UCPs/Cooperativas e contra a política do PSD de Cavaco Silva e do ministro Álvaro Barreto tem este duplo sentido.

Com o sentido das realidades e com confiança, há que continuar a luta em defesa da Reforma Agrária.

A vida está a confirmar que a garantia de uma agricultura desenvolvida, pronta a enfrentar o embate da integração económica europeia e promovendo a melhoria das condições de vida de assalariados rurais e agricultores, passa pela Reforma Agrária.

A luta, palmo a palmo, em defesa das UCPs/Cooperativas e contra a política do PSD de Cavaco Silva e do ministro Álvaro Barreto tem este duplo sentido.

Com o sentido das realidades e com confiança, há que continuar a luta em defesa da Reforma Agrária.

A vida está a confirmar que a garantia de uma agricultura desenvolvida, pronta a enfrentar o embate da integração económica europeia e promovendo a melhoria das condições de vida de assalariados rurais e agricultores, passa pela Reforma Agrária.

A luta, palmo a palmo, em defesa das UCPs/Cooperativas e contra a política do PSD de Cavaco Silva e do ministro Álvaro Barreto tem este duplo sentido.

Com o sentido das realidades e com confiança, há que continuar a luta em defesa da Reforma Agrária.

A vida está a confirmar que a garantia de uma agricultura desenvolvida, pronta a enfrentar o embate da integração económica europeia e promovendo a melhoria das condições de vida de assalariados rurais e agricultores, passa pela Reforma Agrária.

A luta, palmo a palmo, em defesa das UCPs/Cooperativas e contra a política do PSD de Cavaco Silva e do ministro Álvaro Barreto tem este duplo sentido.

Assembleia da República

Comunicações

Governo aposta na liberalização sem acautelar interesses nacionais

Sector estratégico fundamental, as Comunicações ocuparam terça-feira a ordem do dia dos trabalhos parlamentares. Em debate, três iniciativas legislativas, cada uma delas reflectindo diferentes opções e objectivos. Para o Governo, as linhas de força

em que assenta a sua proposta de lei passam essencialmente pelo desmantelamento da actual estrutura empresarial do sector e pela entrega ao capital privado dos sectores rentáveis. Prejudicado por variadas omissões e indefinições, o projecto de

lei dos socialistas não clarifica, por sua vez, alguns conceitos e posições, facto susceptível de vir a facilitar ao sector privado todo o acesso, quer às infra-estruturas, quer à estrutura organizativa do sector, com isso arrecadando os lucros dos serviços rentáveis.

Reconhecendo a função social que este sector estratégico desempenha, o projecto do PCP é o único, por fim, que assume cabalmente a defesa das Comunicações das três empresas a operar — CTT, TLP e CP Rádio Marconi, dos seus trabalhadores e dos utentes dos serviços de comunicações.

Defesa que passa desde logo pela identificação do sector como um serviço público, uma vez que, como salientou no debate Ilda Figueiredo, só o Estado, directamente ou através de empresas públicas, está em con-

dições de garantir o controlo, planeamento, igualdade de acessos e sigilo das correspondências e outras comunicações individuais.

De acordo com o seu articulado, o projecto do PCP estabelece nomeadamente, como princípios fundamentais, que seja o Estado ou outras pessoas colectivas de direito público a explorar os serviços de comunicações, ou seja, os Correios e Telecomunicações Públicas (incluindo as telecomunicações com endereçamento e teledifusão), cabendo-lhe ainda através das empresas CTT e TLP explorar em regime de exclusivo todos os serviços de base considerados no sentido amplo (telefone fixo ou móvel, telegrafo, telex, serviço público de telecópia, todo o processo de correspondências e encomendas postais, emissão e venda de selos, etc.).

Aos CTT compete ainda em exclusivo, segundo o projecto apresentado pelos parlamentares comunistas, o estabelecimento, gestão e exploração das infra-estruturas de telecomunicações, incluindo os sistemas de transmissão, estando-lhe igualmente reservado o exclusivo de todos os serviços complementares.

Embora mantenha a actual estrutura do sector, o projecto de lei do PCP não deixa todavia de insistir na necessidade de uma democratização das decisões e de um planeamento do sector, sendo claramente apontada a necessidade de uma gestão integrada e a aplicação de investimentos necessários à modernização da rede por forma a que as empresas possam desempenhar com eficácia a sua missão de serviço público.

«Pensamos que é refor-

çando a actividade das actuais empresas públicas do sector, de uma maior coordenação de todo o sector das comunicações que é possível uma gestão integrada, uma economia de meios e uma preparação do País para o impacto do Mercado Único numa perspectiva de defesa dos interesses nacionais», observaria a propósito Ilda Figueiredo.

Defesa dos interesses nacionais que, a avaliar pelo tom das críticas dirigidas no decorrer do debate ao Governo, parece no entanto estar arredada da sua proposta de lei. Esta é, pelo menos, a opinião do deputado comunista Luís Roque. Condenando o facto de o Governo se limitar a considerar na proposta o sector das Comunicações, Luís Roque interpretou tal atitude como reveladora da «falta de vontade ou de capacidade de ver integradamente o sector, designadamente nas suas componentes de Correios e Serviços Postais».

Não se está em presença, porém, de um erro técnico. A questão é outra. Do ponto de vista dos deputados comunistas, trata-se, sim, de uma opção claramente política. Luís Roque explicou porquê, ao recordar que a proposta governamental trata apenas dos sectores mais rentáveis pela razão simples de que são estes os que despertam a gula do «sector capitalista parasitário».

Com efeito, ao sector das comunicações, muito rentável, ainda segundo Luís Roque, não faltarão certamente clientes, que se servirão das infra-estruturas — a parte mais onerosa do sistema de telecomunicações —, explorando deste modo um sector estratégico que devia ser preservado, no mínimo, por questões de independência e defesa nacional.

A luta dos estudantes

A responsabilidade governamental no agravamento dos problemas juvenis foi também um tema em foco na sessão plenária de terça-feira. À atenção do hemiciclo, por intermédio de Paula Coelho, foram concretamente colocadas questões tão importantes como as dificuldades de acesso e manutenção de emprego, a falta de protecção aos jovens desempregados ou o trabalho infantil.

Mas à baila, como não podia deixar de ser, veio também a luta dos estudantes contra o regime de acesso ao Ensino Superior, movimento que ainda na véspera mobilizara milhares de estudantes por todo o País. Manifestando o seu total apoio e solidariedade a esta luta, Paulo Coelho defendeu que o referido diploma não venha a ser aplicado este ano, entendendo que uma tal decisão corresponde não apenas a uma questão de bom senso como a uma «necessidade democrática».



Nacional

Saúde e revisão constitucional em foco na reunião do CN do MDM

O Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres reuniu em Lisboa para fazer o balanço do 3.º Congresso do MDM e perspectivar acções prioritárias para 1989. Na reunião, efectuada dia 12 de Fevereiro, foram aprovadas tomadas de posição sobre saúde, o campo de tiro de Alcochete, a revisão da Constituição e os próximos actos eleitorais.

O 3.º Congresso do MDM foi considerado, «após um longo e animado debate» — refere um comunicado de imprensa distribuído na semana passada —, como «um momento particularmente importante na reflexão e aprofundamento da temática feminina no nosso país, revelando-

-se o MDM como a organização feminina de carácter nacional mais abrangente e capaz de aglutinar a pluralidade de interesses das mulheres dos diferentes estratos sociais, profissionais e etários».

Analisando a situação social das mulheres, o CN do MDM diz que «é com preocu-

pação que se detectam novas formas de agravamento das condições de vida e de trabalho», especialmente graves nos campos da saúde, acesso ao ensino e habitação.

O MDM imputa a responsabilidade de tal situação «estritamente à política governamental», denunciando a «demagogia e mistificação» do executivo PSD/Cavaco como causas da «apatia, desinteresse e desencanto que muitas mulheres já acusam». O Conselho Nacional do Movimento afirma contudo que, «face ao crescimento das lu-

tas reivindicativas de sectores da população, em que as mulheres participaram, e à determinação que a organização do MDM revela», vê o futuro «com confiança e esperança».

Fernanda Lapa — que participou em Atenas numa conferência internacional de solidariedade com a Palestina — informou o CN do MDM sobre «a realidade cruel com que as mulheres e as crianças da Palestina se deparam face à agressão do sionismo».

O MDM reafirma — numa moção aprovada por unanimidade na reunião do Conselho Nacional — a sua posição contra o alargamento do campo de tiro de Alcochete: «não é compreensível que, contrariamente à tendência internacional de paz e desarmamento e protecção do meio ambiente, o Governo português prefira o investimento de enormes verbas neste projecto belicista, quando em nome de poupança nacional defrauda as condições de vida das populações em áreas fundamentais como a saúde, ensino e habitação».

Foram apresentadas já este mês 20 propostas do MDM visando «o aprofundamento dos direitos das mulheres no quadro da actual revisão constitucional», revela um «protesto» do CN do Movimento, acrescentando que «pelas informações disponíveis, indicia-se que as propostas apresentadas pelo MDM não estão a ser contempladas». Em concreto, refere-se a criação da Provedoria da Igualdade, a protecção da união de facto e aos pais e mães só; além disso, refere o CN do MDM, também

«nas áreas do trabalho, saúde, segurança social e comunicação social se tende para alternativas que se reflectirão de forma particularmente gravosa sobre a realidade das mulheres».

«A recusa de uma maior explicitação dos direitos das mulheres no texto constitucional, a par da decisão recente de extinção da Comissão da Condição Feminina, reflectem a vontade política de uma maioria parlamentar que afirma assim a sua misoginia e prepotência» — afirma o MDM.

A declaração sobre a situação na área da saúde recorda as medidas mais gravosas do Governo, enquadrando-as na «tentativa de destruição do Serviço Nacional de Saúde, visando a reprivatização da assistência médica». O CN do MDM considera que «a política de saúde, de que é responsável a sr.ª ministra Leonor Beleza, está inserida na política geral deste Governo, que tem sido particularmente gravosa para as mulheres»; solidarizando-se com a luta dos trabalhadores da saúde, manifesta o seu repúdio por tais medidas e pelo acordo PS-PSD para a revisão constitucional «que pretende que a assistência médica seja feita de acordo com as possibilidades económicas dos utentes».

Quanto às eleições para o Parlamento Europeu e autarquias locais, que se realizam em Junho e Dezembro deste ano, o CN do MDM aprovou uma «recomendação» — a enviar a todos os partidos políticos representados na AR — no sentido do aumento da participação das mulheres nas listas e em lugares elegíveis.

Forum no Porto em defesa da Constituição

O Movimento de Defesa da Constituição promove no próximo dia 11 de Março, pelas 15 horas, no Auditório da Reitoria da Universidade do Porto, um fórum «Em Defesa da Constituição e da Democracia». O debate, aberto à participação individual ou de organizações, contará com a presença de destacadas personalidades da vida local e nacional.

Para o Movimento de Defesa da Constituição — constituído no Porto há cerca de um ano e abrangendo um largo leque de sensibilidades políticas — os objectivos que se propôs «não nos parecem nem dispensáveis nem, sequer, menos urgentes — o processo de revisão da Constituição continua a decorrer à margem da opinião pública, concertam-se compromissos que ameçam aspectos fundamentais do nosso regime democrático. São

igualmente preocupantes as soluções em preparação para importantes domínios da vida nacional, como a organização económica, a saúde, a comunicação social, o trabalho».

Este fórum enquadra-se assim no espírito do «Apelo às forças democráticas representadas na Assembleia da República», que presidiu à criação e acção do Movimento de Defesa da Constituição, onde se afirmava que «a nossa democracia política — os direitos, liberdades e garantias, o pluralismo político, a representação proporcional, etc — é indissociável da organização democrática da economia, constitucionalmente consagrada» e que «rever a Constituição não pode significar alterá-la em aspectos substanciais».

O Apelo foi entregue na Assembleia da República, então acompanhado por mais

de duas mil assinaturas, entre as quais nos permitimos destacar as seguintes: Dr. Álvaro Ferreira Alves, Professor Oscar Lopes, Dr. António Macedo, Dr. António Arnault, Prof. Fernandes da Fonseca, Dr. Raul de Castro, Pintor Armando Alves, Prof. Armando Gomes de Sá, Prof. Armando Castro, Artur Sentieiro, José Machado de Castro, Prof. José Morgado, José Viale Moutinho, teatrólogos Manuel Deniz Jacinto e Júlio Cardoso, Dr. Helder Pacheco, Arq. Viana de Lima, Dr. Emilio Peres, jornalista Alfredo Maia, os sindicalistas Francisco Sá Pereira, Gaspar Militão, Vieira Mendes, Maria Emília Reis e Vitor Ranita; Eng. Virginia de Moura, Eng. Edgar Correia, Rosa Pinto e os deputados Constituintes Alberto Andrade, Adelino Teixeira de Carvalho, Avelino Gonçalves, Fernando Almeida e Manuel Pires.

Assembleia da República

Benefícios fiscais

As opções do Governo pelo capital

O debate da proposta de lei que autoriza o Governo a aprovar benefícios fiscais em sede de IRS, IRC e contribuição autárquica trouxe de novo para primeiro plano algumas das concepções que inspiram a política governamental na área económica e financeira, tornando simultaneamente transparentes algumas das suas prioridades.

O primado do capital sobre o trabalho e o primado da esfera financeira sobre a esfera produtiva, constituem concretamente uma das conclusões que Octávio Teixeira retirou do conteúdo da proposta e das concepções que a orientam, observáveis, no primeiro caso, pela inexistência de benefícios fiscais para os rendimentos do trabalho e, no segundo, pela «sobreposição da especulação à criação de riqueza».

Concentrar os benefícios fiscais nas instituições financeiras e retirá-los às cooperativas de produção e ao investimento das empresas, eis,

pois, uma linha de força que releva das opções governamentais sobre esta matéria.

Octávio Teixeira deteve-se circunstanciadamente a fundamentar esta tese, chamando particularmente a atenção da Câmara para o facto das propostas governamentais, para lá de beneficiarem «**suculentamente alguns grupos de pressão**», prejudicarem a economia nacional — «**ao incentivarem excessivamente as aplicações financeiras desincentivam o investimento produtivo**», garantiu — e prejudicarem o próprio mercado financeiro.

Culminando o processo de elaboração e aprovação dos diplomas que concretizam a Reforma Fiscal, esta proposta de lei surge assim, no entender da bancada comunista, como «**mais um enorme aleijão introduzido nos já demasiadamente desfigurados impostos sobre o rendimento, que de únicos apenas têm o nome**».

Esta foi, de resto, expres-

sa de diferentes modos, a opinião compartilhada pelas restantes bancadas da oposição. Provenientes de todos os quadrantes, as críticas estiveram sempre presentes no debate, facto que não incomodou sobremaneira a maioria e o próprio ministro Miguel Cadilhe que, a dado passo, em resposta aos esclarecimentos que lhe foram pedidos, teve uma frase lapidar: «**o que move a oposição é dizer mal daquilo que vai bem, isto é, da Reforma Fiscal que há 25 anos o País precisava**».

Sem emenda, à tona vinha assim a concepção que o Governo tem do papel da oposição em democracia. Em poucas palavras, Miguel Cadilhe revelava aquilo que afinal já se sabia: numa matéria que pela sua importância deveria exigir um consenso alargado, o Governo optou pela imposição da sua exclusiva vontade, contra tudo e contra todos, inclusivamente contra a própria Comissão da Reforma Fiscal.

Atribuição de alvarás

O silêncio cúmplice do Governo

Continuam envoltos no mais completo secretismo os critérios adoptados pelo Governo para apreciação das candidaturas relativas ao licenciamento das estações emisoras de radiodifusão. Ainda na passada sexta-feira isso mesmo ficou patente quando o secretário de Estado-Adjunto para a Comunicação Social, Albino Soares, se recusou na Assembleia da República a prestar quaisquer esclarecimentos sobre a matéria.

Estava-se numa sessão de perguntas ao Governo e, quando instado pelo deputado comunista Jorge Lemos a esclarecer, entre outras coisas, as regras que presidiram à apreciação das candidaturas, limitou-se a dizer que nada tinha para dizer, refugiando-se na ocasião no facto da Comissão Consultiva da Rádio estar nesse preciso momento reunida, pelo que, sugeriu, tomar uma posição seria influenciá-la.

Posição sem dúvida insólita e preocupante tanto mais que em jogo estão a transparência de todo um processo — regra básica em democracia — e a credibilidade das próprias instituições. Mas mais estranha ainda se afigura esta postura uma vez que foi o próprio Governo na referida sessão plenária a escolher esta pergunta em detrimento de uma outra, igualmente formulada pelo PCP, que questionava concretamente as relações do Ministério da Saúde com as entidades privadas.

Esperava-se assim que ao optar pela pergunta relativa ao licenciamento das estações emisoras de radiodifusão fosse para dizer qualquer coisa de novo, designadamente quanto aos critérios adoptados para avaliação das candidaturas, tanto mais que é ao Governo que cabe, como é sabido, a última palavra.

Assim não aconteceu. Em resultado do mutismo governamental algumas questões consideradas essenciais ficaram deste modo por esclarecer. Nada foi dito concretamente quanto ao entendimento do Governo no que se refere ao artigo da lei que dá preferência às sociedades constituídas maioritariamente por profissionais da comunicação social, quanto às frequências que ficaram disponíveis por não terem sido apresentadas candidaturas e quanto ao processo que o Executivo pensa adoptar em relação a estas, mais precisamente se vai ou não abrir novo concurso.

No preciso momento em que se aguarda a divulgação das candidaturas selec-



cionadas pela Comissão para atribuição de frequências, não pode deixar de suscitar preocupação o silêncio que o Governo manteve até agora, preocupação tanto mais legítima quanto, como já se disse, o que está em causa são a transparência do processo e a credibilidade das instituições.

Como é possível que uma entidade pública abra um concurso e quando questionada sobre os critérios adoptados diga que não sabe? Se o processo é claro por que é que o Executivo se manteve calado?

Como lembrou Jorge Lemos, «o processo começou mal por culpa do PSD e continua mal por responsabilidade exclusiva do PSD». Em vez de um processo aberto e transparente, o PSD optou pela posição do orgulhosamente sós, pelo secretismo, pela política da força contra tudo e contra todos.

Pouco tempo falta para se conhecerem as razões de tal procedimento.

Lei eleitoral para o PE

Recuo do PSD não altera projecto tortuoso

Em resultado do veto do Presidente da República, o plenário da Assembleia da República voltou a reapreciar na passada semana a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu. Propostas de alteração ao articulado da lei apresentadas pelo PSD logo no início do debate — no que foi interpretado pela generalidade dos observadores como um recuo — permitiram tornear uma parte das objecções colocadas pelo Presidente da República. Concretamente, de acordo com a proposta, que veio agora abrir um novo processo legislativo, a entrada em vigor da lei verificar-se-á apenas seis meses após a sua publicação. Tal significa que as eleições de Junho próximo para o Parlamento Europeu serão realizadas segundo as normas da lei eleitoral em vigor. Ou seja, não vingou aquele que era um dos propósitos centrais do PSD: alargar a capacidade eleitoral activa aos cidadãos portugueses recenseados em Estados não pertencentes às Comunidades Europeias.

Mas se a inoportunidade de alterar as regras do jogo em vésperas do acto eleitoral, tal como foi invocado por Mário Soares no seu veto à lei, foi para já ultrapassada, o mesmo não sucede quanto a outro aspecto por este levantado, concretamente o da necessidade de obter um maior consenso nesta matéria.

Com efeito, tal consenso não se verificou e, à excep-

ção do CDS, que desta feita se juntou ao PSD por razões óbvias — o alargamento do universo eleitoral em países como a África do Sul ou os EUA é-lhe favorável pelas conhecidas condições de desigualdade em que se têm de defrontar as candidaturas de esquerda — foi com críticas severas que os restantes partidos da oposição acolheram o comportamento do PSD e do Governo, verberando designadamente a sua intenção de alargar em futuras eleições a capacidade eleitoral a todos os cidadãos portugueses recenseados, independentemente do país onde estejam radicados.

Este velho sonho da direita de introduzir modificações no quadro eleitoral foi interpretado por José Manuel Mendes como uma tentativa de «**robustecer a sua massa de votos com porções oriundas dos que pelos custos da distância, mais à mercê se acham de toda a instrumentalização**».

«**Quem escamoteia realidades como a do abismo que separa, no terreno, uma eventual parada comi- cieira do PSD, em Rhode Island ou na cidade do Cabo, e a inviabilidade material de uma candidatura de esquerda, designadamente do PCP, chegar aos compatriotas que residem e trabalham nos Estados Unidos ou na África do Sul — observo o deputado comunista —, não tem a legitimidade mínima para combater**

os que, como nós, se posicionam responsabilmente face aos problemas, reflectindo sobre a sua complexidade, obliterando iníquos desejos de índole "stricto sensu" partidária».

Pela voz de Jorge Lácio, o PS fez saber, por sua vez, que encarava o percurso do Governo e do PSD neste processo legislativo como um «**mal disfarçado propósito de fazer das instituições do Estado troféus de partilha do partido maioritário, exclusivamente destinados a perpetuar condições hegemónicas de poder**», condenando ainda as alterações apresentadas pela maioria por ver nelas um acto pouco amistoso, política e institucionalmente, para com o Presidente da República.

Ainda a propósito deste assunto, recorde-se que o líder parlamentar do PCP, Carlos Brito, à saída de uma audiência com o Presidente da República, na passada semana, afirmou aos jornalistas que, ao contrário da informação veiculada por alguns órgãos de comunicação social, «**não houve nenhuma confirmação do decreto**». «**Houve — disse — uma alteração e portanto o Presidente da República poderá vetar de novo**». O dirigente comunista exprimiu ainda a sua convicção de que o PSD tenta «**criar uma situação difícil ao Presidente da República**», facto que em sua opinião «**tem aspectos de guerrilha institucional**».

Os bons negócios do PSD...

A eventual existência de negócios pouco transparentes levados a cabo pelo Gabinete da Área de Sines (GAS), nomeadamente em transacções imobiliárias, foi na passada semana levantada na Assembleia da República. O alerta partiu da bancada comunista e foi protagonizado pelo deputado Cláudio Percheiro. Em causa, concretamente, a venda de um prédio situado bem no centro da vila de Santiago do Cacém. Trata-se de um imóvel com três frentes, r/c e 1.º andar, transaccionado pela módica quantia de 180 contos.

Um espectacular negócio, está bem de ver, tanto mais que o valor dos terrenos na região ronda actualmente os 6 mil escudos por metro quadrado, elevando-se a 60 mil escudos, também por metro quadrado, o custo da construção para habitação.

Resta saciar a sua curiosidade, amigo leitor, quanto ao proeminente e feliz comprador: nada mais nada menos do que o PSD...!

Levantada a questão, logo um deputado da maioria, no caso Mendes Costa, veio à liça argumentando que o PSD já era inquilino, que o prédio estava a precisar de obras, etc. Mas então por que razão não tiveram idêntico tratamento, como salientara momentos

antes na sua intervenção o deputado comunista, os inúmeros comerciantes da vila a quem o mesmo Gabinete, adoptando esconsores critérios, está a pedir milhares de contos?

Seja como for, tais negócios só parecem ser possíveis dado o manifesto atraso que se verifica na publicação de legislação que enquadre a transferência de competências e património do GAS para as autarquias de Santiago do Cacém e de Sines.

Esta, a questão central para a qual Cláudio Percheiro chamou a atenção da Câmara, recordando nomeadamente a persistente tentativa dos eleitos locais no sentido de chegar a um acordo que permita,

quando for anunciada a extinção do GAS, encontrar uma solução positiva em que a «**Administração Central assumas as suas responsabilidades sem a asfixia da Administração Local**».

Com efeito, apesar da restituição em 1977 para as autarquias de Santiago do Cacém e de Sines de uma parte das suas atribuições e competências — em resultado de uma lei para a qual foi determinante a apresentação de um projecto do PCP —, a verdade é que ainda assim subsiste a denegação de direitos às populações e ao Poder Local, situação que se arrasta desde há 15 anos, altura em que o governo marcelista arrancou com o megalómano complexo industrial.

Mas se a publicação do referido diploma é urgente, não menos importante se afigura o cumprimento dos acordos previamente estabelecidos com as autarquias, uma vez que, conforme frisou Cláudio Percheiro, correm «**rumores**» que indiciam a eventualidade do Governo poder vir a desrespeitar tais compromissos.

Nacional

Perspectivando eleições deste ano

CDU analisa Distrito de Beja

Com a aprovação de dois documentos enquadrando os dois actos eleitorais deste ano – em Junho para o Parlamento Europeu e no final do ano para as autarquias – realizou-se em Mourão, no passado domingo, um Encontro Distrital da CDU de Beja que mobilizou dezenas de pessoas e produziu uma aprofundada apreciação à realidade socioeconómica desta importante região alentejana. Naturalmente os dois documentos aprovados giram à volta dos problemas, potencialidades e anseios específicos das populações do distrito de Beja onde, recorde-se, a CDU gere 11 dos 14 concelhos existentes e é, como tal indica, a força política mais ligada às populações e aos seus problemas.

O que não impede que esta coligação tenha actuação permanentemente aberta a todas as colaborações, como o sublinhava **João Rocha**, presidente da Câmara de Serpa, quando na sua intervenção recordou que a CDU coopera «com todos que tenham os mesmos objectivos, sem sectarismos, estimulando a participação de todos na resolução dos problemas da sua terra, prestando contas do trabalho realizado, lutando para que sejam respeitados os direitos de todos e fazendo tudo para que se eleve a população quer no plano material, quer no plano cultural».

Antes de entrarmos na condensação dos dois documentos aprovados, será útil tomar nota de algumas referências sobre o distrito feitas por **António Murteira**, membro do CC do PCP, quando usou da palavra no encerramento do Encontro. Informava ele:

«Nas primeiras eleições para o Parlamento Europeu, a CDU, foi a força mais votada no distrito de Beja com 38,5% dos votos, votação que é possível e é importante aumentar nas eleições de Junho próximo.

«Nas eleições para as autarquias, a CDU, alcançou 54,3% dos votos e a maioria absoluta em 11 das catorze Câmaras do distrito, apesar dos acordos PS/PSD em 9 dos catorze concelhos, acordos que a população rejeitou e derrotou.

«No Parlamento Europeu os deputados comunistas, eleitos na lista CDU, têm desempenhado um importante papel em defesa de uma política nacional para enfrentar

1992, pela «coesão económica e social», em defesa da soberania nacional.

«Nas autarquias locais, a gestão CDU tem desenvolvido um importante trabalho para o bem-estar das populações e o desenvolvimento dos concelhos, e os programas eleitorais não só vão ser cumpridos como, em muitos casos, ultrapassados.»

Não é assim surpreendentemente que o documento de conclusões do Encontro sobre as próximas eleições autárquicas comece por definir a CDU no distrito nos seguintes termos:

«Pode afirmar-se, sem receio de qualquer desmentido, que no distrito de Beja a influência, o trabalho, a organização e os resultados práticos da acção dos comunistas e seus aliados nas autarquias têm sido decisivos desde o 25 de Abril.

«Assim o têm reconhecido as populações, manifestando em sucessivos actos eleitorais a sua confiança nos homens e mulheres que têm



constituído as nossas listas. Sabem, de certeza, que os candidatos do povo escolhidos de entre os melhores cidadãos de cada lugar vão cumprir os seus mandatos com competência, honestidade e trabalho. Sabem que estes eleitos se dedicam à causa pública desinteressada e abnegadamente com o único propósito de bem servir os interesses do povo de que fazem parte.»

Optimismo e métodos novos

O documento estabelece de seguida as razões por que «a CDU é diferente das outras forças» no quadro do Poder Local no distrito, nomeadamente pela sua capacidade de estabelecer «estreitos contactos entre eleitos e eleitores, a ligação e bom relacionamento com os trabalhadores dos órgãos autárquicos» que «permitem a análise e solução dos problemas com um amplo consenso». É por isso que, «com satisfação, ao consultarmos as estatísticas oficiais, se nos deparam números altamente vantajosos em relação a outras regiões do País nas áreas que foram consideradas prioritárias e que, à partida, se situavam quase na es-

cala zero», sublinha o documento.

É claro que nem tudo está resolvido, como o próprio Encontro reconheceu no capítulo dedicado às «perspectivas futuras», enunciando-se numerosas preocupações já equacionadas sobre o desenvolvimento económico e social (nomeadamente nos campos do turismo, museologia, arqueologia, conservação e recuperação do património edificado, estruturas para a prática do desporto e ocupação dos tempos livres para jovens, etc.).

Entretanto a CDU encara com optimismo as próximas eleições autárquicas, dado o sucesso (e o prestígio) de métodos de trabalho em que tem sido pioneira e que, no documento, são justamente recordados:

«De salientar ainda a boa colaboração entre os diversos órgãos autárquicos, que tem permitido, em muitos casos, resolver mais facilmente os problemas, com menos custos e, dentro do possível, com uniformidade de actuações.

«Desta colaboração nasceu o associativismo municipal que teve significativa expressão com a criação da já referida AMDB (Associação de Municípios do Distrito de

Beja) realidade viva de que se esperam bons resultados no futuro.»

CEE: urge o diálogo

Quanto às conclusões relativas às próximas eleições para o Parlamento Europeu, o Encontro apresentou diversas propostas para o distrito, de que respigamos o seguinte:

«No distrito de Beja, a CDU propõe o diálogo entre todas as forças políticas interessadas no desenvolvimento da região.

Sugere o diálogo entre o Poder Local e as diversas entidades representativas – organizações dos trabalhadores, agricultores, industriais, comerciantes, entre outras – que possibilite a criação de um forte movimento social e de opinião pelo desenvolvimento do Alentejo.

«Relvinda a abertura urgente de um debate público sobre a questão do Plano de Desenvolvimento Regional que o Governo deve apresentar na CEE (1989-1992).

«A CDU defende uma política de desenvolvimento

regional, participada e descentralizada, na qual terão papel de relevo o Poder Local, as Regiões Administrativas, assim como as organizações dos trabalhadores, dos agricultores, dos industriais e comerciantes, da juventude, e associações culturais, desportivas, cívicas e económicas.

«Também não aceita que o crescimento económico seja feito à custa da exploração da mão-de-obra portuguesa e de longos horários de trabalho, à custa do esforço não compensado dos agricultores portugueses, à custa de um nível de vida que se degrada dia-a-dia, com o Governo do PSD.

«Não aceita a política de marginalização e desertificação do PSD para o Alentejo.

«No plano económico, a CDU defende que o PDR deva consagrar uma estratégia de desenvolvimento integrado assente no aproveitamento dos recursos e potencialidades endógenas do distrito de Beja e do Alentejo, com definição de prioridades e dos objectivos económicos e sociais a alcançar, entre os quais destacamos:

«Alqueva, Plano de Rega do Alentejo, apoio às UCP's/Cooperativas, às explorações agrícolas familiares e a outras empresas agrícolas; a metalurgia do cobre e do estanho assente nas explorações mineiras das Neves Corvo e Aljustrel; o enquadramento do complexo de Sines; aproveitamento racional dos mármore e dos granitos; apoio e potencialização das áreas das indústrias transformadoras (mármore, xistos, granitos, cortiça, produtos agrícolas, metalomecânica e outras); aproveitamento das potencialidades turísticas do distrito de Beja.»

PCP propõe novo cálculo de pensões

O PCP vai propor nova fórmula de cálculo das pensões na Segurança Social, como informa uma nota do Gabinete de Imprensa do Partido:

Na próxima quinta-feira, dia 23 de Fevereiro, o plenário da Assembleia da República vai discutir um projecto de Dec.-Lei do PCP propondo uma nova fórmula de cálculo das pensões na Segurança Social.

Esta iniciativa legislativa encontra-se inteiramente justificada uma vez que a actual forma de cálculo se tem revelado como desadequada e geradora de injustiças em relação aos beneficiários com uma longa carreira contributiva.

Com efeito, a desactualização dos salários que servem para o cálculo do salário médio (os 5 melhores anos dos últimos 10) sobre o qual é aplicada a percentagem de 2,2% por cada ano civil de contribui-

ção prestada, conduz, no actual sistema, a que em cerca de 50% dos casos, os valores encontrados sejam inferiores à pensão mínima.

Neste contexto, tornava-se imprescindível encontrar uma nova fórmula de cálculo que, corrigindo tais injustiças, tenha viabilidade no sistema financeiro da Segurança Social, o que é feito pelo PCP com a apresentação do seu referido projecto de Dec.-Lei.

No projecto apresentado pelo PCP, para cálculo do salário base consideram-se as remunerações dos 3 melhores anos (em vez dos melhores 5 dos últimos 10) e ainda assim com uma actualização de acordo com o índice de preços no consumidor.

O cálculo do valor da pensão será encontrado aplicando sobre o salário base a percentagem de 30% que passaria a constituir a pensão dos

beneficiários com menos de 10 anos de registo de remuneração. Para os restantes, o PCP propõe ainda uma valorização de 2,3% por cada ano de serviço acima de 10, a incidir sobre o valor acima encontrado.

A ser aprovado o projecto do PCP, a pensão mínima será igual a 55% do salário mínimo nacional, o que, de resto, corresponde à orientação da OIT. A pensão máxima corresponderá a 85% do salário base encontrado pelo forma já descrita. Nos casos de pensão de invalidez provocada por doença grave, estabelece-se o valor de 85% sobre o salário base.

Para melhor exemplificar as alterações propostas, adiantam-se duas hipóteses:

a) Beneficiário com 25 anos de descontos e que desde 1982 vence o dobro do salário mínimo nacional e recebeu 14

meses em cada ano: Pensão de acordo com o cálculo actual 28 156\$20
Pensão de acordo com o proposto pelo PCP 41 147\$00

b) Beneficiário com 30 anos de descontos e que desde 1982 vence o salário mínimo nacional e recebeu 14 meses em cada ano: Pensão de acordo c/o cálculo actual

16 893\$40
Pensão de acordo com o proposto pelo PCP 20 512\$00

O PCP considera que os novos encargos correspondentes às alterações derivadas do seu projecto estão ao alcance do orçamento da Segurança Social e que, a ser aprovada, esta sua iniciativa legislativa corresponderia a um importante progresso na satisfação das expectativas de quem, levando uma vida de trabalho, aguarda uma pensão que permita condições dignas de sobrevivência.



CDU de França

A CDU De França promoveu recentemente uma conferência de Imprensa em Paris, estando na mesa **Barros Moura**, deputado do PCP ao Parlamento Europeu (PE), **António Topa** e **João Ramos**, ambos candidatos da CDU às eleições de 1987 pelo círculo da Europa, e **António Augusto**, do PCP. Barros Moura relatou em pormenor as actividades dos comunistas no PE, particularmente no que concerne à defesa dos direitos dos emigrantes (o seu voto nas eleições locais, a livre circulação, o trabalho clandestino, as prestações sociais, etc.), sendo realçada a cedência constante do Governo PSD nas negociações com a CEE, preju-

dicando os emigrantes portugueses.

Estiveram também em foco importantes questões ligadas com a emigração (serviços de apoio e seu funcionamento, situação dos residentes, etc.) e foi anunciado o próximo Encontro da CDU sobre a CEE e Emigração, a realizar no próximo dia 11 de Março e que suscitou grande interesse dos presentes. A convite da CDU, estiveram presentes dois membros da comissão de credores da Caixa Económica Faialense, sobressaindo o facto de os lesados continuarem sem reaver os fundos que tinham depositado nesta instituição bancária, protagonista de uma fraude escandalosa.

Poder Local

Discutida em Seminário da CDU

Área Metropolitana de Lisboa

Cuidar o futuro de 16 Municípios

A chamada Área Metropolitana de Lisboa (AML) engloba 16 municípios nas duas margens da embocadura do Tejo, nela vive uma população estimada em dois milhões e meio de habitantes, gerando impostos directos que representam 50% do todo nacional, enquanto o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da sua indústria transformadora soma 54% do todo nacional (dados oficiais de 1986 e 1987). A CDU detém a presidência em 11 dos 16 municípios desta importantíssima zona do País, que dá bem ideia do peso maioritário dos comunistas e seus aliados na região o que, naturalmente, não acontece por acaso. Por isso também não será por acaso que a CDU é a força política com mais iniciativa autárquica na AML, como aconteceu mais uma vez no passado domingo com o seminário «Área Metropolitana de Lisboa — Anos 90» organizado pela CDU de Lisboa e Setúbal no Forum Picoas «no espírito e com o objectivo de contribuir para a construção de um projecto de futuro que vise a transformação e o desenvolvimento desta área, tendo por centro das atenções o Homem, o seu bem-estar e a qualidade de vida», segundo a expressão de Manuel Sobral, membro da Comissão Política do CC do PCP, na sua intervenção de encerramento.

Saliente-se uma proposta original surgida no seminário, onde a CDU encara a possibilidade de criação de «uma autarquia de tipo especial, eleita directamente pelos cidadãos, que preserve as competências municipais, detenha atribuições e competências da Administração Central e que tenha eventual carácter transitório, coincidente ou integrável em eventual Região Administrativa aquando da criação directa da mesma, no quadro da Regionalização do País».

Manuel Sobral que, como dissemos, encerrou os trabalhos no final do dia e após uma maratona de intervenções a que assistiram 200 pessoas, entre autarcas e demais eleitos locais, técnicos dos municípios, deputados e técnicos

dos serviços da Administração Central, abordou a dado passo a gritante contradição entre a grande capacidade económica da AML, em termos nacionais, e as difíceis condições em que vive a maioria da sua população:

«É preciso não ter pudor de dizer que se, na Grande Lisboa há quem viva bem, a verdade é que uma grande parte da população vive mal. Desde logo, por causa dos transportes e acessibilidade que são um nó de estrangulamento permanente. Mas há outros três aspectos centrais:

«Um, o da habitação. Continuam as barracas, não há oferta de habitação social, permanecem os clandestinos sem que às Câmaras sejam fornecidas as verbas necessárias (que ultrapassem em muito as possibilidades orçamentais das autarquias e em que existe responsabilidade legal da Administração Central), está dificultado o crédito à aquisição, degrada-se o património existente. A Área Metropolitana de Lisboa tem 40% das carências nacionais em habitação. A sua resolução passa essencialmente pela política do Poder Central.

«A segunda questão a salientar é a do ambiente. Suponho que hoje todos vemos com clareza como as questões do ambiente influem directamente na qualidade de vida. Não é possível aceitar que continue a aumentar o nível de poluição e que se destrua património natural e construído.

«O terceiro problema é o desenvolvimento económico. Situações como a da Península de Setúbal ou de certos sectores da indústria parti-



Lisboa, uma Região a organizar

cularmente afectados exigem efectiva consideração, que passará por reestruturação (que tem de ser financiada) e por investimentos (incluindo em novos sectores), que têm de ser estimulados.

«Uma última questão: os problemas sociais. As próprias condições de uma grande zona urbana, aliadas à crescente desumanização das condições de vida (decorrentes desde logo da falta de planeamento em equipamentos sociais) e aliadas ainda ao desemprego e a outros fenóme-

nos, torna toda esta área como uma verdadeira área crítica de fenómenos sociais mais graves, incluindo as manchas de pobreza que uma errada política alimenta».

«É de acordo com este quadro que se desenrolou o debate neste Seminário», frisou, acrescentando: «É para lhe dar resposta que o rico conteúdo da discussão aqui travada, aponta».

Aponta o quê? Ainda segundo Manuel Sobral, no seminário foram avançadas ideias centrais (ali chamadas

«ideias-força») «que se substanciam: na elaboração de um Plano Integrado de Ordenamento e Desenvolvimento da Região Metropolitana; no desenvolvimento económico da Região, centrado na preservação e utilização racional dos recursos endógenos; no reforço e implementação das grandes infra-estruturas de transportes, essenciais à renovação, modernização e expansão do tecido produtivo; no reequilíbrio e qualificação da rede urbana; na melhoria das condições ambientais, bem como da fruição do recreio e lazer das populações e da oferta turística na região e no desenvolvimento cultural».

A discussão continua

Cada uma destas ideias centrais «foi especificada em algumas propostas, projectos e programas que demonstram o interesse e o conhecimento já existente», acrescentou.

O seminário demonstrou igualmente «a constante procura de soluções que caracteriza a CDU, como força indispensável na construção e preservação da democracia portuguesa». Continuando a apreciar a importância da CDU no quadro político nacional, o orador considerou que o próprio seminário reforçou e demonstrou que esta coligação é um projecto unitário com vastas possibilidades, bem patentes com a participação que contou, de eleitos nas autarquias locais, deputados à Assembleia da República e Parlamento Europeu, intelectuais, técnicos e especialistas de diversas matérias, representantes de organizações de moradores e trabalhadores, entre muitos outros, muitos dos quais independentes que aceitam participar no aprofundar do debate em torno das soluções para a AML.

Isto porque «é possível construir a unidade em torno dos problemas concretos das populações, dos trabalhadores, de outras camadas intermédias, com vista a desenvolver e apoiar a participação dos cidadãos na definição do seu quadro de vida».

Após reafirmar «a nossa disponibilidade, como tem sido tornado público, para o entendimento com outras forças políticas do campo democrático na procura de melhores soluções políticas que se traduzam numa melhor resolução dos problemas», Manuel Sobral agradeceu a todos quantos participaram no seminário e anunciou que não se encerrava ali a discussão sobre as importantes questões da Área Metropolitana de Lisboa. «Tencionamos continuá-la — disse — num processo aberto e em diálogo permanente, após este seminário, promovendo um conjunto vasto de consultas e entrevistas a personalidades, organizações e entidades de carácter público, social, económico, religioso e administrativo».

A serra da Aboboreira

com histórias de lobos maus

Nunca o povo da Aboboreira tinha sido tão falado, nem tão visitado: jornalistas, doutores e engenheiros, do Porto, até a Televisão. Há poucas semanas a notícia estourou e correu rápida: querem eucaliptizar a serra da Aboboreira. No passado fim-de-semana, António Mota, deputado do PCP à Assembleia da República, eleito pelo círculo do Porto, e eleitos da CDU nas autarquias do Marco de Canaveses, Amarante e Baião, foram inteirar-se de todas as questões que o problema envolve, falar com as autarquias e às populações. O Avante aproveitou a boleia.

Subimos a serra. Pelo caminho notamos grandes extensões de terra revolvida. Pelo que nos disseram na Câmara de Marco de Canaveses — «a empresa já está autorizada a florestar, mas a área é pequena não alterará nada» — ousamos duvidar que fosse para a plantação de eucaliptos. No cimo da Serra, os cães, as galinhas à solta, umas poucas casas de pedra e a Sr.^a Ana que voltava do Marco — para onde vai e vem a pé, num total de cinco horas — onde vende os seus queijinhos. É o lugar da Aboboreira: cerca de 50 pessoas que vivem do que o gado lhes dá. Ao todo umas 300 cabeças de gado miúdo e 50 bois e vacas.

Ali mesmo, a dois passos da aldeia, de novo a terra re-

volvida. Terra bem preta, húmida, regatos e nascentes a toda a volta.

Na Câmara do Marco, o adjunto do presidente da Câmara — que o presidente não pôde (?) comparecer à entrevista marcada com o deputado do PCP — disseram-nos que a zona autorizada para plantação não atingiria a aldeia. Por isso duvidamos de novo: para que seria a terra assim tratada? O esclarecimento veio rápido, e admiramo-nos como podíamos ter duvidado: «é para os eucaliptos».

O Sr. Pinheiro e o Sr. Carvalho (rimo-nos da ironia dos nomes) levaram-nos ao alto de tudo para vermos o outro lado da encosta. Tudo, tudo revolvido para os eucaliptos.

E a água que ainda cantava nas nascentes.

«Se plantem isto temos de ir embora. Onde levamos o gado a pastar? Nós, os nossos avós, sempre vivemos do gado. Só queremos a liberdade de viver aqui» — contava a Sr.^a Ana — «Este ano já vendi mais de 40 cabritos e vendo à volta de 500 queijinhos por semana. O que é que eu ia fazer?»

A Sr.^a Ana queria que ficassemos até ao fim da tarde para vermos os rebanhos. Tornava-se tarde para o regresso. O Senhor Pinheiro contou histórias dos lobos que matam muitas ovelhas todos os anos. E ultimamente também os porcos bravos fazem estragos. A Sr.^a Ana fala das «poças» e das nascentes que abastecem a aldeia. Sabe de cor o nome de todas e são mais de 30. Conta também das promessas de estrada do Presidente Ferreira Torres. Os estradões estão lá, de facto, senão como passavam as máquinas para tratar das terras para os eucaliptos? A tarde caía e os rebanhos apareceram. Dezenas e dezenas de cabras, cabritos, lá ao longe, a subir a serra. Chegam à aldeia e di-

videm-se, os homens e mulheres da Aboboreira vão encaminhá-los para suas casas. Despedimo-nos. A certeza de que vão continuar a sua luta e a esperança de que o deputado do PCP fale deles, «lá em Lisboa». Se plantarem os eucaliptos desaparece a aldeia da Aboboreira.

O «papel» da CEE

Três concelhos cobrem a serra da Aboboreira: Marco de Canaveses, Baião e Amarante. As Câmaras de Baião e Amarante defendem com convicção a criação do Parque Natural, não autorizam florestação nas suas áreas.

A Câmara do Marco de Canaveses — depois da Emporcil ter pago uma multa por ter começado os trabalhos sem autorização da autarquia — deu já aval ao início dos trabalhos de florestação. Explicam-nos que a área a eucaliptizar é pequena, não impedirá o Parque Natural. A autorização foi dada com base num parecer favorável da CCRN (Comissão de Coordenação da Região Norte) que, constatámos depois, se baseia num parecer favo-

rável da Câmara. Gostávamos de poder comprová-lo citando o documento, mas o adjunto não se atreveu a fornecer-nos fotocópias sem autorização do Sr. Presidente.

Como o próprio adjunto do presidente CDS do Marco frisou, vêm muitos fundos comunitários para florestação. Dizemos nós: para indiscriminadamente esgotar as nossas terras, arruinar pequenos agricultores e pastores, poluir com as celulosas os nossos rios e o nosso ar e, depois, irmos comprar papel à CEE.

Aliás em comunicado recente e a propósito, a CDU «condena a política florestal virada para a satisfação dos interesses das celulosas, baseada na monocultura do eucalipto, com asfixia da actividade agrícola vizinha e destruição da floresta tradicional, criando problemas aos que vivem da agro-pastorícia. A CDU denuncia que essa política se insere no papel que a CEE reserva ao nosso país, de redução da área agrícola nacional e de especialização na produção de matérias-primas de que ela carece, ligadas a indústrias altamente poluentes».

Juventude

Suspensão e debate público!

Estudantes não querem mesmo esta lei de acesso ao Superior

No dia 20 de Fevereiro só quem não quis é que não viu: os estudantes estão mesmo contra a Lei 354/88, exigem a sua suspensão imediata e o debate público que devia ter precedido a sua aprovação.

A adesão ao dia nacional de protesto contra o novo regime de acesso ao ensino superior superou todas as expectativas. Lançada por um «Movimento de estudantes contra a lei de acesso» em cuja origem estiveram as associações das escolas António Arroio e Gil Vicente, a iniciativa ganhou rapidamente o apoio de muitas escolas da região de Lisboa, levou à formação de núcleos no Porto e em Braga, movimentou esforços mais ou menos organizados um pouco por todo o país.

Em Lisboa o dia nacional de protesto mobilizou estudantes de sete ou oito dezenas de escolas secundárias. Apoiada pela greve decretada pelo «Movimento» para a passada segunda-feira aderiram entre 75 e 100 por cento dos alunos. Na concentração frente ao Ministério de Roberto Carneiro, que se prolongou por mais de quatro horas, participaram milhares de jovens

(dois mil é o número mais referido na comunicação social), levando ao corte do trânsito nas avenidas 5 de Outubro e Elias Garcia e obrigando o ministro a entrar depois do almoço pela garagem. Outras manifestações tiveram lugar em Setúbal, na Guarda, em Coimbra.

O Ministério, pela voz de Mário Pupo Correia, chefe do Gabinete de Roberto Carneiro, e António Pinheiro, assessor para os assuntos da juventude, diz admitir alterações pontuais à lei. Os estudantes mantêm a sua exigência de suspensão imediata do diploma e abertura do debate público com a participação de todos os interessados. Para ontem estava marcada uma reunião de associações estudantis onde iria ser debatida a continuação da luta contra a elitização do ensino superior.

O PCP, que pediu em Novembro a ratificação do decreto-lei pela Assembleia da República, voltou ontem a abordar no plenário da AR esta questão, numa intervenção da deputada Paula Coelho, do Secretariado da JCP e do CC do PCP. O Encontro Nacional do Secundário, que se realiza no domingo (ver **Agenda**), também não deixará, certamente, de tratar o problema.

O próximo «Avante!», com certeza, trará mais novidades.



Cerca de 80 escolas da região de Lisboa aderiram ao dia nacional de protesto contra a lei de acesso ao ensino superior e estiveram na concentração frente ao ministério de Roberto Carneiro

«Não é novidade» para o Ministério

No final de uma reunião com representantes dos estudantes que durou cerca de três horas, o eng.º António Pinheiro, assessor do ministro da Educação, disse que o que ali lhe transmitiram «não é novidade», que ouviu críticas do género nas reuniões em que tem participado em escolas de todo o País. Insistiu que «tem havido posições favoráveis à lei, quer de associações, quer individuais», mas, quando lhe pedimos que dissesse de onde têm partido essas posições, não foi além da generalidade.

Já no «Apelo» que convocava a greve de dia 20 e a concentração frente ao ME, o «Movimento de estudantes contra a lei de acesso» mostrava um exemplo do diálogo segundo Roberto Carneiro:

«O Ministério da Educação aprovou à pressa o decreto-lei para que ninguém tivesse oportunidade de o contestar, ou sequer discutir. Depois do documento aprovado, um conjunto de escolas de Lisboa reuniu com dois representantes do Ministério, com o objectivo de pedir alguns esclarecimentos sobre a lei. A verdade é que, ao fim de duas horas de discussão, os representantes do Ministério continuavam sem responder objectivamente às perguntas dos estudantes, deixando transparecer um nervosismo que nada tinha de inocente; recusaram-se a dialogar, refugiando-se em termos técnicos e em argumentos vazios.»

E agora, como foi?

Mudar... ma non tropo

À primeira vista, há um recuo do Ministério, admitindo já alterações de alguns pontos mais polémicos do decreto-lei 354/88 e referidos num documento entregue pelos cinco representantes do «Movimento» e de escolas que a ele se juntaram no próprio dia 20.

Mas da conversa com o assessor de Roberto Carneiro a ideia que nos ficou é que pode ser um recuo aparente. Primeiro, porque «não vamos alterar a filosofia da lei» — como nos disse mais de uma vez.

Depois, porque António Pinheiro colocou logo de fora das possíveis alterações as chamadas «provas específicas» de acesso: «isto é um assunto da competência apenas da Universidade» — afirmou.

Por outro lado, há exigências dos estudantes às quais

diz que o Ministério vai atender, sim senhor, mas... o exemplo que dá tem a ver com as garantias de isenção do júri que vai rever as provas: «havia dos alunos o receio que as provas fossem corrigidas segundo critérios ideológicos e não apenas segundo a capacidade de expressão demonstrada pelo aluno; isso está garantido». Ou seja, não há nada a alterar, não é?

António Pinheiro insistiu no facto de as críticas a esta lei não serem novidade para ele, que as tem transmitido ao ministro. Perguntámos, então, porque foi que essas críticas não pesaram na elaboração do diploma.

O assessor do ministro da Educação não disse que o decreto foi aprovado sem (ou contra) o parecer dos interessados. Isso dizem outros.

Di-lo, por exemplo, o «Movimento contra a lei de acesso»: «As associações de estudantes não foram ouvidas como determina a lei 33/87; o diploma não foi posto à discussão pública como obriga a lei de bases do sistema educativo; o Conselho Nacional de Educação não foi consultado, sendo o seu parecer posterior negativo; o Conselho Consultivo da Juventude nunca expressou a sua opinião sobre o diploma; o Conselho Nacional de Juventude

também não foi ouvido, sendo a sua opinião posterior de que se deve suspender a aplicação do decreto-lei».

Ou a Confederação Nacional de Associações de Pais, cujos dirigentes estiveram segunda-feira no Ministério e com os quais tivemos oportunidade de conversar no corredor do 12.º andar. É que a reunião com os estudantes estava a decorrer numa sala que, habitualmente, é a sala de espera...

Não era este, evidentemente, o motivo da indignação manifestada pelos pais, vindos de Aveiro, do Porto, de Lisboa e de Coimbra. «Lamentamos que seja necessária uma coisa destas» — disseram-nos, referindo-se à manifestação dos estudantes. Recordaram que «fomos os primeiros a alertar» para as consequências da aprovação da lei e que pediram em 21 de Novembro a suspensão do decreto. «Mas parece que não fez efeito» — constata.

A reunião com Roberto Carneiro não tinha directamente a ver com o regime de acesso ao ensino superior. «Mas, naturalmente, vamos falar de novo nesse problema» — foi a intenção que revelaram os dirigentes da Confederação de Pais.

Há tempo?

Bom, mas isto começou com as críticas que não são

novidade, mas não foram ouvidas por quem fez a lei, ou quando fez a lei, ou...

«Houve organizações que primeiro deram o seu acordo ao projecto aprovado no Conselho de Ministros de 14 de Setembro e agora vêm manifestar críticas» — para o eng.º António Pinheiro este foi o motivo por que surgiu primeiro o decreto e, depois, as críticas ao dito. Revelou que o Ministério da 5 de Outubro recebeu cerca de 900 respostas a um inquérito acerca do projecto que apresentou na AR, das quais 55 eram de associações de estudantes. Não disse qual a percentagem de pareceres favoráveis e de negativos.

Quando insistimos para que referisse uma ou duas organizações que tivessem mudado de opinião, o assessor de Roberto Carneiro referiu o CNJ (Conselho Nacional de Juventude), de quem o Ministério aguarda propostas concretas de alteração à lei.

Estas propostas de alteração juntar-se-ão ao documento entregue pelos estu-

dantes do ensino secundário. O ME — ainda de acordo com as declarações de António Pinheiro à saída da reunião — terá que «saber o que pensam os outros interessados, os professores, pais, outros estudantes, o senhor sabe que há opiniões diferentes em relação à lei»...

Sabemos.

E sabemos também — pelo anúncio afixado nas montras do Ministério — que estão a decorrer até 3 de Março as inscrições para a prova geral de acesso ao ensino superior e que estão marcadas para 31 de Março e 3 de Abril as provas propriamente ditas.

Para que se saiba, registamos também aqui que, para o eng.º António Pinheiro «as alterações a fazer são possíveis no tempo» e que num prazo de «dez, quinze dias, no máximo», o Ministério deve dar a conhecer o que concretamente vai mudar na lei.

Cá estamos para ver. E, certamente, os estudantes do secundário também. **NDM**

Jovens da USL reúnem sábado

O Encontro Distrital de Jovens da União dos Sindicatos de Lisboa realiza-se no sábado, dia 25, na Voz do Operário.

A iniciativa — segundo informou a respectiva comissão organizadora num telex em que convocava para ontem uma conferência de imprensa — tem por lema «Emprego seguro, confiança no futuro» e nela serão debatidas questões quentes da situação actual dos jovens, tais como:

- o desemprego — em 108 000 desempregados registados no distrito de Lisboa, 47 500 são jovens, destes só 3,7% recebem apoio social;

- o emprego precário — dos 135 mil jovens trabalhadores do distrito, 28 mil estão registados com vínculo precário;

- a formação profissional — poucos jovens, dos milha-

res que frequentam cursos, obtêm depois colocação;

- os programas OTJ, frequentados em 1988 por 17 600 jovens;

- o primeiro emprego, cuja procura cresce anualmente a um ritmo de 23 800 jovens;

- o acesso ao ensino superior e as dificuldades que cada vez mais se colocam aos jovens trabalhadores que pretendem entrar numa faculdade ou instituto;

- os direitos já reconhecidos na lei mas negados na prática aos jovens trabalhadores.

Em Setúbal, entretanto, no âmbito da preparação da 2.ª Conferência da Juventude Trabalhadora (iniciativa da CGTP-IN), a União dos Sindicatos do distrito promove dia 12 de Março um concurso de pesca. A USS aceita inscrições até 8 de Março.



Das duas às sete da tarde houve sempre estudantes no cruzamento das avenidas 5 de Outubro e Elias Garcia. A adesão à jornada de protesto superou todas as expectativas e obrigou o ministério a dizer que admite «alterações pontuais» à lei

Nacional

Pela primeira vez com participação espanhola

Vem aí o festival do Tejo

As actividades do festival «Amar o Tejo, Viver a Paz» iniciam-se dia 10 de Março, decorrem em vários concelhos, e terminam nos dias 8 e 9 de Abril, em Vila Franca de Xira – de acordo com o programa geral aprovado domingo na segunda reunião plenária da organização da iniciativa. Este plenário efectuou-se em Vila Franca de Xira e contou com a participação de cerca de 90 pessoas dos distritos de Lisboa, Setúbal, Santarém e Portalegre.

Estiveram também presentes doze espanhóis (membros do Consejo de Juventud de Extremadura, das Juventudes Socialistas de Extremadura, da Juventud Obrera Cristiana e de outras associações juvenis da Extremadura), com quem foram assentes «pontos de intercâmbio» neste festival. Para já, foi decidido trabalhar para que cerca de 200 jovens espanhóis participem nesta 3.ª edição do festival, possivelmente incluindo um grupo musical e outras manifestações culturais.

Os organizadores do «Amar o Tejo, Viver a Paz» estão a trabalhar afinca-

mente nos detalhes do programa geral aprovado em Vila Franca – como constatámos numa breve visita à Casa da Paz (Rua Rodrigo da Fonseca, 56-2.º, Lisboa) onde têm o seu estado-maior (passe a conotação militar).

Nos dias 10, 11 e 12 de Março o festival arranca em força na Amadora (com café concerto, cinema, artes plásticas, discoteca, rali pedestre, acampamento de escuteiros, futebol, música clássica). No fim-de-semana seguinte há a «Xirajovem» em Vila Franca (com actuações dos «7.ª Le-gião», Vitorino e «GNR», entre outras actividades), uma

marcha de protesto (Vale de Figueira-Bobadela) contra a poluição do Trancão e espectáculo com Sérgio Godinho em S. João da Talha, iniciativas diversas na Ameixoeira e Santo Condestável. A 31 de Março e 1 de Abril haverá actividades em Lisboa (Rossio e Jardim da Estrela). A partida para a «recta final» é dada na noite de 7 de Abril, com um baile popular no Largo da Câmara, em Vila Franca de Xira; a «meta» estará no Ateneu Artístico Vilafrankense, onde se realiza no dia 10 a sessão de encerramento do festival «Amar o Tejo, Viver a Paz».

No dia 5 de Março, em princípio, reúne novamente o plenário da organização do festival.

Setúbal

Também no dia 19, realizou-se na Torre da Marinha o V Encontro Distrital de militantes e partidários da paz do distrito de Setúbal. A iniciativa, organizada cada dois anos por uma comissão coordenadora, decorreu desta vez nas instalações do Independente Futebol Clube Torrense e teve por objectivo unir esforços para o esclarecimento e sensibilização das populações para a necessidade de combater os perigos belicistas e defender os valores da paz e da vida.

Internacional

Internacional Socialista solidária com África Austral

«Da retórica à acção» foi o sugestivo lema da conferência da Internacional Socialista em solidariedade com os países da Linha da Frente e os Movimentos de Libertação da África Austral, realizada nos dias 15 e 16 do corrente mês em Harare, capital do Zimbabwe.

Os trabalhos terminaram com a adopção de uma estratégia comum que visa contribuir para o desmantelamento do sistema do «apartheid» na África do Sul e garantir a realização de eleições livres e democráticas na Namíbia. Segundo informações da Angop, num comunicado conjunto divulgado no final da reunião, os representantes dos Países da Linha da Frente, os cerca de vinte Partidos Socialistas da Europa e de África e os representantes dos Movimentos de Libertação da região, condenaram vigorosamente a política de «apartheid» do regime de Pretória e apelaram à comunidade internacional para que preste a sua assistência aos Estados mais fortemente afectados pelas acções desestabilizadoras da África do Sul, designadamente Angola e Moçambique.

Na reunião da Internacional Socialista (onde foi notada a ausência do PS português, única falta no respeitante aos partidos socialistas dos países da CEE) analisou-se a situação prevalecente na África do Sul, tendo os intervenientes manifestado a sua inquietação face à significativa degradação da situação política naquele país, onde a oposição legal ao regime do «apartheid» se tornou virtualmente impossível com o prolongamento do estado de emergência e a intensificação da repressão contra as organizações democráticas.

A Conferência manifestou igualmente a sua preocupação face às novas incursões do exército racista em território angolano, considerando tratar-se de mais uma violação flagrante do acordo de paz sobre a África do Sudoeste, assinado em 22 de Dezembro último entre Angola, Cuba e África do Sul.

Já no discurso inaugural a questão havia sido abordada pelo presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, que embora sublinhando a importância do referido acordo não deixou de alertar que ele não significa o fim da tensão na África Austral. «Pelo contrário, disse, os racistas vão tentar por todos os meios intimidar os Estados da região e prosseguir a sua ajuda à Unita em Angola e à Renamo em Moçambique».

A consciência desta realidade levou aquele dirigente a apelar aos países da Europa ocidental para que apliquem sanções contra a África do Sul, recordando que os Partidos Socialistas têm a responsabilidade de pressionar os seus governos nesse sentido.

Com o objectivo de sensibilizar a comunidade internacional para a necessidade de sanções obrigatórias e globais contra a África do Sul, a Conferência aprovou um programa de acção que inclui, entre outras, propostas de corte de ligações aéreas com aquele país, o boicote na importação de carvão e ouro sul-africanos, a proibição da exportação de petróleo e a interdição de transferência de tecnologia avançada, assim como a proibição de concessão de facilidades para novos investimentos e empréstimos à África do Sul.

Segundo o referido programa, as sanções contra Pretória deverão ser acompanhadas pelo incremento do comércio dos países industrializados com os Estados da Linha da Frente, em particular com Angola e Moçambique dado serem os que mais necessitam de assistência económica e financeira, de forma a torná-los capazes de enfrentar a estratégia de desestabilização da África do Sul e garantir o seu desenvolvimento independente e autónomo.

No respeitante à Namíbia, a Internacional Socialista manifestou a esperança de que a implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU decorra conforme o estabelecido no acordo de Nova Iorque, sublinhando o desejo de enviar observadores para as eleições. A propósito, o comunicado final

condena as tentativas das autoridades racistas de incluírem no registo de votantes na Namíbia membros da Unita, bem como outro pessoal militar sul-africano e defende que o porto namibiano de Walvis, o único de águas profundas da Namíbia, permaneça como parte integral deste país.

Angola convoca reunião da comissão de verificação

O governo da República Popular de Angola pretende a realização em Luanda, de hoje até sábado, da primeira reunião da comissão conjunta de verificação da implementação dos acordos de paz de Nova Iorque.

A revelação foi feita no decorrer da Conferência da Internacional Socialista pelo secretário do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho para as Relações Exteriores, Afonso Van-Dunen «M'Binda», que representava o presidente angolano José Eduardo dos Santos.

Recorda-se que a referida comissão integra representantes de Angola, Cuba e África do Sul, para além de representantes, a título de observadores, da União Soviética e dos Estados Unidos.

A decisão de convocar a reunião resulta do recente ataque sul-africano a Angola, que levou uma vez mais as autoridades angolanas a apelar à ONU e ao Conselho de Segurança à tomada de medidas que permitam a observância estrita dos acordos de Nova Iorque. Como afirmou em Harare Afonso Van-Dunen, o governo angolano não pode ser responsabilizado por qualquer situação que surja como consequência da política belicista de Pretória, que constitui um pronúncio do retorno ao uso da força por parte da África do Sul contra Angola.

Na Conferência de Harare, o representante angolano recordou que o seu país tem dado provas da sua boa fé na aplicação dos acordos de paz, tendo portanto o legítimo direito de esperar igual sentido de responsabilidade e boa fé por parte da África do Sul. «A conclusão daqueles acordos, disse, constituiu um acontecimento «suis generis» para a história dos povos da África e da subregião, que mereceu o apoio de toda a comunidade internacional, por representar uma contribuição concreta de elevado alcance histórico na busca da consolidação da paz e do desenvolvimento internacional».

Por isso mesmo as autoridades angolanas não podem deixar de manifestar a sua preocupação pelas alterações introduzidas nos acordos, como é o caso da recente decisão do Conselho de Segurança da ONU de reduzir os efectivos das tropas da «UNTAG» encarregues de supervisionar a implementação da resolução 435/78 sobre a independência da Namíbia. Na opinião do governo angolano, este facto poderá facilitar as manobras do regime sul-africano para manipular o processo eleitoral na Namíbia.

Tarrafal

A comissão de sobreviventes do Tarrafal organiza no sábado uma romagem ao mausoléu do cemitério do Alto de São João, assinalando desta forma a passagem do 11.º aniversário da trasladação dos restos mortais dos 32 antifascistas que perderam a vida no «campo da morte lenta», criado pela ditadura em 1936 e pelo qual passaram mais de 350 presos políticos.

Pastores transmontanos

Questões como a proibição da existência de rebanhos de cabras em algumas localidades, a eucaliptização, a nova lei dos baldios e a sanidade animal foram discutidas recentemente em Vila Pouca de Aguiar, numa reunião dos corpos gerentes da Associação dos Pastores Transmontanos realizada nas instalações da Zona Agrária do MAPA (Ministério da Agricultura) – informou a direcção da APT numa nota à comunicação social.

Além da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal da Associação, participaram na reunião de 6 de Fevereiro cerca de três dezenas de associados; os pastores e seus representantes discutiram «alguns dos

problemas que mais os preocupam e que num futuro próximo auguram um horizonte negro».

A plantação «desordenada e de grandes dimensões» de eucaliptos, em certas zonas da região, «não só põe em causa a alimentação do gado, como também limita a sua necessária circulação». A lei recentemente aprovada pelo PSD e o CDS sobre os baldios «retira a sua gestão às populações, ameaça a liberdade de pastoreio nesses terrenos e só favorece o possível açambarcamento destes terrenos pelas multinacionais de celulose e outras». A proibição da existência de rebanhos de cabras em algumas localidades (e as multas que têm sido aplicadas a alguns

pastores) «não está em sintonia com os interesses do aumento da produção nacional, nem dignifica quem exerce tão árduo trabalho». Foi decidido que as delegações (Vila Real e Chaves) da Associação (cujas sedes são em Miranda) estudem com os pastores de todos os concelhos a melhor forma de se organizarem nos Agrupamentos de Defesa Sanitária de modo a contribuírem eficazmente para resolução do problema da sanidade animal, «um dos mais graves» do sector.

A nota distribuída à imprensa informa que «ficou também em perspectiva a organização da 1.ª Festa do Pastor Transmontano», a realizar durante o ano corrente.

Rendeiros de Alcácer do Sal

«Com a publicação recente da nova Lei de Bases da Reforma Agrária e a tentativa da sua aplicação, dezenas de agricultores rendeiros de terras de herdades nacionalizadas na região de Alcácer do Sal estão ameaçados de, perante a atribuição de reservas pelo actual Governo aos antigos proprietários ou herdeiros desses, ficarem sem as ter-

ras que têm vindo a trabalhar e lhes foram entregues, mediante contratos de arrendamento, pelo então governo do dr. Sá Carneiro» – alerta o núcleo de Alcácer do Sal da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal num telex distribuído na semana passada aos órgãos de comunicação social.

Aquele organismo sublinha que «os agricultores, que na

sua maioria não têm outro meio de subsistência, repudiavam toda e qualquer acção que vise retirar-lhes a possibilidade de poderem trabalhar as terras que lhes foram distribuídas» e «não deixarão de denunciar publicamente situações que consideram injustas», actuando «da forma que entenderem mais conveniente para defesa dos seus interesses».

Internacional

CEE retira embaixadores do Irão

Em protesto contra a condenação à morte pelo ayatollah Khomeini do escritor britânico Salman Rushdie, os países membros da Comunidade Económica Europeia (CEE) decidiram no início da semana suspender os contactos com o Irão e retirar os seus embaixadores daquele país, por tempo indeterminado.

A decisão do Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, que inclui ainda a interrupção das visitas de

carácter oficial superior entre os países da CEE e o Irão, constitui um acto de solidariedade para com a Grã-Bretanha, segundo afirmou o ministro da RFA, Hans-Dietrich Genscher.

«Estamos num ponto de viragem das relações internacionais — disse Genscher — sublinhando que «esse desenvolvimento está a ser tomado muito seriamente pelos doze Estados membros da CEE». Por outro lado, afirmou, a decisão agora tomada

representa um «sinal para garantir a preservação da civilização e valores humanos, preservação da liberdade de expressão e afirmação».

Apesar de nem sempre a CEE se mostrar muito sensível a tais valores, é de sublinhar que a condenação à morte de Salman Rushdie, autor de «Os Versos Satânicos» considerados blasfemos pelo Irão, provocou uma onda de indignação em todo o mundo.

Ao oferecer um prémio

pela «cabeça» de Rushdie, o ayatollah Khomeini surpreendeu e indignou a comunidade internacional, que considera inadmissível que o extremismo religioso se arrogue o direito de ditar as leis da liberdade de expressão.

Embora diversos sectores muçulmanos se tenham já dissociado de práticas deste tipo, como a comunidade islâmica de Londres, é de rezear que o caso venha a ter desenvolvimentos em nada favoráveis aos seguidores do Corão. Com efeito, Khomeini afirmou que «mesmo que se Salman Rushdie se arrependesse e se tornasse o homem mais pio de todos os tempos, é dever de todo o muçulmano empregar todos os meios ao seu dispor, a sua vida e a sua riqueza, para o mandar para o inferno».

Semelhantes afirmações, com as consequentes manifestações de extremismo, poderão desenvolver acções em cadeia contra os iranianos em particular e todos os muçulmanos em geral, que em nada beneficiarão a convivência entre os povos. Impõe-se mais do que nunca a lucidez suficiente para que o fanatismo de uns quantos não dê azo a uma nova «caça às bruxas» própria da Idade Média.

Tudeh denuncia condenações à morte

O Partido Tudeh do Irão (comunista), denunciou há dias que os dirigentes iranianos continuam «a vaga de execuções» de prisioneiros políticos, apesar dos propalados anúncios de «amnistia» para assinalar o 10.º aniversário da revolução islâmica.

Em comunicado distribuído pela France Presse, o Tudeh, ilegalizado pelo governo de Khomeini, acusa as autoridades de «colocarem os prisioneiros políticos perante a alternativa de renegarem as suas convicções ou então reconhecerem-se culpados e morrer». Segundo afirmam os comunistas, «os que não reneguem as suas convicções políticas e

os seus ideais revolucionários serão executados inexoravelmente».

Esta denúncia, bem como a condenação à morte de Salman Rushdie, traduzem uma realidade que contrasta vivamente com as recentes declarações do ayatollah Hussein Ali Montazeri, sucessor designado de Khomeini, que ainda recentemente afirmou a necessidade de corrigir os erros do passado, pois «o povo do mundo inteiro continua a pensar que somos um país de assassinos». Não será certamente com a manutenção de uma tal política que se corrigirão os erros do passado e se fará o mundo mudar de opinião.

Médio Oriente

O diálogo para a paz

Na cena política internacional desenvolve-se a vários níveis uma intensa actividade diplomática cujo objectivo é a criação de condições para a paz e a segurança no Médio Oriente.

Tarefa de envergadura e particularmente complexa, tem como problema central a questão palestina, sem que tal signifique a subestimação de outros existentes na região, desde a situação no sul do Líbano, em Chipre, no Irão e no Iraque, nos Montes Golan, no próprio Afeganistão, onde os problemas da guerra se arrastam e são um travão permanente ao desenvolvimento. Mas é a consciência de que a questão palestina, quer pela sua natureza, quer pelo tempo em que se arrasta, uma vez resolvida, poderá modificar radicalmente o clima de tensão que se vive na região e ser um contributo decisivo para a paz, é essa consciência dizíamos, que está a mobilizar todos os esforços na busca de uma solução negociada para um problema que durante décadas pareceu ter chegado a um beco sem saída.

Os últimos dias foram particularmente elucidativos a respeito dos esforços desenvolvidos nesta matéria, independentemente dos seus resultados imediatos. Nas Nações Unidas, o Conselho de Segurança analisou a violação dos direitos humanos nos territórios árabes ocupados por Israel e apenas o veto dos Estados Unidos impediu a aprovação de uma resolução criticando «as persistências políticas e práticas levadas a cabo por Israel contra os palestinianos nos territórios ocupados desde 1967 (...)».

Enquanto decorria este de-

bate, os ministros dos Negócios Estrangeiros de Espanha, França e Grécia, mandatados pela CEE, encontraram-se no Cairo com o presidente Egípcio, Hosni Mubarak, com quem debateram «a situação palestina e a convocação de uma conferência internacional de paz para o Médio Oriente». Os três ministros estão encarregados de contactar todas as partes envolvidas na questão, tendo reunido já com o rei Hussein da Jordânia, em Aman, com Yasser Arafat, em Madrid e com governantes israelitas em Telavive.

Entretanto, em meados da

semana passada, personalidades israelitas do Partido Trabalhista, incluindo um membro do governo, encontraram-se com palestinianos dos territórios ocupados que embora não representando oficialmente a Organização de Libertação da Palestina (OLP) são considerados afectos àquela organização. Os encontros, considerados «frutíferos e importantes», são vistos em Jerusalém como um sintoma da lenta viragem do Partido Trabalhista a favor de negociações com a OLP.

Também a União Soviética tem estado a desenvolver uma intensa actividade no Médio Oriente. O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnadze, manteve nos últimos dias conversações com o presidente sírio, Hafez Assad, sobre a necessidade de encontrar uma fórmula aceitável de negociações israelo-árabes, tema que o levou igualmente à Jordânia e ao Cairo. De salientar que no Egito o ministro soviético se encontrou com o seu homólogo israelita, Moshe Arens, não sendo segredo que a preparação de uma conferência de paz para o Médio Oriente, a breve prazo, constituir um dos temas das conversações.

Chevardnadze seguiu do Cairo para Bagdad, no Iraque,

onde se encontrou com o dirigente da OLP, Yasser Arafat.

Como é evidente, a sequência de tais encontros não é uma coincidência.

Como não é por acaso que se estão a verificar encontros secretos, indirectos, mas mesmo assim encontros, entre a OLP e as autoridades israelitas. Quem o disse foi o próprio Arafat, em entrevista ao jornal italiano «Il Messaggero» e a uma cadeia de televisão norte-americana. Embora não seja de esperar resultados imediatos, esta abertura entre as duas principais partes de um confronto cuja resolução pode ser a chave para a paz na região, não pode ser subestimada.

Não menos importante de toda esta movimentação internacional foi a realização em Sanaa, capital do Yemen do Norte, a Conferência para a Paz e a Segurança no Médio Oriente e no Mediterrâneo, promovida pelo Conselho Mundial da Paz e pelo Conselho da Paz e Solidariedade do Yemen, de 18 a 20 deste mês.

O reconhecimento do diálogo como meio privilegiado para a resolução dos conflitos começa a impor-se. Os seus resultados podem ser menos espectaculares do que o da força das armas, mas são seguramente o melhor caminho para a paz.

Polónia, prosseguem trabalhos da «mesa-redonda»

No passado dia 6 de Fevereiro realizou-se, em Varsóvia, a sessão inaugural dos debates da «mesa-redonda», encontro de há muito preconizado pelo governo polaco e pelo POUP, e que culmina quase seis meses de preparativos de consultas. No Palácio do Conselho de Ministros sentaram-se à mesa-redonda 57 representantes de todas as forças políticas e sociais que respeitam a ordem constitucional. O representante do governo polaco apresentou uma proposta de programa para debater, que engloba amplas transformações da vida política social e económica do país, pelo que, como foi sublinhado, deve contar com a participação de todos os polacos. Participação que constitui precisamente a condição fundamental do seu êxito e o fundamento de um novo acordo social.

Como bases do programa proposto, Czeslaw Kiszczak, presidente do Comité do Conselho de Ministros para a observância das leis, ordem pública e disciplina social, membro do Bureau Político do CC do POUP, avança fundamentalmente com três pontos:

1. A discussão multifacetada e a determinação do modelo e estruturas, assim como dos princípios do funcionamento do Estado e da vida política da Polónia. Neste quadro tem uma importância fundamental a ideia de eleições para o Parlamento, que terá um carácter mais pluralista. Admite-se que o Parlamento, ainda na presente legislatura, realize uma revisão da Constituição, com base em iniciativas que surjam como fruto da própria mesa-redonda.

2. Outra importante componente do acordo seria um modelo de ordem económica socialista, que assegure a realização eficaz das reformas.

3. Uma fórmula de institucionalização do pluralismo sindical deve fazer parte de um acordo social a ser debatido na mesa-redonda.

NATO, polémica sobre mísseis

Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha apostam numa rápida decisão relativamente a uma substituição dos mísseis norte-americanos «Lance», instalados na RFA, por outras armas atómicas mais sofisticadas, o que corresponderia a uma operação de rearmamento e a um passo atrás no processo de desarmamento.

O novo secretário de Estado norte-americano, James Baker, veio em digressão aos países da NATO, nomeadamente defender esta opção. Mas não encontrou respostas muito claras. O governo da RFA está bem pouco interessado numa resposta para já. E é já no próximo ano que se realizam eleições legislativas e a maioria da opinião pública norte-americana é claramente favorável à total eliminação de mísseis nucleares.

Reunião do Tratado do Varsóvia

Os ministros da Defesa dos Estados membros do Tratado de Varsóvia e chefes de Estado-Maior dos Exércitos aliados reuniram-se em Moscovo para debater questões práticas ligadas à redução unilateral das Forças Armadas da organização e a retirada de parte das tropas soviéticas da Hungria, RDA, Polónia e Checoslováquia.

«Baixar os níveis de confrontação militar, acabar com a corrida aos armamentos nucleares e convencionais a favor do desarmamento gradual, desenvolver as medidas de confiança e prevenir a guerra, são as principais metas do Tratados de Varsóvia», nas palavras do novo comandante das forças do Tratado de Varsóvia e primeiro-vice-ministro da Defesa da URSS, Piotr Luchev.

Luchev fez notar, entretanto, que os países do Tratado de Varsóvia consideram que a irreversibilidade dos processos positivos iniciados não está, por enquanto, garantida.

PCUS - Partido da classe operária

Mikhail Gorbatchev, num encontro com operários de diferentes regiões do país, realizado na sede do CC do PCUS, sublinhou que o PCUS «foi e continua a ser o Partido da classe operária», e disse ainda que «damos sempre importância especial à opinião da classe operária, força decisiva da sociedade e a maior classe, de cujas posições depende o destino de qualquer política».

A reestruturação é uma passagem da actual sociedade para uma nova, em que o homem, os seus problemas, preocupações e vida estejam no centro da atenção — disse ainda Gorbatchev, acrescentando que se o homem não for o protagonista da «perestroika», esta acabará. «Por isso é preciso colocar os trabalhadores, através de processos democráticos, em todos os níveis do poder real».

«Não possuímos manuais», disse o secretário-geral do PCUS, «mas temos os princípios fundamentais: somos pelos socialismo e vamos reforçar e desenvolver este sistema. Somos a favor da propriedade socialista, a favor de que se desenvolva na sua base o potencial da economia e do regime social, somos a favor de que o poder realmente se encontre nas mãos dos trabalhadores».

Internacional

Berlim-Oeste e RFA

Democratas-cristãos em recuo

No balanço das eleições em Berlim-Oeste, de 29 de Janeiro passado, abrem-se perspectivas de um governo de coligação entre sociais-democratas (SPD) e a Lista Alternativa (AL), englobando grupos ecologistas e pacifistas. Ambas as organizações políticas chegaram a acordo no que respeita à aceitação do estatuto especial da cidade (Berlim-Oeste é uma cidade governada pelas potências aliadas ocidentais, com um estatuto que a torna independente da RFA), da presença militar dos aliados e no que se refere à aceitação da legislação da RFA a Berlim-Oeste — condições que haviam sido avançadas pelos sociais-democratas para um governo comum.

Relembremos aqui que nas eleições de 29 de Janeiro, a CDU (democratas-cristãos — também no poder na RFA) e os liberais (FDP), perderam a maioria, que detinham conjuntamente desde 1983. Simultaneamente, subiu o SPD e afirmou-se a Lista Alternativa. Dado preocupante — afirmou-se igualmente uma organização neonazi (o Partido Republicano).

A evolução posterior a estas eleições — considerando aqui tanto Berlim-Oeste como a RFA, cujas realidades políticas mutuamente se influenciam — reflecte bem a complexidade de factores que se entrecruzam nestes centros determinantes do capitalismo europeu.

Imediatamente após a divulgação dos resultados eleitorais, e enquanto o chefe do grupo nazi, o antigo oficial SS Franz Schoenhuber, fazia declarações triunfalistas, exaltando a «restauração dos valores alemães» e a «necessidade de um patriotismo purificado», milhares de pessoas desceram às ruas da cidade, numa manifestação antifascista em que simultaneamente se afirmava o apoio aos trabalhadores imigrantes, como sempre vítimas preferenciais dos agrupamentos fascistas.

Importa aqui sublinhar que, como é prática normal, os fascistas basearam a sua campanha na exploração de problemas muito reais. Os te-

mas desenvolvidos na sua propaganda são uma mistura de xenofobia e demagogia social, utilizando em particular a presença de 150 000 imigrantes turcos na cidade. Número que põem em paralelo com os números oficiais do desemprego — 96 800 desempregados registados em Novembro, o que é considerado um nível recorde. Por outro lado são explorados problemas particularmente sentidos, como o da insegurança, da habitação, e dos que tocam a terceira idade (que constitui um quinto do eleitorado).

RFA evolução política

Significativamente, nestes mesmos dias, registaram-se em diferentes pontos da RFA, manifestações antifascistas, e a aprovação do voto para os imigrantes.

Em Rahden, no norte da RFA, Cerca de 5 mil pessoas manifestaram-se, protestando contra a realização do con-



Manifestantes contra a política nuclear da NATO, em Berlim Ocidental, quando da visita de Reagan, em Junho de 1987

gresso federal do partido neonazi NPD. A manifestação foi conjuntamente convocada pelo SPD, pelos Verdes, pela União dos Sindicatos e pela Igreja Evangélica.

As próximas eleições locais no Estado Federal de Schleswig-Holstein, no norte da RFA, serão as primeiras no país em que os imigrantes terão direito a voto. A decisão foi tomada com os votos do SPD. Uma realidade que entretanto começou já a alastrar. O Senado de Hamburgo aprovou igualmente uma proposta de lei que concede aos estrangeiros com mais de 8 anos de residência na cidade, o direito a votarem nas eleições municipais. O projecto foi aprovado com os votos contra dos democratas-cristãos.

A possível propagação do voto imigrante tenderá a alterar o quadro eleitoral no país, já hoje evoluindo de uma forma abertamente desfavorável à democracia-cristã. A CDU tem vindo a perder sucessivas eleições de âmbito regional realizadas desde as últimas legislativas.

Uma sondagem realizada em Agosto, e que tem vindo

a ser confirmada pelas mais recentes eleições regionais, dava um quadro de intenções de voto para as legislativas como este: 40% para os democratas-cristãos (em Janeiro de 87: 44,3%), 43% para o SPD (em Janeiro de 87:37%), 9% para os liberais (9,1% em 87), 7% para os Verdes (8,3% em 87).

Trata-se apenas de sondagens, naturalmente, mas a quebra dos democratas-cristãos e a subida dos sociais-democratas têm vindo a afirmar-se como um facto.

Problemas como a estabilização da taxa de desemprego a um nível relativamente elevado (7,5%), e o fraco crescimento do PIB (produto interno bruto), terão naturalmente o seu peso nesta evolução no plano político. Mas sobretudo alguns outros factores que directamente atingem as massas trabalhadoras.

Entre 1985 e o início de 88, o patronato oeste-alemão não pôs de lado a aposta num desenvolvimento do mercado interno e foi mesmo levado a aceitar aumentos salariais em simultâneo com reduções sensíveis no horário de trabalho (a exigência das 35 horas).

Estas conquistas do movimento social contribuíram para reforçar as reivindicações dos trabalhadores que hoje se encontram directamente confrontados a uma estratégia do patronato que aposta, fundamentalmente, em despedimentos massivos e na transferência de parte da produção para outros países da CEE, com mão-de-obra mais barata.

A campanha do patronato dirige-se hoje no sentido de impor a aceitação do trabalho ao domingo, do desenvolvimento do trabalho a tempo parcial e a generalização da flexibilização.

É verdade que, nesta política, nem só os democratas-cristãos estão empenhados. Ela tem igualmente os seus defensores no seio do SPD.

No último congresso dos sociais-democratas (30 de Agosto a 2 de Setembro de 1988), é o próprio vice-presidente do partido, Oskar Lafontaine, quem defende estas opções do patronato — naturalmente em oposição a outros sectores do partido.

Situação complexa, em que as clivagens sociais também passam pelo interior dos partidos políticos.

Solidariedade na África do Sul com presos políticos

Com o objectivo de chamar a atenção da opinião pública internacional para a «grosseira violação dos direitos do Homem pelo regime de Pretória», cento e sessenta e quatro jornalistas sul-africanos cumpriram a semana passada dois dias de greve de fome em solidariedade com os presos políticos.

Recorda-se que cerca de trezentos presos, sem julgamento há mais de três anos, entraram em greve de fome nas cadeias de Port Elizabeth e Joanesburgo há quatro semanas, encontrando-se alguns já hospitalizados e em perigo de vida.

Apesar do governo racista de Pretória ter proibido todas as acções de apoio à luta dos presos políticos, que exigem a sua libertação ou o seu julgamento, numerosas organizações profissionais lhes têm manifestado publicamente o seu apoio, a começar pelos respectivos advogados, que iniciaram igualmente uma greve de fome.

Também no início da semana passada o reverendo Alan Boesak, presidente da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas e destacada personalidade do movimento anti-apartheid, entrou em greve de fome em solidariedade com os presos políticos.

Segundo os dados oficiais sul-africanos, cerca de mil pessoas encontram-se presas, a aguardar julgamento, desde a imposição do estado de emergência, em Junho de 1986. De acordo com as normas em vigor, tal situação pode arrastar-se por tempo indeterminado, sem qualquer julgamento.

ANC toma posição sobre acusações a Winnie Mandela

O Congresso Nacional Africano (ANC) acusou no domingo as autoridades racistas de infiltrarem provocadores entre os elementos da segurança de Winnie Mandela, conhecidos como o «clube de futebol».

A mulher do dirigente Nelson Mandela viu-se envolvida numa série de escândalos, sendo o mais grave o rapto de um jovem de 14 anos posteriormente encontrado morto. Suspeita-se que a responsabilidade seja dos guarda-costas de Winnie, o mesmo sucedendo em relação à morte do médico que observou o malogrado jovem e posteriormente foi encontrado morto em circunstâncias ainda não esclarecidas.

Segundo o ANC, Winnie Mandela cometeu erros, mas não deve ser isolada nem os que se batem contra o «apartheid» dividir-se por causa desta questão. De acordo com o comunicado divulgado no final da reunião que apreciou o assunto, dirigida por Oliver Tambo, a direcção do ANC afirma ter «todas as razões para acreditar que o clube foi infiltrado pelo inimigo e que a maior parte das suas actividades foi guiada pela mão do inimigo». Winnie foi «deixada exposta e vulnerável à prática de erros que o inimigo explorou».

A actuação de Winnie Mandela levou entretanto a Frente Democrática Unida (UDF) a dissociar-se das suas acções, considerando que «ela abusou do crédito e confiança que disfrutou durante anos». Esta posição, contudo, não põe em causa «o apoio incondicional a Nelson Mandela» por parte da UDF, que voltou a apelar à sua libertação imediata.

Winnie Mandela anunciou entretanto que iria «cooperar» — a pedido do marido — no afastamento dos elementos do «clube de futebol» da sua residência.

Perseguição ideológica na Argentina

O dirigente do Partido Comunista da Argentina, Eduardo Sigal, candidato a deputado pela coligação «Izquierda Unida», denunciou a semana passada o «início de uma perigosa campanha de perseguição ideológica, criando um clima de intimidação» no país.

Segundo Sigal, está-se perante «uma campanha de denúncias infundadas, da qual para alguns parece que é delito ser-se marxista, estar com a revolução sandinista, lutar contra a impunidade dos torturadores e pela libertação da Pátria». Exemplo disso foi a recente invasão policial de um seminário realizado pelo Partido Comunista em Córdoba, de que tinha sido dado prévio conhecimento às autoridades responsáveis. O seminário decorria num acampamento, tendo os participantes, cerca de uma centena, sido identificados, as tendas revistadas e apreendida documentação e objectos pessoais.

Guiné-Bissau em negociações com o Banco Mundial

Uma delegação ministerial guineense, chefiada pelo ministro do Plano, Bernardino Cardoso, deslocou-se aos EUA para conversações com o Banco Mundial. O objectivo da missão é negociar o desbloqueamento de uma verba de 17 milhões de dólares para um projecto de assistência social e construção de infra-estruturas em Bissau.

Intelectuais portugueses saúdam revolução cubana

A caminho de festejarmos em Portugal o 15.º Aniversário da Revolução de Abril, sempre entendida e defendida pelos trabalhadores intelectuais democratas como um dos acontecimentos decisivos deste século, nós, escritores e artistas portugueses, saudamos o 30.º Aniversário da Revolução que libertou Cuba, que devolveu ao seu Povo e aos seus criadores os direitos ao pão, à paz e ao futuro e deu novas potencialidades e forças à luta emancipadora dos Povos de todo o Mundo.

Na complexidade dos dias de hoje, e perante as novas perspectivas libertadoras que se abrem, torna-se imperioso reforçar os laços daqueles que estão atentos às realidades, que sonham, ambicionam mais e mais e procuram contribuir para uma vida feliz e duradoura, sempre aberta à contribuição dos que criam Cultura e a projectam na vida quotidiana dos Povos. Por isso saudamos o 30.º Aniversário da Revolução Cubana e vos desejamos, queridos companheiros das Letras e das Artes, os melhores sucessos da vossa vida criadora, no trabalho quotidiano e na acção da vossa União de Escritores e

Artistas de Cuba.

Esta a saudação entregue na embaixada de Cuba, no passado dia 14, subscrita pelos seguintes artistas, intelectuais e outros trabalhadores da cultura portugueses: Artur Ramos, Artur Semedo, Baptista Bastos, Canto e Castro, Carlos Mendes, Carlos Porto, Costa Ferreira, Ernesto Mello e Castro, Eunice Muñoz, Fernando Lopes Graça, Helder Costa, Henrique Vianna, Inácio Peres Fernandes, Ivo Appoloni, Jacinto Baptista, Janita Salomé, João de Freitas Branco, Joaquim Benite, Jorge Vieira, José Barata Moura, José Cardoso Pires, José Saramago, Luís Alberto Almeida, Luís Francisco Rebelo, Luís Villas Boas, Luísa Basto, Luzia Maria Martins, Magda Cardoso, Manuel Ferreira, Maria do Céu Guerra, Maria Guinot, Maria Helena Mira Mateus, Mário Jacques, Mário Neves, Martinho da Assunção, Moraes e Castro, Modesto Navarro, Natália Correia, Nômia Cruz, Norberto Barroca, Olga Gonçalves, Orlando da Costa, Rogério Paulo, Romeu Correia, Rui Mário Gonçalves, Rui Mendes, Teresa Dias Coelho, Teresa Paulo, Ulpiano Nascimento, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco Granja.

Internacional

Afeganistão

Ingerência prossegue contra acordos de Genebra

«Aqueles que pensam que, após a retirada das tropas soviéticas, poderão actuar a seu bel prazer e continuar a aumentar as proporções da agressão contra o Afeganistão, devem saber o seguinte: o governo da República do Afeganistão tem o pleno direito de tomar todas as medidas defensivas necessárias em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o Tratado bilateral soviético-afegão», diz-se na Declaração do governo do Afeganistão de 15 de Fevereiro, data em que objectivamente, com a total retirada do contingente soviético, se abriu uma nova fase na vida política do país.

Cabul não foi invadida, tão pouco morre de asfixia, conforme havia sido entretanto vaticinado pelos que apostam — de todas as formas, aliás — na liquidação de um regime progressista. E simultaneamente tanto menosprezam os povos, a sua capacidade de acção e luta, a sua vontade, que acabam por assimilar a vida sociopolítica a jogos de poder, ignorando a decisiva acção e vontade das populações.

Mas a situação é naturalmente perigosa. Por isso se avançam rigorosas medidas de defesa e segurança.

Mohammed Najibullah, presidente afegão, vai chefiar um conselho militar que coordenará a luta contra os grupos armados. A composição deste conselho engloba fundamentalmente pessoas que pertencem ao Partido Popular Democrático do Afeganistão (PDPA), e também pessoas que dele não fazem parte. A decisão surgiu depois de ter sido anunciada a imposição do estado de emergência em todo o país e uma remodelação ministerial, que afastou do governo ministros que não eram do PDPA.

Simultaneamente, o primeiro-ministro afegão é oficialmente afastado das funções que exercia. Nos termos da Constituição do Afeganistão, o presidente Naji-

bullah presidirá ao Conselho de Ministros enquanto estiver em vigor o estado de emergência.

em causa até a própria identidade afegã, com projectos que levariam à diluição do país numa federação paquistanesa.

Não se entendem mas matam

Praticamente em vésperas da saída dos últimos soldados soviéticos de território afegão, um *roquette* explodiu no centro da capital afegã, matando sete pessoas, de entre as quais duas crianças. O engenho deflagrou no meio

paquistanesas, iranianas) tentam, por todas as formas, tornar impossível a vida de uma população profundamente atingida por uma guerra de dez anos, mas que conhece também os benefícios das conquistas sociais da revolução.

A acção puramente terrorista, agora também centrada de forma concreta na chantagem da fome, surge como uma direcção da acção dos grupos hostis ao governo afegão. Concretamente, a oposição armada ao regime progressista de Cabul pediu

Genebra a recusa da ingerência

O grande esforço que está a ser desenvolvido no sentido de unir todos estes grupos contra Cabul, nada tem a ver com os interesses ou a vontade do povo afegão. É esse o cerne do problema. Trata-se de estratégias políticas que são pura ingerência.

Na declaração do governo afegão já referida, diz-se: «Ao espezinhar os Acordos de Genebra, os EUA e o Pa-



O problema do abastecimento das populações impõe-se hoje como uma questão vital, sendo um dos alvos da acção terrorista

Uma força de meio milhão de homens defende Cabul.

Estas, algumas medidas de defesa, assumidas face às manobras políticas e à acção terrorista, que visam liquidar o poder que se afirmou com a revolução — através de caminhos evitados embora de contradições e erros —, e pôr

de uma multidão de gente que tinha vindo abastecer-se de farinha num centro de distribuição.

A intenção de matar a população civil, de espalhar o terror entre a população, é evidente.

Os grupos armados (com as armas norte-americanas,

mesmo ao coordenador da ONU para a ajuda humanitária ao Afeganistão, o príncipe Saddudin Aga Khan, que os alimentos enviados pelas Nações Unidas à população afegã, sejam entregues aos grupos rebeldes. Aviões, bases e aeroportos utilizados para esta ajuda são ameaçados ou mesmo alvo de actos terroristas dos grupos armados.

Uma outra componente desta linha de acção contra o regime progressista, passa pelos desmesurados esforços de entendimento entre os muito diversos grupos, sob a égide do Paquistão.

Nenhum entendimento sério foi entretanto possível entre grupos de obediência chiita, baseados no Irão, e a Aliança dos sete de Peshawar, muçulmanos sunitas, apoiados pelo Paquistão.

Em vésperas dos encontros, na cidade paquistanesa de Rawalpindi, concretizados através de uma «shura» (assembleia tradicional), com que se pretendia formar um «governo» para o Afeganistão (claramente à revelia do seu povo), uma verdadeira batalha (não propriamente verbal) opôs milhares de refugiados favoráveis às propostas do ex-rei Zaher (que preconiza uma união nacional sem quaisquer exclusões) e os fundamentalistas, que têm como objectivo instaurar uma república islâmica.

qu Coast) prejudicaram os nossos esforços tendo em vista o termo do conflito e o alcance da concórdia entre os afegãos. O Paquistão tentou unir diferentes grupos da oposição afegã no chamado Shura (Conselho Consultivo) e num governo de transição no seu território tendo exercido, com este fim, uma forte pressão sobre eles. Pelas mãos deste governo, alguns dirigentes do Paquistão desejariam concretizar o seu plano de anexação do Afeganistão sob a cobertura de uma «Confederação Afegano-Paquistanesa».

«O povo e o governo da República do Afeganistão repudiam energeticamente estes planos expansionistas hostis, orientados contra a independência do país. Qualquer que seja a decisão deste Shura, em que não estão representadas todas as verdadeiras forças políticas internas e externas, não exercerá outra influência senão o aumento da hostilidade e a criação de novas dificuldades à regularização da situação no Afeganistão».

A aplicação de facto, e por todas as partes, dos acordos de Genebra — frontalmente violados pelos EUA e o Paquistão — afirma-se como o único caminho da paz. Só sem ingerências externas se abrirá o espaço adequado para o povo afegão resolver os seus próprios problemas.

«Numa Vigília pela Paz realizada na passagem do ano na igreja de S. Domingos, 200 católicos, na maioria jovens, e uma dezena de padres criticaram as fórmulas hipócritas da Pastoral do Episcopado que aludia a uma paz abstracta e deixava propositadamente no silêncio as guerras coloniais.

A Vigília representou uma corajosa condenação das guerras coloniais. Para os participantes (...), «paz na consciência» e «paz na família» são frases vãs enquanto a nossa juventude for forçada a sacrificar-se ingloriamente em África, lançando o fogo e a morte sobre os povos em luta pela sua libertação. No documento distribuído durante a Vigília os participantes afirmam a sua disposição de lutarem contra as guerras coloniais em estreita unidade com todos aqueles que repudiam o colonialismo e estão dispostos a lutar pela Paz.

Em contraste, a nota do Patriarcado vem mais uma vez provar que o alto clero e o fascismo estão de mãos dadas nas guerras coloniais e no criminoso conluio contra a Paz».

(«Jovens católicos condenam a guerra colonial» — «Avante!», VI Série, n.º 399, Fevereiro 1969)

Avante!
 O QUE É O PARTIDO COMUNISTA? QUEM É O PARTIDO COMUNISTA?

«O governo fascista tem a funcionar na cidade de Lamego uma escola de que pouco fala. Aí são preparados intensamente os «Rangers» (nome dado pelos americanos às tropas contraguerrilhas, tipo «Boinas Verdes»), que depois são enviados para as guerras coloniais. Os «Rangers» são preparados, física e psicologicamente, para o genocídio, na base dum monstruoso racismo colonialista. Os cadernos por que estudam e os instrutores «ensinam» que tudo que tem a pele negra deve ser morto. Porque em cada homem está ou pode vir a estar um combatente. Porque em cada mulher, qualquer que seja a sua idade e estado, pode estar uma informadora dos combatentes. Porque em cada criança, mesmo de peito, estará muito provavelmente um futuro combatente pela liberdade e a independência desses territórios. Matar tudo — dizem os cadernos e os instrutores — é o mais seguro.

(«Uma escola de racismo e de genocídio» — «Avante!», VI Série, n.º 412, Fevereiro 1970)

AVANTE!
 O QUE É O PARTIDO COMUNISTA? QUEM É O PARTIDO COMUNISTA?

«Após mais de sete anos de luta armada, na qual perderam a vida centenas de milhares de patriotas argelinos, o povo da Argélia vê finalmente aproximar-se a hora da libertação nacional e da independência, a despeito dos esforços desesperados e sangrentos dos ultras franceses do «Exército Secreto». As negociações finais entre a França e o Governo Provisório da República Argelina são o coroaamento de uma luta heróica do povo argelino contra os colonialistas franceses. As lutas da classe operária e do povo francês contribuíram também para obrigar os colonialistas a seguir o caminho das conversações e da paz.

(...) Assim como a França não conseguiu vencer a resistência deste povo heróico, com mais forte razão os colonialistas portugueses não conseguirão impedir a libertação de Angola e dos demais povos que massacraram, exploraram e oprimem. Os salazaristas, com a falsa afirmação de que Angola é terra portuguesa, mais não fazem que macaquear os colonialistas franceses que durante muitos anos tocaram o disco da «Argélia francesa».

(«Argélia — uma lição para Angola» — «Avante!», VI Série, n.º 313, Fevereiro 1962)



Nestes últimos dias cerca de 2500 pessoas foram presas na Coreia do Sul, no decurso de manifestações contra a política governamental. Estas manifestações inserem-se numa campanha de dez dias, promovida pela Coligação Nacional dos Movimentos Democráticos, por motivo do aniversário de posse do presidente sul-coreano Roh Tae-Wu (em 25 de Fevereiro) e da visita a Seul do presidente norte-americano, George Bush, marcada para 27 de Fevereiro. Com grande participação de estudantes, têm vindo a realizar-se comícios em várias cidades do país

Um concerto insólito contra um Governo absurdo



Ao sinal da batuta, a «Marcha Húngara» de Berlioz vibrou no ar límpido da tarde. Exactamente às 16 horas, como o prometido, começava o concerto no largo fronteiro ao palácio de S. Bento, em Lisboa. A população assomou às janelas e lá ficou, mal acreditando num prodígio assim — a própria casa transformada em camarote de primeira. Os transeuntes, fascinados, esqueciam o que andavam a fazer e engrossavam o público. Das escadarias monumentais, vindos do palácio, desciam regularmente deputados enquanto outros se acotovelavam nas varandas lá no alto. Nessa altura já o «Guilherme Tell» calara os primeiros aplausos, reverberando uma alegria instalada, visível, definida. O círculo embevecido dos espectadores engrossava permanentemente, quem esperava encontrar uma banda de coreto arregalava os olhos (e os ouvidos!) perante os 100 músicos vestidos a rigor e a qualidade da execução. O concerto ganhou então identidade própria — um espectáculo de alta qualidade musical, gratuito, em plena rua e conquistando um público tão vasto, criativo, diversificado e aleatório como o é a própria vida. Mas se a vida é assim, os actos dos homens são algo mais — são deliberados. A eles preside uma força intelectual que os prepara, decide e comanda. Neste caso — o «caso» das duas Orquestras Sinfónicas da RDP (Lisboa e Porto) que na terça-feira da semana passada se juntaram para um concerto único frente à Assembleia da República — a intenção foi de protesto. Alguns cartazes, erguidos a par das estantes das pautas, figuravam com clareza e razão de ser daquele concerto: «Governo/Música — infeliz dissonância», ou «RDP — Que Orquestras Negociou?» ou ainda «Sinfonia? — Só com Sinfónicas» não deixavam margem para equívocos — estava ali um protesto sério contra o Governo. Folhas volantes distribuídas ao público completavam a informação, relatando o insólito caso de um Governo que, através da sua secretaria de Estado (supostamente) da Cultura, pretende extinguir as duas únicas Orquestras Sinfónicas estatais (da RDP — Lisboa e Porto), substituindo-as por Orquestras de Câmara e atirando os seus músicos para um concurso internacional que põe em causa os seus postos de trabalho e direitos sócio-profissionais. Se o concerto da passada semana frente à Assembleia da República foi, porventura e até à data, a expressão mais espectacular (e exaltante) do protesto dos músicos sinfónicos da RDP, ele não esgotou, naturalmente, a luta que estes profissionais da Cultura encetaram, com o seu Sindicato e o apoio expresso quer da CGTP-IN quer da generalidade do mundo cultural português, contra mais esta decisão grosseiramente absurda do Executivo. Um Executivo que, quase vertiginosamente, parece apostado em afirmar-se como o maior absurdo governativo jamais saído de uma maioria eleitoral. ■

Em tempo de desconcerto Orquestras afinam protesto

O concerto de terça-feira da semana passada dado em frente à Assembleia da República por cerca de 100 músicos das Orquestras Sinfónicas da RDP de Lisboa e Porto foi dirigido, na primeira parte, pelo Maestro Silva Pereira e na segunda pelo Maestro Gunther Arglebe.

No intervalo foram lidas inúmeras mensagens de solidariedade enviadas por organizações sindicais e culturais e as mais variadas personalidades, concretizando um impressionante movimento de repúdio pela intenção do Governo em extinguir estas duas Orquestras e expressando críticas contundentes à política do Governo na sua globalidade. Usaram também da palavra diversos deputados solidarizando-se com a luta dos músicos, nomeadamente José Manuel Mendes (PCP), Natália Correia (independente pelo PRD), Manuel Alegre (PS) e Maria Santos (Os Verdes), enquanto muitos outros (à excepção do Grupo Parlamentar do PSD...) assistiam ao concerto.

A nota mais significativa e, sem dúvida, o pormenor mais impressionante desta acção de protesto levada a cabo pelos músicos das duas Orquestras Sinfónicas da RDP foi a verdadeira avalanche de mensagens de solidariedade chegadas ao próprio concerto e lidas no intervalo.

Houve de tudo — desde a frase

curta e incisiva ao discurso inflamado e contundente, passando por diversas ironias como a do cantor Sérgio Godinho, que acusava que «desafinar as Orquestras é uma pobre maneira de mascarar a desafinação geral», ou contundências como a de Rogério Paulo, dizendo que «isto não é um Governo de

homens do nosso tempo, mas de falsos trogloditas», ou ainda de Jorge Vieira, que acusava o Governo de «pensar que o País se projecta através dos políticos que conhecemos de ginjeira».

Só para se ter uma ideia do volume de protestos que cresce, em todo o País, solidarizando-se com a luta dos músicos das Orquestras Sinfónicas da RDP, referimos algumas das que chegaram ao concerto, em nome de diversas organizações e individualidades, nomeadamente: Conselho Português da Música (membro da Unesco), União dos Sindicatos de Lisboa, Natália Correia, Maria Teresa Horta, Dr. Coimbra Martins, Maestro Silva Pereira (que dirigiu a primeira parte do concerto e apelava na sua mensagem que «se houver um mínimo de sensibilidade, tudo se resolverá»), Fernando Curado Ribeiro, Vasco Granja, Henrique Viana, Sérgio Godinho, Baptista Bastos, Mário Jacques, Rogério Paulo, Luzia Maria Martins, Jorge Vieira, Luísa Bastos, os músicos do Teatro Nacional de S. Carlos, eng. Vasco Pinto Leite, o musicólogo Humberto d'Ávila, Fernando Bento Gomes, Maria Guinot, Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos e Mário Vieira de Carvalho.

Dos protestos contra a medida de extinção destaque-se a subscrita pela Direcção do Conselho Português da Música, membro da Unesco, como dissemos, que divulgou um comunicado onde, na sua «qualidade de instituição representativa das actividades musicais do País», não só protesta «contra a eventual extinção» como também requer que «o projecto em curso de remodelação das Orquestras leve a uma real melhoria do meio musical português», assinando o comunicado Maria Madalena de Azeredo Perdigão, Álvaro Rodrigues Salazar, Graziela Cintra Torres, Miguel Diniz Henriques e Rosa Maria Ventura.

Destaque também para a mensagem enviada pela União dos Sindicatos de Lisboa, uma «saudação especial porque, apesar das preocupações centrais, das razões prioritárias que levam os trabalhadores do Distrito à acção, à resistência e à luta, é para eles importante ver que vós fortaleceis essa



O maestro Silva Pereira dirigindo a primeira parte do concerto.



Dias Lourenço, director do nosso jornal, cumprimenta o maestro Silva Pereira no intervalo do concerto.



Diversas personalidades ligadas à música e à cultura manifestaram, com a sua presença, uma solidariedade activa, tal como o fizeram numerosos deputados. Em relação a estes últimos, só os representantes do PSD «desafinaram» pela ausência...

torrente para defender a democracia, não no sentido abstracto mas de forma inseparável das suas vertentes política, económica, social e cultural». E o comunicado da USL termina, dizendo: «Afinal, nós também contamos convosco porque, embora por caminhos aparentemente diferentes, procuramos o mesmo rumo, lutando por uma Pátria onde se entenda, defenda e exista uma democracia de coisas concretas, onde — seja torneando o aço, rasgando a terra, manipulando o computador ou fazendo soltar os sons suaves de um instrumento musical — o trabalho sirva o ser humano, o nosso povo e a nossa pátria».

Entretanto as mensagens de solidariedade continuam, e a luta também. Em defesa das Orquestras Sinfónicas da RDP, contra um Governo que conseguiu o prodígio de hostilizar praticamente todas as áreas sociais, económicas e culturais do País.



Rapidamente se formou um público heterogéneo e numeroso, que aderiu entusiasticamente ao espectáculo e ao protesto.

Rodeando o concerto, diversos cartazes explicavam os motivos, o protesto e as reivindicações dos músicos da RDP.

Os pormenores do «caso»

Em comunicado distribuído à Imprensa (e também aos espectadores do concerto), o Sindicato dos Músicos conta, sucintamente, o «caso» da pretendida extinção das Orquestras Sinfónicas da RDP e a sua substituição por Orquestras de Câmara.

«Estas orquestras — refere o comunicado — já há muitos anos votadas ao abandono e necessitando dos seus quadros preenchidos e de uma revitalização de produção, foram objecto de estudo por parte de um Grupo de Trabalho nomeado pelo Governo em 1985.

«Este Grupo de Trabalho recomendou como solução, a criação duma Empresa Pública com dotação orçamental do Estado, possibilitando dessa forma a recuperação e a recondução de eficiência cultural que lhes é devida. Ainda em 1985 surge a Régie Cooperativa em substituição da EP, onde o Estado assume a maioria do capital social e a que se associam municípios e outras entidades públicas.

«Em meados de 88, após alteração ao Decreto-Lei inicial para possibilitar a exoneração da parte pública ao fim de um ano, a direcção da Régie Cooperativa — constituída na sua maioria por personalidades ligadas ao sector privado — toma posse sob a alçada da SEC. Em Janeiro deste ano, numa reunião conjunta entre a RDP, Direcção da Régie e Sindicatos representativos, é anunciada a extinção das Orquestras Sinfónicas da RDP e a exigência de todos os músicos destas orquestras (Lisboa e Porto) fazerem concurso de ingresso na Régie perante um júri internacional.»

Perante isto, «os músicos recusam tal exigência, pois entende-se que a Régie foi criada para recuperar as Orquestras Sinfónicas estatais sediadas na RDP e não para criar novas Orquestras e de Câmara.»

Além do mais «pretendem ainda colocar músicos em actividades não musicais, ao arremisso do decreto que prevê a passagem em comissão de serviço e com manutenção do seu estatuto profissional.»

Entretanto «a direcção da Régie afirma que avançará com o projecto em Outubro de 89 para o Porto mesmo que para isso recorra só a músicos estrangeiros. Com essa finalidade, estão já marcadas audições nos dias 21, 22 e 23 do corrente mês, na Biblioteca Nacional e outras decorrerão em Frankfurt, Amsterdam e outras cidades europeias.»

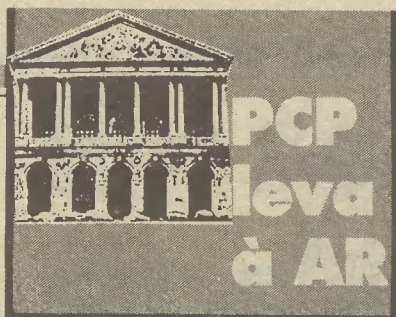
Perante isto o Sindicato dos Músicos toma as seguintes posições reivindicativas:

«Não aceita a extinção das Orquestras Sinfónicas e a sua substituição por Orquestras de Câmara;

«Repudia a forma como a Administração da RDP e a Direcção da Régie têm «negociado» entre si, sem consultar os órgãos representativos dos músicos e sem o mínimo respeito pelo seu estatuto profissional.

«Exige a deslocação das orquestras sinfónicas da RDP para a Régie e a posterior abertura de concursos para preenchimento das vagas existentes.» ■





As questões do desenvolvimento e do bem-estar

Pela primeira vez, no passado dia 14 de Fevereiro, as questões do desenvolvimento e do bem-estar (com particular enfoque nas questões do desenvolvimento regional, da regionalização e do reforço do Poder Local) foram levados a debate na Assembleia da República, através de interpelação ao Governo. Ao tomar a iniciativa, o PCP conhecia bem a complexidade dessas questões, bem como a relativamente baixa compreensão que sobre elas existe (incluindo em muita comunicação social). Não são «temas da moda», e propendem alguns a considerá-los assunto de jornais de província...

Temos uma visão muito diferente. E foi tendo em conta os interesses nacionais e os interesses do povo português que o PCP decidiu interpelar o Governo sobre estas questões. Na preparação do debate, procurámos e privilegiámos o conhecimento dos problemas, das opiniões, das propostas. Por todo o País, em dezenas e dezenas de iniciativas, ouvimos autarcas, especialistas, agentes económicos, associações, organizações representativas de trabalhadores, agricultores. Levámos ao debate da Assembleia as suas preocupações, queixas e reclamações.

Confrontámos o Governo com acusações graves. Questionámos o Governo sobre as suas opções.

O saldo da interpelação pode resumir-se desta forma: temos um país a sofrer mais desequilíbrios de desenvolvimento e bem-estar, mais injustiças, um país profundamente preocupado com a ausência de uma séria política que permita enfrentar 1992, um país que apresenta queixas e reivindicações e que também faz propostas, muitas e bem fundamentadas, temos um povo que quer participar, que quer intervir. Mas há um Governo que não ouve, que actua contra as reclamações, que deixa sem resposta as queixas.

Dez acusações

Formulámos dez acusações ao Governo.

Acusámos o Governo de, com a sua política, **agrar as desigualdades sociais**. Assim é, que não se vê, por exemplo, que por acção da política governamental, se agravou a repartição funcional do rendimento em prejuízo dos rendimentos de trabalho (que passou de 43,3% em 1986 para 41,9% em 1987!); se visa o desmantelamento de serviços essenciais como os da Saúde; se bloqueia o acesso à habitação; se propicia ou se alimenta esse escândalo inominável que é a proliferação do trabalho infantil; se incentiva a proliferação da precarização do emprego, forma refinada de esvaziamento dos direitos económicos e sociais e das garantias fundamentais dos trabalhadores e de aviltamento do mundo do trabalho.

Acusámos o Governo do **agravamento das desigualdades regionais**, da acentuação das desigualdades entre o litoral e o interior e entre o rural e o urbano e do aparecimento de novas formas de desigualdade mesmo dentro do interior. O processo de acentuada desertificação do Alentejo é um dos reflexos mais brutais da **crise profunda** que já atinge hoje manchas significativas do território nacional.

Acusámos o Governo da **crecente desumanização da vida das grandes áreas metropolitanas**, bem patente, por exemplo, nos problemas dos transportes: parece inconcebível ouvir, como ouvimos em Lisboa, a afirmação de que é frequente que para uma duração diária de 8 horas de trabalho sejam

gastas 4 horas em transportes. Não há modelo económico que possa resistir a esta acusação que lhe é formulada ao pé da porta: em média, por cada hora de trabalho, meia hora de transportes!

Acusámos o Governo de **negar e recusar sistematicamente a intervenção e participação dos interessados**, de seguir, na definição das políticas económicas sectoriais ou de âmbito espacial regional, um sistema que corresponde ao que se pode com justeza apodar de processo de **desertificação da vida democrática**, pela marginalização a que vão sendo sucessivamente votados os interessados.

Acusámos o Governo de **comprometer a estrutura e funcionamento do sistema democrático de planeamento** que, ao invés de se projectar como deveria ser em estruturas participadas e descentralizadas, continua a ser centralizado e progressivamente esvaziado de conteúdo e eficácia. E não são as CCRs quem preenche as funções de orgânica regional de planeamento, não só por carecerem de legitimidade que só o voto confere, mas também porque assentam na estrutura hierárquica da administração central, recebendo o impulso decisivo de cima, do Governo, aqui nesta questão tão adequadamente representado...

Acusámos o Governo do **fracasso dos processos governamentais de intervenção regional**. Desenvolvemos esta acusação numa detalhada e bem fundamentada intervenção produzida pelo camarada Lino de Carvalho, que analisou os programas um a um, concluindo que os fracassos eram inevitáveis: intervenções lançadas centralmente, sem participação das regiões **na sua concepção, elaboração, execução e avaliação**, as operações de intervenção regional não têm o que é essencial: o **empenhamento e participação dos agentes regionais e locais**. Nestas operações, o Governo fez muitas vezes pesar mais o favorecimento de interesses privados, de clientelas e «lobbies» do que as necessidades reais das regiões e do País.

Acusámos o Governo de **bloquear o processo de regionalização**.

Acusámos o Governo do **cerco e asfixiamento do Poder Local**. Demonstrámo-lo da forma detalhada com que foi publicamente analisada pela Comissão Política (cf. «Avante!» de 16 de Janeiro), sublinhando entretanto o que se passa com o processo de elaboração do instrumento decisivo do planeamento municipal, o Plano Director Municipal, processo onde nos termos legais intervêm forçosamente uma denominada «Comissão de Acompanhamento», de nomeação e da responsabilidade do Governo, e que deveria, sublinho, **deveria dialogar** com a Administração Municipal na elaboração do PDM, transmitindo as opiniões, as ideias, as sugestões do Governo. O que se passa efectivamente é totalmente diferente. É que, para dar opiniões, sugestões e

ideias, é preciso, primeiro, tê-las! E as comissões de acompanhamento, reflectindo a falta de orientações do Governo, em vez de acompanharem o trabalho, ingerem, travam, interferem, impedem.

Acusámos o Governo de **não ter rumo para a economia portuguesa**; de não apresentar um pensamento estratégico com vista à preparação da economia portuguesa para o embate de 1992, nomeadamente em relação à sua especialização e posicionamento na divisão internacional do trabalho; de não ter opções de política para se opor com êxito à tendência para transportar para Portugal modelos de economia semiperiférica, de especialização apendicular, baseada nos baixos salários, nas indústrias poluentes, nas actividades recusadas pela Europa Central (já agora é também o caso dos treinos de voo que a RFA exporta para Portugal); de não ter opções de política que orientem as alterações necessárias ao sistema produtivo nacional para evitar a secundarização do País na divisão internacional do trabalho; de não definir políticas, mas tão-só reagir a impulsos de clientelas; de abdicar de orientar a economia, limitando-se a

fazer fé absoluta no mercado, mesmo quando está à vista que as desigualdades se acentuam e que são postergados os interesses da maioria.

Acusámos o Governo de **malbaratar as oportunidades oferecidas** pelas condições excepcionalmente vantajosas da conjuntura internacional, bem como os significativos meios financeiros de que Portugal tem vindo a dispor. O Governo tudo sacrifica à consequência inevitável daquilo que, de forma brilhante, um reputado especialista qualifica como **ausência de política**, mas que ele próprio desmistifica nos seguintes termos: «Não há objectivos, estratégia, opções, filosofia, interesses que vão sendo servidos? Há: em termos espaciais (regionais), essa ausência de política significa subalternização dos factores de desenvolvimento regional, assentes nos recursos naturais e humanos, a prevalência do mercado e das economias de esca-

la, o primado da produção sem preocupações de distribuição. O resultado é um processo de desequilíbrios cumulativo, extremamente difícil de controlar. As economias de escala e as economias externas são apropriadas por alguns; as deseconomias paga-as a sociedade sem quaisquer preocupações de justiça».

O escândalo do PDR

Respondeu o Governo a alguma destas acusações?

A resposta governamental, consubstanciada na elaboração do PDR, só agrava as acusações. Deve dizer-se que o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) foi um dos temas que o PCP mais profundamente abordou, dada a sua enorme importância. Basta recordar que o PDR abrange a totalidade do territó-



rio nacional, projecta-se para quatro anos, envolve vultuosos financiamentos comunitários, obriga por isso mesmo a significativos encargos dos Orçamentos de Estado, das Regiões Autónomas, das Autarquias Locais e de outras instituições (calcula-se que o total de meios financeiros é de cerca de mil e setecentos milhões de contos, dos quais 600 milhões de investimentos a cargo do OE e de entidades nacionais).

Por tudo isto, o PDR deveria ter sido já, e não o foi, objecto de maior e mais activa participação institucional e dos agentes económicos e culturais; deveria ter sido, e não o foi, objecto de debate articulado com as autarquias locais, com a profundidade que a importância das decisões envolve (em vez do simulacro de audição das autarquias, postas perante pedidos de listas de projectos, com prazos de 4 dias para intervir, sem enquadramento, sem filosofia, sem opções definidas, sem estratégia). O PDR está no segredo dos gabinetes, como explicitamente confessou o ministro do Planeamento, quando contou que o PDR está a ser preparado em regime de pingue-pongue entre ele e Bruxelas.

Tudo o que veio ao conhecimento geral foi a lista dos grandes projectos, publicada como «furo» pelo «Diário de Notícias». Que projectos para a próxima década apareceram? A central nuclear, primeiro negada e depois posta à vista de todos. Mas outros, não negados: por exemplo, a

travessia contínua do Sado em Seúlbal (o túnel), projecto e ideia rejeitados por todas as entidades regionais. Mas como se pode pensar nisto como prioridade nacional? Como se pode abdicar do debate público e aprofundado, da intervenção criada dos interessados, dos agentes económicos, do respeito pelas competências próprias dos órgãos do Poder Local?

Como será possível **mudar a economia e transformar as mentalidades e os processos** se o exemplo que dá o Governo é o de listar grandes, pequenos e médios projectos de infra-estruturas, **desinteressando-se dos destinos da economia?**

O que se está a passar com o PDR é de uma gravidade tal, tem tais efeitos potenciais sobre o nosso futuro e o nosso destino de povo e de país, que é imperioso e inadiável que as forças democráticas tomem a seu cargo o grande debate nacional que congregue as energias necessárias para alterar a situação e os métodos.

Um projecto de lei do PCP e um Acórdão do TC

Foi por isso mesmo que o PCP apresentou em 8 de Fevereiro passado o projecto de lei n.º 343/V, sobre «o processo de Debate do PDR», requerendo simultaneamente

a **urgência** para a sua subida a plenário. Com esse Projecto de Lei, o PCP propõe a publicação de todos os estudos e trabalhos preparatórios antes da aprovação do PDR, a apreciação do Projecto do PDR pelo Conselho Nacional do Plano com a emissão de parecer prévio, o debate público do PDR na Assembleia da República e a aprovação pela Assembleia das grandes orientações do PDR.

Entretanto, a emissão do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 184/89, datado de 2 de Fevereiro de 1989, em que são declaradas inconstitucionais normas determinantes do Regulamento governamental da Aplicação ao Território Nacional do FEDER veio trazer nova luz e dar **ainda maior actualidade e urgência ao Projecto de Lei n.º 343/V**.

O Acórdão tem **repercussões devastadoras**: assentando na doutrina que as **normas de integração e desenvolvimento dos regulamentos comunitários** (incluindo dos regulamentos de aplicação directa na parte em que se pressupõem normativos posteriores da responsabilidade do Estado membro) **devem obedecer à Constituição da República**, o Acórdão implica desde logo a **inconstitucionalização de toda uma produção normativa governamental e governamentalizadora**. Impõe-se iniciar, designadamente na Assembleia da República e a curtíssimo prazo, **toda uma actividade legislativa** que o Governo não promoveu a tempo e na devida forma e de que inconstitucionalmente e com acinte político, sempre afastou da Assembleia da República. O PCP dispõe-se, com toda a abertura, a criar as condições necessárias a que a AR possa realizar essa actividade.

Quanto à actividade normativa que o Governo vem desenvolvendo na sequência da Reforma dos Fundos Estruturais **o Acórdão tem consequências imediatas**. É que o Acórdão considera inconstitucionais normas como as relativas à repartição de recursos do FEDER (entre a Administração Central e os Municípios; e pelos municípios entre si), e as que fixam os critérios de apreciação das candidaturas do FEDER, normas que só podem ser aprovadas pela Assembleia da República; ou ainda as normas que definem as prioridades regionais e sectoriais e as relativas aos instrumentos em que assenta a definição das prioridades (nesses instrumentos está incluído o PDR), normas que carecem de forma legislativa.

Assim sendo, **então toda a actividade do Governo tem de ser reorientada**, fazendo intervir a Assembleia da República, designadamente, na aprovação das orientações básicas, na elaboração do PDR, nas normas de repartição dos recursos, nas normas sobre critérios de apreciação de candidaturas, nas normas que fixam as autoridades competentes (regionais e outras) para intervir no sistema, etc., etc., etc.

Simultaneamente, com isso abrem-se as possibilidades institucionais para **reconduzir todo o processo às regras e exigências democráticas**, de participação e intervenção popular e institucional, de debate público aprofundado, de formulação dos consensos locais, regionais e nacionais que sejam **presuposto da mobilização e empenhamento das populações num processo de desenvolvimento de que são simultaneamente impres-**

cindíveis agentes e destinatários privilegiados.

Estas são exigências que decorrem claramente do Acórdão. Mas até hoje o Governo não disse uma palavra, não deu uma explicação, não mexeu uma palha. Prepara-se para ignorar as exigências democráticas e constitucionais? **Não o pode fazer e não deixaremos que o faça!**

A regionalização debaixo de fogo

Falando para os deputados do PSD, o Primeiro-Ministro disse que era preciso um debate nacional sobre regionalização. Fê-lo no preciso momento em que a **Comissão Parlamentar do Poder Local tinha acabado de realizar um debate de especialistas e autarcas** (o Colóquio Parlamentar) sobre a matéria, e no preciso momento em que, faltando uma semana para terminar o prazo de 31 de Janeiro, **se estava a concluir o debate nacional promovido pela Assembleia da República em torno dos projectos de Lei Quadro de Regionalização e em que já mais de metade das Assembleias Municipais do Continente (representando muito mais de metade da população) se tinha pronunciado favoravelmente ao avanço do processo de regionalização e à urgência que era necessária imprimi-lhe**.

Não é legítimo, então, dizer-se que o Primeiro-Ministro **quis fundamentalmente animar as hostes centralistas e acicatá-las à oposição ao processo de regionalização?**

Como pode o Primeiro-Ministro invocar o Mercado Único e as dificuldades de adaptação da administração quando é precisamente a clivagem entre a administração e o País (no seu espaço variado e na complexidade das suas populações) que reclama que se avance rapidamente com estruturas regionais legitimadas na vontade popular, como forma determinante na definição e execução de verdadeiros projectos de desenvolvimento regional, tudo isto quando é a própria CEE a apontar esse caminho, falando claramente nas **autoridades regionais** que agirão, na qualidade de parceiros na concertação com a Comissão (CEE) e o Estado-membro?

Quanto ao processo de regionalização, a postura do ministro Valente de Oliveira foi a de confirmar sem rebuços as afirmações de Cavaco Silva que a regionalização não é para fazer.

Nunca ninguém, na Assembleia da República e talvez fora dela, produziu uma tal diátribe contra a criação das regiões administrativas. O ministro sistematizou os «argumentos» habituais, inventou alguns novos, agitou fantasmas, insinuações e ameaças. Exemplos? Há muitos: falou de «espingardas políticas», «fortalezas conquistadas», «agudização da tensão política», «processos de subversão institucional», «processo de construção de trampolins»... E forneceu um calendário para o processo de regionalização: **é preciso esperar que as gerações sejam substituídas!** De outra forma: a regionalização não é uma coisa para o tempo deles, Cavaco Silva e Valente de Oliveira. Assim será, a regionalização não é um processo do tempo PSD. Mas é do nosso tempo, da nossa geração, da nossa vida democrática, do povo português que

hoje somos. E por isso mesmo, a regionalização vai avançar!

E o PS? Colabora claramente com as forças que pretendem avançar com o processo da regionalização? Se assim é, como explica o PS ter assinado, com o PSD, uma proposta de alteração do texto constitucional, na parte referente ao processo de criação das regiões, que em vez de flexibilizar o processo de criação (como estava escrito no acordo PS/PSD de revisão constitucional) o mantém com as mesmas exactas condicionantes constitucionais, incluindo o princípio da simultaneidade?

Cavaco Silva tinha tido, com as declarações públicas acima referidas, notório e público testemunho do que é o seu projecto de acção no processo de revisão constitucional: reclamar do PS a consumação das normas que apontam a liquidação de traços fundamentais e caracterizadores do regime democrático constitucional e, ao mesmo tempo, não esconder que se prepara para não ceder nada, nem mesmo o processo de regionalização. Que Cavaco Silva tivesse este projecto, podia não ser novidade. Mas será de esperar que o PS colabore desta forma? Não é tempo do PS aprender?

Um balanço positivo

A interpelação fica com um significativo passo da acção do nosso Partido em defesa dos interesses das populações, das regiões, do País. **É um trabalho para ser continuado, para ser aprofundado**.

Para já, consubstanciou um momento de uma luta que tem, entre outros objectivos concretos, o de alterar profundamente o método de apreciação e aprovação do PDR.

Na interpelação, levantámos problemas concretos, colocados pelos interessados. Apresentámos 72 requerimentos ao Governo, como outra forma de continuar esta no plano da Assembleia.

Mas, esta acção vai desenvolver-se em múltiplas frentes da actividade do nosso Partido.

Afirmámos no Programa, aprovado no Porto há dois meses, que «a melhoria das condições de vida do povo português e o desenvolvimento económico são objectivos indissociavelmente complementares». Afirmámos que «a melhoria das condições de vida e de trabalho do povo torna-se imperativo que, não só é compatível, como constitui um factor indispensável ao desenvolvimento económico».

Por isso mesmo, sublinhamos que não há política de desenvolvimento que se possa afirmar como tal se não visar, no País que somos, a garantir o emprego e a qualidade da relação de trabalho, combater as manchas de pobreza, humanizar a vida colectiva, financiar com largueza a educação, promover a construção e melhoria da habitação, proteger e apoiar as camadas mais desfavorecidas, distribuir a riqueza e o progresso por todas as regiões e todo o País.

Entendemos que o único critério da justeza do processo de desenvolvimento é a sua adequação aos problemas dos homens e mulheres que serve.

Entendemos que o processo de desenvolvimento que necessitamos tem de erguer a bandeira do combate às desigualdades.

É o que, da nossa parte, PCP, fazemos. ■



■ Carlos Aboim Inglez

O mercado único de 93 já começou — é indispensável uma política nacional

○ Mercado Único de 1993 é o conteúdo e o objectivo central do Acto Único de 1986. O Livro Branco para a sua implementação continha cerca de 300 medidas concretas e já mais de 40% estão adoptadas. Para nós, em Portugal, apesar de vigorarem ainda períodos de transição e derrogações, **o Mercado Único já começou**. A experiência destes 3 anos de integração é já um bom critério de previsão do que será 1993, quando o processo de implementação do Mercado Único estiver mais avançado e esgotados os prazos dos períodos de transição. Nestes 3 anos últimos não se verificou nenhuma reestruturação significativa do aparelho produtivo, o mais atrasado dos países da CEE, capaz de enfrentar o desaparecimento total das fronteiras para as mercadorias, os capitais, os serviços.

Apontaremos apenas algumas notas mais salientes.

Na Agricultura, aumentou o défice da balança agro-alimentar (importamos mais de metade do que consumimos); o investimento na agricultura é 8 vezes menor que a média da CEE, apesar de termos ainda cerca de 20% da população activa na agricultura, contra cerca de 7% em média na Comunidade dos 12; pagam-se salários 4 a 5 vezes mais baixos, mas mesmo assim muitos produtos básicos (cereais, milho, arroz, leite, etc.) têm custos mais altos que a média da CEE, devido à baixa produtividade; Portugal é obrigado a comprar à CEE, a preços mais altos que anteriormente comprava noutros mercados, cereais, açúcar, etc.; a produção de beterraba sacarina, entretanto, patina em Portugal; os rendimentos dos agricultores reduziram-se em termos reais; surge com força a penetração do capital estrangeiro, não só no comércio e na indústria agro-alimentar e florestal, mas mesmo no solo agrícola; a CEE impõe-nos a diminuição das produções de vinho e azeite, e desenvolve-se intensamente a eucaliptização, em detrimento de outra floresta mais rica e menos erosiva e mesmo

do solo arável; a barragem de Alqueva e o Plano de Rega de 200 000 ha do Alentejo não avança,

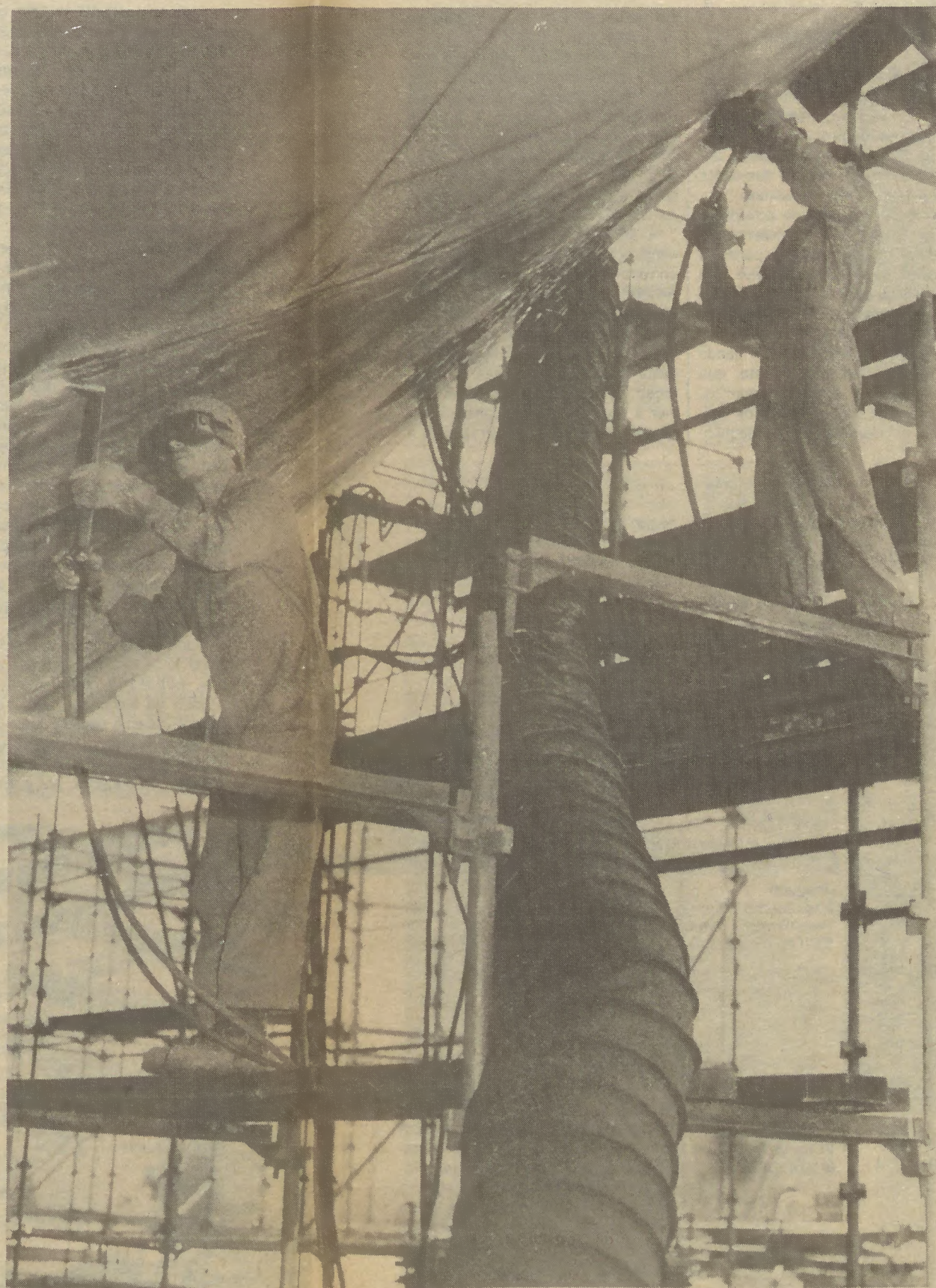


enquanto a desertificação, essa sim, avança.

Quanto à **Pesca**, é importante notar que temos 800 km de costa atlântica e que, com as ilhas dos Açores e Madeira, a maior Zona Económica Exclusiva (ZEE) da Comunidade dos 12. Todavia, a gestão da nossa ZEE foi entregue à CEE; a pesca artesanal, que ocupa 70% dos pescadores portugueses, não tem os apoios devidos; não se desenvolve uma frota pesqueira minimamente compatível com a importância dos nossos recursos marítimos e a concorrência da vizinha Espanha, que possui uma das maiores frotas do mundo; verifica-se uma crescente importação de pescado; a

CEE recusou a construção de atuneiros a Portugal; impõe-nos limites de capturas, enquanto com a entrada na CEE perdemos quotas em zonas tradicionais importantes; a indústria conserveira encontra-se em crise (igualmente com penetração de capital estrangeiro), tendo Portugal limites de exportação para a CEE penalizantes em relação a países terceiros, como Marrocos.

Na **Indústria**, a CEE impôs-nos o abandono do **Plano Siderúrgico Nacional**, com o possível aproveitamento das importantes jazidas de ferro de Moncorvo, e o despedimento de mais de 2000 trabalhadores, quando é certo que em 1993 só vamos produzir cerca de 50% do aço



que consumimos dos tipos que produzimos.

Na **Construção Naval**, em que temos 2 dos melhores estaleiros de construção e reparação naval da Europa e do Mundo, a CEE impõe-nos a redução de efectivos, o despedimento de milhares de trabalhadores, isto quando não temos praticamente frota mercante; o que pagamos em fretes ao estrangeiro bastava para financiar a reestruturação da construção naval e começar a construir uma frota mercante e pesqueira.

Apesar de em Portugal se usarem apenas 1/3 da média da CEE em **adubos químicos** por hectare, vai desmantelar-se a empresa nacionalizada «Quimigal», abrindo-se ainda mais o sector à penetração estrangeira.

A recente liberalização da importação de **automóveis** veio não só agravar o défice comercial (com a importação de automóveis e o maior gasto da gasolina), mas lançou na

crise toda a indústria de montagem e afins, com mais de 3500 despedimentos, para já.

Os importantes **recursos minerais** de cobre, estanho e tungsténio, dos mais ricos de toda a Europa, ou não são devidamente aproveitados ou são explorados para exportação em bruto, em vez de se lançarem os planos de siderurgia do cobre e do estanho, ainda aqui por força dos interesses estrangeiros, nomeadamente de Rio Tinto Zinc Corporation.

As **Indústrias têxtil, de vestuário e de calçado** ocupam actualmente cerca de 335 mil trabalhadores, ou cerca de 12% dos trabalhadores assalariados, representando a sua produção cerca de 20% do PIB da indústria transformadora e mais de 30% das nossas exportações; não está feita a necessária reestruturação, perante as perspectivas a médio prazo do desenvolvimento da própria têxtil europeia, mas verifica-se uma intensa penetração de capitais estrangeiros, aproveitando os

baixos salários, degradando as condições de trabalho, utilizando em larga escala o trabalho infantil, agravando a exploração. A Associação dos Industriais do Sector prevê para 1992 uma diminuição de 15%, o desaparecimento de metade das 2500 empresas do sector, um desemprego de mais de 30 000 trabalhadores. Acresce que a CEE nem sequer nos defende eficazmente da crescente concorrência e prática do «dumping» da parte de Taiwan, Paquistão, Índia, China, Turquia, etc. — países terceiros, não membros como nós da CEE, que devíamos gozar plenamente da preferência comunitária.

Um importante índice das consequências da integração na CEE reside no aumento galopante do **défice da balança comercial portuguesa**. Se em 1985 (último ano antes da adesão) o défice do nosso comércio com os 12 países da CEE era apenas de 2 milhões de contos, em 1986 (1.º ano da adesão) subiu já para 113 milhões de contos; em 1987, para 284 milhões; e nos pri-



meiros 10 meses do ano passado era já de 318 milhões de contos: não somos nós que invadimos a CEE, mas as mercadorias da CEE que nos invadem já. Além disso, afunilou-se o comércio externo com a CEE (cerca de 65% das importações e cerca de 73% das exportações), em detrimento do comércio com outras zonas económicas e a desejável e necessária diversificação de relações externas.

Claro que a **dívida externa** portuguesa era já de 18 milhões de dólares em 1987.

Outro importante aspecto é o do grande aumento do **investimento directo estrangeiro**, que nos invade mesmo antes da plena liberalização do movimento de capitais, sobretudo na banca, serviços, turismo, comércio, mas também na indústria transformadora e extractiva e mesmo no solo agrícola. Os capitais estrangeiros apossam-se crescentemente de Portugal. O investimento directo aumentou 125% de 1987 para 1988, sendo 70% proveniente da CEE. Mas enquanto o investimento na criação de **novas empresas** tem o índice 1, o investimento na compra de **empresas já instaladas** tem o índice 4. O próprio patronato português já está inquieto e começam a ouvir-se de vários quadrantes justificados gritos de alarme, especialmente quanto à possibilidade de o processo de desmantelamento e privatização das empresas nacionalizadas em curso ir entregá-las às mãos do capital transnacional.

Estes são alguns dados elucidativos do que o Mercado Único significa já hoje para Portugal, mesmo antes do agravamento que se verificará quando vigorar plenamente, lá para 1993 ou anos seguintes.

O Mercado Único de 1993 vai golpear gravemente, não só os trabalhadores em geral (a parte dos salários na repartição do rendimento teve uma quebra de quase 6 pontos percentuais desde 1980 na Europa dos 12), mas em especial os países menos desenvolvidos, como Portugal. **O Mercado Único não será um**

factor de maior «coesão económica e social», mas antes um factor de agravamento das diferenças sociais e regionais; não um factor de cooperação mutuamente vantajosa, mas sim de dominação económica dos mais fracos pelos mais poderosos.

Contudo, segundo a nossa apreciação, estas consequências negativas não se podem atribuir apenas a «culpas da CEE». O **impacto concreto do Mercado Único depende em certa medida, não desprezível, da política do nosso próprio Governo**. Essa política está ao serviço, não dos trabalhadores, do povo e do País, mas da reconstituição acelerada dos grupos económicos monopolistas e da submissão às imposições e interesses do capital estrangeiro, das grandes multinacionais.

Outro Governo, democrático, popular, patriótico, com uma outra política, poderia diminuir os efeitos negativos, defender com firmeza os interesses e o carácter específico de Portugal, criar condições para diminuir a nossa dependência, reestruturar realmente o aparelho produtivo levando a cabo os grandes projectos de desenvolvimento nacional, na base do aproveitamento racional e integral dos nossos recursos naturais e humanos.

Por isso no recente XII Congresso do PCP, em Dezembro de 1988, ao fazer-se o balanço da situação actual após 3 anos de integração na CEE e tendo em conta os condicionamentos que ela nos impõe, definiram-se também **perspectivas de acção**, concretizando em 25 pontos uma política capaz de preparar melhores condições para Portugal enfrentar 1993.

Não pormenorizaremos esses 25 pontos, mas indicamos algumas das principais linhas de força:

- Desenvolver as forças produtivas nacionais, com base no pleno aproveitamento dos importantes recursos naturais que possuímos e assegurando a dimensão social imprescindível do desenvolvimento;
- Manter e reforçar um importante Sector Empresarial do Estado,

capaz, só ele, de competir com as transnacionais e assegurar a independência económica nacional;

- Apoio preferencial às PME's e aos agricultores portugueses, não aceitando uma política de destruição acelerada dos pequenos e médios produtores e a diminuição das produções;
- Aplicação transparente, eficaz e equitativa dos Fundos Estruturais, com participação amplamente democrática;
- Promoção decidida da I & D e do desenvolvimento tecnológico nacional e a efectiva transferência de tecnologia;
- Efectivação da regionalização e da participação dos municípios e de todos os agentes económicos, incluindo não só os empresários mas os trabalhadores, na elaboração e execução dos planos de desenvolvimento;
- Defesa da especificidade de vários sectores da nossa economia e, daí, condições específicas na aplicação e prazos das políticas comunitárias;
- Salvaguarda em quaisquer circunstâncias da soberania e independência de decisão do nosso povo, contra as tendências para o aumento da supranacionalidade na CEE.

Há que lutar decididamente, tanto nas instâncias da CEE (nomeadamente no Conselho, junto da Comissão e no Parlamento Europeu), como e sobretudo no nosso próprio país, pela aplicação de uma tal política por parte do Governo português — único caminho para uma inserção mais equitativa de Portugal no sistema de divisão internacional do trabalho, para um efectivo desenvolvimento económico e social ao serviço dos trabalhadores e do povo, e não dos grandes grupos económicos e das transnacionais.

1993 não será só em 1993 e pode muito bem ser mais tarde. Não nos servem nem a expectativa nem o conformismo. O avanço do Mercado Comum verifica-se já hoje. Mas também não é um processo automático. Perante o Mercado Único, é possível e indispensável uma política defensiva e ofensiva dos interesses nacionais, desde já. ■

MIRAGAIA

Uma Junta ligada à população

Miragaia. Dos Virtudes à Rua Arménia, dos Arcos a Monte de Judeus, do Largo da Alfândega às Escadas das Sereias, da Bandeirinha ao Viriato, da Restauração ao Jardim do Carregal. Um percurso possível para conhecer ruas, edifícios, lajedos, espaços de convívio público com séculos de vivência. Percurso possível para sentir como vivem cerca de duas mil famílias, na sua maioria com fracos recursos económicos, numa freguesia com profundas carências e dificuldades, resultantes em particular da habitação degradada, da sobreocupação e da ausência quase completa de meios sanitários.

Percurso feito também nas palavras que trocámos com o camarada **Joaquim Nascimento**, desde Setembro de 1981 presidente da Junta de Freguesia, uma Junta que, pelo que ouvimos, tem sabido corresponder, naquilo que dela directamente depende, aos anseios dos seus moradores, que não perde oportunidade de continuar a insistir para que, a nível do poder central e do município, haja igual interesse e vontade política para resolver os problemas que, apesar das grandes transformações conseguidas, continuam a atingir Miragaia.

Freguesia integrada no chamado Centro Histórico da cidade do Porto, Miragaia debate-se, em comum com as outras três freguesias desta zona (Sé, S. Nicolau e Vitória), com um problema sempre adiado: a habitação.

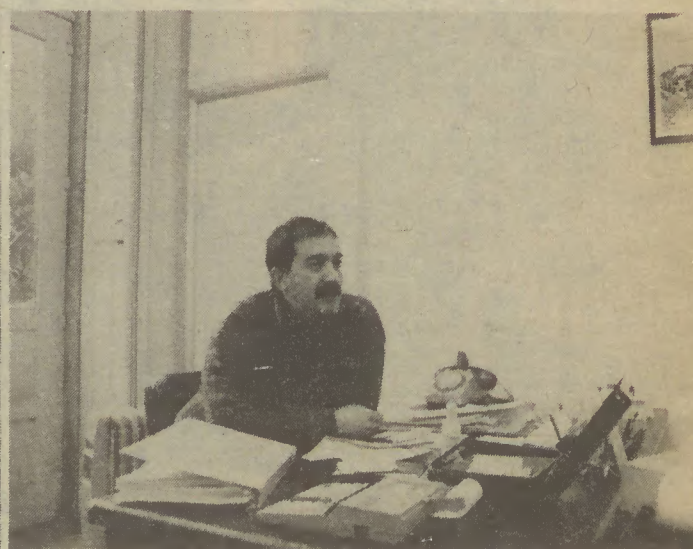
Degradação, ruína iminente, incêndio, enxurrada, temporal, insalubridade, subaluga, despejo judicial são palavras ou expressões que fazem parte do vocabulário do quotidiano de quem ali mora. Dividir um quarto, porventura vago, em sucessivos cubículos, onde cabe pouco mais que uma cama, e alugá-los por cinco, dez ou quinze contos mensais pode não ser invulgar em Miragaia. Ver uma varanda, telhado ou mesmo contrafortes de granito de um prédio a desafiar a gravidade, também não é invulgar.

Não desistimos

Daí que o percurso tinha de começar por este tema e o camarada Joaquim Nascimento contou-nos da experiência de trabalho da Junta nos últimos anos para estudar, denunciar e forçar a solução dos casos mais graves. «Não desistimos, nestes mais de oito anos de actividade, de ser exigentes e de denunciar a ausência de medidas por parte do Governo e da Câmara. Não têm uma política para o Centro Histórico e a incapacidade de executar os próprios projectos é por demais evidente. Nem se pode dizer, e dando apenas um exemplo recente, que escasseiam os meios financeiros, pois nos dois últimos planos de actividade da Câmara, em consequên-

cia certamente da muita insistência da nossa Junta, foram consignadas verbas — à volta de setenta mil contos — para a recuperação de oito imóveis degradados do património municipal em Miragaia, a maioria dos quais já se encontravam devolutos. E que vimos? Apenas em Janeiro do ano corrente foi iniciada a reconstrução do primeiro — e único — na Rua Azevedo de Albuquerque».

A linha de recuperação ou reconstrução dos imóveis degradados, correspondendo ao sentimento generalizado da população da freguesia de querer continuar a viver num local onde tem raízes profundas, é uma das soluções viáveis para a maior parte dos problemas de habitação na freguesia. Conhecer melhor a situação levou a Junta de Miragaia, nos últimos seis anos, com a



Joaquim Nascimento, o Presidente da Junta CDU de Miragaia



O Miradouro das Virtudes e o que de lá se mira

colaboração de alunos do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, a fazer sucessivos inquéritos que abrangeram até à data três quintos da população. Detentora deste conhecimento pormenorizado, fez propostas concretas de mudança de moradores em prédios em ruína para bairros camarários, orientando a sua atenção especial para os que já pertenciam ao património municipal de forma a permitir uma recuperação mais rápida, tendo em conta que não seriam necessárias expropriações. Resolveu casos de despejo, alojou provisoriamente em instalações da autarquia famílias com casos de urgência, acompanhou moradores à Câmara, fez longos e circunstanciados relatórios da situação, enfim, exigiu e conseguiu que a acção do CRUARB/Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira/Barredo — inicialmente a actuar apenas na freguesia de S. Nicolau — fosse extensiva a Miragaia e às outras freguesias da Zona Histórica.

«O CRUARB tem vindo a assumir um papel que ultrapassa os limites das suas atribuições, durante o mandato em curso. Em vez de se assumir apenas como gabinete técnico orientador da recuperação e das soluções que conduzam à preservação da Zona Histórica do Porto — papel em que já tem alguns bons exemplos de que se pode orgulhar — tem vindo a apresentar propostas de venda das casas recuperadas ou construídas de raiz sobre a sua direcção.

Isto com toda a carga negativa para as famílias que, com fracos recursos, nunca poderão comprar e ficam com uma opção de difícil escolha: ou serem afastadas progressivamente do local ou permanecerem, sempre com o risco de lhes cair a casa em cima. É contra estas medidas que a Junta de Freguesia de Miragaia tem vindo a orientar a sua acção, em conjunto com as outras Juntas da Zona Histórica, tendo-se constituído uma comissão executiva, com presidente de Junta e presidentes das Assembleias de Freguesia envolvidas, cujo papel tem sido decisivo na contestação da política que a Câmara tem traçado neste campo. Em Miragaia, pela luta travada pelos moradores, pela informação atempada do perigo que significava venderem-se pela primeira vez casas recuperadas pelo CRUARB na zona histórica, e apesar de ter sido derrotada na Assembleia Municipal do Porto a proposta da Junta — no caso concreto o alojamento de 14 famílias no Aglomerado Residencial de Monte de Judeus/Cidral de Baixo — conseguimos, embora em circunstâncias diferentes, que não fossem vendidas as casas. Após um grave incêndio na Rua de Miragaia, que aconteceu no auge da luta e em que ficaram sem alojamento dez famílias, o Presidente da Câmara, reconhecendo a justeza da luta que a Junta vinha desenvolvendo, decidiu realojar provisoriamente, assim o disse, aqueles moradores e outras quatro famílias, igualmente atingidas por incêndio em Massarelos. Esta

Dentro em breve, o Largo da Rua da Arménia vai ser passelo. Para os peões. Os carros vão deixar de estacionar aqui



comum, o coração da freguesia de Miragaia, onde pontificam exemplos suficientes da dinâmica imprimida na resolução dos outros, imensos, problemas da freguesia.

E começemos pelo **Miradouro** e o **Passelo das Virtudes** — depois de muitos anos de luta conseguiu-se a recuperação do empedrado do Passeio e a proibição do estacionamento anárquico de viaturas no Miradouro e, ainda, a inclusão no Plano de Actividades da Câmara de 88 do projecto de recuperação de toda a zona envolvente, devolvendo-a, finalmente à população como espaço de convívio e de lazer.

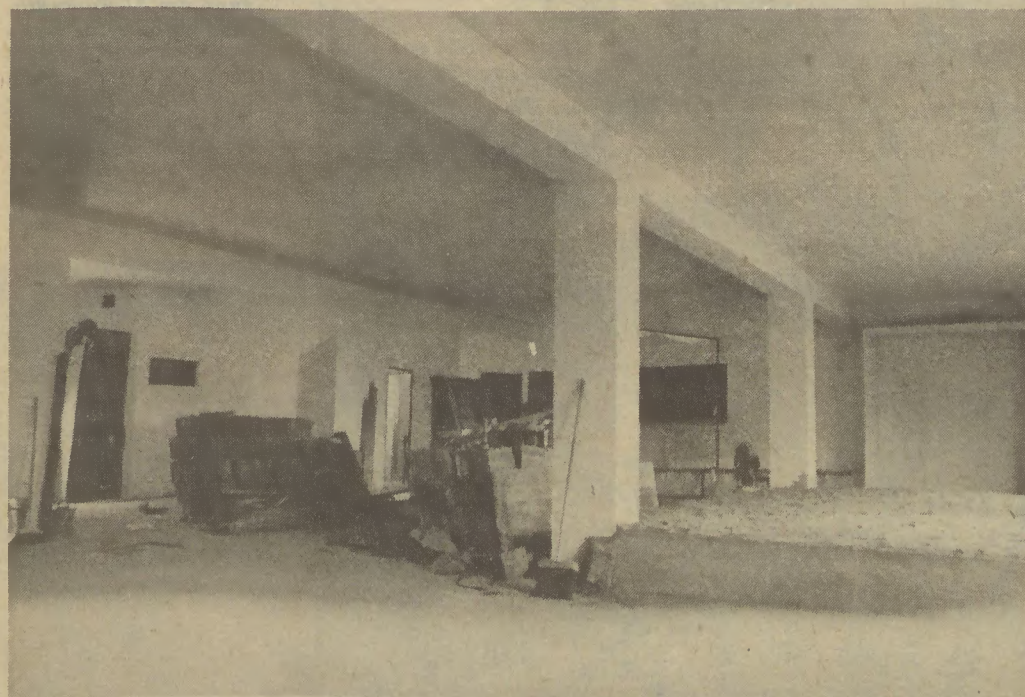
O **Posto de Recepção do Lixo das Virtudes** é outra obra, da responsabilidade do Pelouro da Limpeza e dos Serviços Gerais da CMP, que com a intervenção da Junta re-

livalente que vai permitir, com mais dignidade, a instalação e funcionamento da Assembleia de Freguesia. Já se entrou na fase de acabamentos e em Abril acreditamos que poderá estar a funcionar em pleno, permitindo-nos a abertura de mais uma frente de trabalho de dinamização da cultura e do recreio em Miragaia.

A **Calçada das Virtudes**, em plena acção de limpeza quando por lá passámos, a **Fonte das Virtudes**, que a Junta pretende ver recuperada pelo seu interesse patrimonial e, por fim, desenvolvendo-se em socolcos a zona sobranceira ao Miradouro, o **Horto das Virtudes**, uma das poucas zonas verdes da freguesia. E, de novo, a propósito da construção iniciada de outra obra por administração directa da Junta, o cama-

rada Joaquim Nascimento nos contou toda a luta que foi desenvolvida durante quase dez anos para que a Câmara — pois o local era um antigo Horto municipal — restituísse a Miragaia aquele espaço abandonado, «que estava destinado por linhas travessas e com influências a outro tipo de instituições que agem apenas em proveito próprio e não são enraizadas na população da zona nem têm em conta os seus problemas». Assim se conseguiu corresponder a um dos anseios das colectividades, uma aspiração da freguesia — ter uma estrutura desportiva própria, com ringues, balneários e uma zona envolvente de espaço verde para lazer. A obra ali está, já iniciada, apesar das dificuldades que a cada momento se tem colocado para a prosseguir.

Uma ligação profunda de toda a actividade à população, às Colectividades, às forças vivas da freguesia é característica essencial do trabalho desenvolvido em Miragaia que retivemos neste contacto com o presidente da Junta de Freguesia: «Falsas promessas não fazemos, temos é um programa de trabalho e vontade para o cumprir, mesmo que muitas vezes pareça que outros órgãos de poder remem contra a maré. A nossa promessa tem sido e continuará a ser, com a CDU, continuar a pugnar para acompanhar de perto os problemas que nos são colocados dia a dia e basearmos o nosso projecto de futuro sempre no conhecimento concreto das situações, para melhor dar resposta às carências das populações que confiam em nós.» ■



luta, que durou mais de um ano, não está acabada. O perigo de serem vendidas outras casas não foi afastado, apesar de os sucessivos concursos feitos aparecerem vagos. E, independentemente da constituição política das Juntas da Sé, S. Nicolau e Vitória, temos conseguido estar unidas num objectivo comum: ser um parceiro interveniente capaz de transmitir junto do município o justo direito ao local das populações da zona».

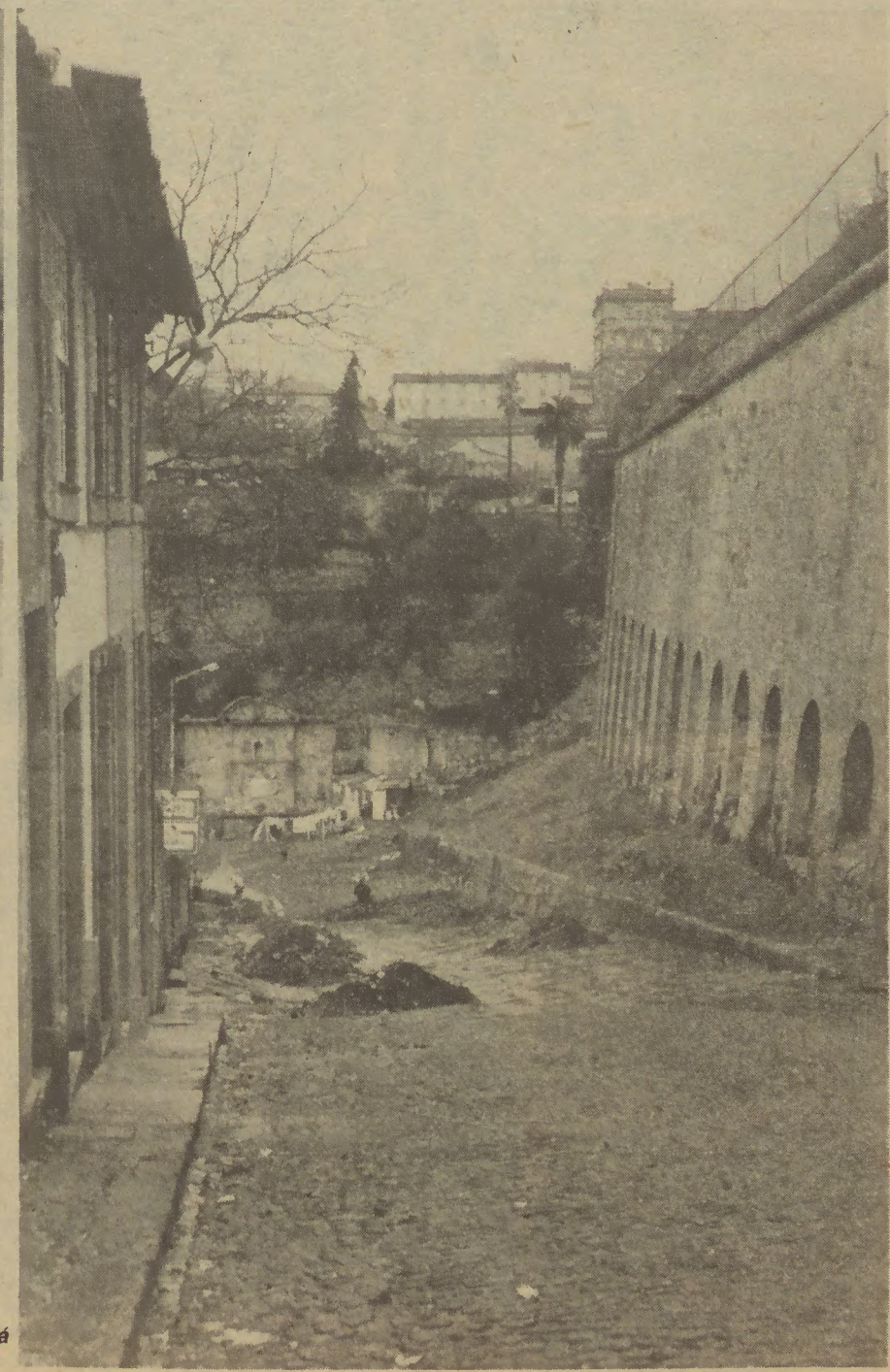
Virtudes

Resumir a intensa actividade da Junta nas suas diferentes áreas, mesmo que apenas a mais recente, de que nos falou com muito pormenor o camarada Joaquim Nascimento, é tarefa impossível. Ficamos assim pelas Virtudes, passe o lugar

resolveu, e bem, quer em termos de higiene, quer em termos estéticos, a autêntica praga que constituiu, durante anos e anos, a existência de grandes contentores, instalados no Miradouro, para recolha de detritos da zona. Era um chamariz para ratos e uma lixeira constante que deixou de existir em Miragaia.

A **Cave das Virtudes** (assim conhecida por se localizar no chamado Prédio das Virtudes, reconstruído pelo CRUARB e, também ele objecto de uma luta, vitoriosa, para que ali fossem alojadas famílias de Miragaia) é o grande projecto em execução, por administração directa, da Junta. «é um prédio camarário», disse-nos Joaquim Nascimento, «no qual estamos a investir uma significativa verba do nosso Orçamento, com o objectivo de ali funcionar um Centro de Convívio para a Terceira Idade, a Ludoteca, que temos a funcionar provisoriamente no Parque Infantil, e, no fundo, um espaço po-

Aqui, na cave das Virtudes, as virtudes do trabalho a favor das populações: construção de uma ludoteca e de um centro de dia



Na calçada das Virtudes as obras já começaram

AMÉRICA CENTRAL

Acordo em El Salvador para acabar com os «contras»

A cimeira dos cinco presidentes da América Central realizada a semana passada em El Salvador saldou-se por um acordo para o relançamento do processo de paz na região, cujo aspecto mais significativo é a decisão de pôr termo à actividade dos contra-revolucionários nicaraguenses.

As reacções não se fizeram esperar: representantes dos «contras» que assistiram à leitura do documento final aprovado na cimeira abandonaram o local «tristes, mudos e sem comentários» segundo a imprensa salvadorenha; a Casa Branca anunciou estar a «estudar ainda os detalhes» do acordo; na sede da ONU, Perez de Cuellar congratulou-se com os resultados considerando que «se bem que muitos esforços sejam ainda necessários para alcançar todos os objectivos nos acordos assinados na Guatemala em 1987 (Esquipulas II), a vontade política renovada é um sinal promissor que deveria receber o apoio sólido da comunidade internacional». O apelo à solidariedade da comunidade internacional não podia ser mais oportuno. Ou não fosse a América Central a região de que se diz estar tão longe de Deus e tão perto dos EUA.

A cimeira centro-americana, em que participaram Vinício Cerezo, da Guatemala, Napoleon Duarte, de El Salvador, Óscar Arias, da Costa Rica, José Azcona, das Honduras e Daniel Ortega, da Nicarágua, constituiu um reflexo da complexidade de todo este processo de paz.

À parte «o facto de ter começado

ção e reconciliação nacional no seu país».

Em troca, a Nicarágua viu consagrado o reconhecimento da derrota completa dos «contras» no plano militar, a falência das soluções militares promovidas pelos Estados Unidos e o reconhecimento da urgência em desactivar os grupos armados

cinco «demonstraram a existência de uma vontade de democratização na América Central» e que «a chama de Esquipulas não se apagou nem se apagará», apesar das diferenças de critérios entre certos países».

As diferenças

As diferenças profundas que existem entre os cinco países centro-americanos estiveram bem patentes durante os dois dias de debates, em particular no que respeita aos mecanismos de verificação do cumprimento (ou não) dos acordos.

Segundo informou o ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, Miguel D'Escoto, em conferência de imprensa, duas posições distintas estiveram em confronto: «a dos que querem que sejam os próprios países centro-americanos os responsáveis das tarefas de verificação, e a Nicarágua, que propôs entregar essa função a organismos internacionais, das Nações Unidas e

que observadores imparciais acusam o país de violar esses acordos.

A posição da Nicarágua acabou por vencer, como se justificava. Durante a própria cimeira a realidade acabou por se impor, como a intervenção do ministro salvadorenho da Defesa, o general Eugénio Vides, deixou bem claro. Disse o general que os militares de El Salvador não estão dispostos a fazer cedências. «Não aceitamos, afirmou, a proposta dos rebeldes (referência à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional que propôs o adiamento das eleições de Março para Setembro e a criação de condições para uma efectiva liberdade de voto). Se o presidente Duarte permanecer no Poder um dia mais do que está previsto na Constituição, as Forças Armadas vão actuar».

Como se compreende, não é com ameaças deste tipo que os processos de paz poderão avançar ou garantir sequer estarem reunidas as condições para o respeito dos compromissos assumidos.

Napoleon Duarte, o presidente de El Salvador à beira de cessar funções, subscreveu o acordo da ci-

meira dos doze partidos legais que estão dispostos a debater aquela proposta com a FMLN.

A frustrar-se tal possibilidade, o futuro imediato de El Salvador apresenta-se bem longe de poder trilhar os caminhos da paz.

Comprova-se assim de novo que o verdadeiro óbice à paz e ao diálogo na América Central não é o alegado «perigo» de «uma nova Cuba», mas bem pelo contrário a persistência de governos militares, de extrema-direita, a ingerência norte-americana e a tentativa de resolução pelas armas de conflitos políticos.

Ao contrário do que se tem procurado fazer crer, a Nicarágua — uma vez que termine a ingerência externa — está em muito melhores condições de garantir a paz e a democracia, pois esse é o objectivo do governo sandinista.

Mas a paz na América Central, se passa necessariamente pelo fim dos conflitos armados, passa igualmente pela democratização de países que já hoje se afirmam como democracias, mas onde os direitos do homem, as liberdades, as condições

A confiança no futuro é muito mais do que uma esperança de quantos se batem pela paz, a liberdade e a democracia; é uma certeza. A certeza de que os caminhos do diálogo e da paz, por difíceis que sejam, são os únicos que levam a bom porto. A cimeira centro-americana há dias realizada em El Salvador, país em guerra, testemunha quanto a vontade política pode contribuir para a resolução dos problemas nacionais e regionais



por evidenciar as profundas divergências existentes entre as diversas partes, para finalmente acabar num acordo, o que nem sequer é inédito, a cimeira assentou uma vez mais em torno das questões nicaraguenses e salvadorenhas (sem dúvida os casos mais delicados, mas não de forma alguma os únicos a exigir soluções na problemática centro-americana) e chegou ao consenso (mais uma vez) devido à abertura da Nicarágua e à flexibilidade das suas posições.

Tanto assim é que parte importante do acordo se reporta a medidas a implementar pelo governo sandinista, incluindo a antecipação das eleições presidenciais, parlamentares e municipais para Fevereiro do próximo ano, em vez da sua realização em Novembro, como estava previsto, bem como novos passos no «processo de democratiza-

dos «contras» sediados nas Honduras. No que se refere a este último aspecto, os presidentes comprometeram-se a elaborar, num prazo de noventa dias, um plano conjunto para desarmar, repatriar ou encontrar um terceiro país disposto a receber os «contras».

Cabe referir, a propósito, as declarações de Óscar Arias, numa evidente alusão aos EUA: «aqueles que deram suporte à luta armada não podem hoje recusar o seu apoio para o repatriamento».

O presidente nicaraguense, Daniel Ortega, considerou o acordo como uma vitória do povo da Nicarágua, afirmando-se «orgulhoso de o ter representado nesta reunião histórica para todos os povos da América Central».

Também Óscar Arias manifestou a sua satisfação com os resultados alcançados, considerando que os

da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Não se trata, evidentemente, de uma simples formalidade, ou sequer de mais ou menos «regionalismo». O problema é que, estando a questão da verificação dos acordos a cargo dos próprios interessados, a Nicarágua, enquanto representante de uma opção política distinta da dos restantes governos, corre sempre o risco de ser posta em causa, ou seja, der acusada de não cumprir os compromissos assumidos em Esquipulas.

A recusa de deixar tal tarefa a cargo dos organismos internacionais surgiu de forma mais acentuada por parte de El Salvador que, a pretexto de que «os centro-americanos têm autoridade moral para eleger uma comissão que verifique esses compromissos», se bateu para evitar

meira. A questão que se coloca é a de saber se existem condições para que ele seja respeitado no seu país. A braços com uma guerra civil desde há longos anos, fortemente dependente dos EUA que investiram no país mais de três biliões de dólares e anunciaram já a disposição de aumentar essa ajuda este ano, o processo de democratização e pacificação de El Salvador está longe de se apresentar fácil.

A extrema-direita salvadorenha, com os seus tenebrosos «esquadrões da morte», apresenta-se como uma séria candidata à vitória da mascarada eleitoral prevista para Março. O processo só ganharia credibilidade a ser aceite a proposta da Frente Farabundo Martí (ver último número do Avante!) e a sua viabilidade é um facto, como ainda há dias foi reconhecido pelo candidato à presidência, Hugo Barrera, falando

de vida, são submetidos aos interesses da oligarquia interna e do imperialismo norte-americano.

É por isso que as decisões da cimeira de El Salvador, sendo importantes enquanto afirmação de independência regional face ao prepotente vizinho do norte, e enquanto afirmação da vontade de privilegiar a via do diálogo, estão longe ainda de ser uma garantia de que se pôs definitivamente termo a uma página negra da história da América Central.

As contradições internas de cada um dos cinco países centro-americanos não são fáceis de resolver, como não são fáceis de ultrapassar as divergências entre eles. Para tal é necessária vontade política e capacidade de resolução. O tempo dirá se estes dois factores existem na necessária medida dos objectivos de paz. ■

As «democracias» da América Central

Os acordos de Esquipulas II, assinados na Guatemala em Agosto de 1987, falam da necessidade de diálogo nacional, de amnistia para os presos políticos, de eleições livres, pluralismo, liberdade de imprensa.

Falam dos caminhos da paz, apontando para tal o fim do recurso às armas na resolução dos conflitos internos, da ingerência externa, da existência de bases militares estrangeiras, da utilização do território de cada um deles para ataques aos outros.

Falam do respeito pelos direitos humanos, da necessidade de instauração, defesa e consolidação da democracia.

Para a generalidade da imprensa, tais questões dizem sobretudo respeito à Nicarágua. No pressuposto, infelizmente falso, de que na Guatemala, em El Salvador, nas Honduras e na Costa Rica a democracia é já uma realidade.

Nada está mais longe da verdade.

Vale a pena avivar a memória, sem pretensões de esgotar a listagem dos factos que comprovam a negra realidade desses países.

Da **Guatemala**, sede dos acordos de paz, em Esquipulas, dizia em Outubro último a amnistia Internacional: É o país onde as autoridades utilizam grupos como os «esquadrões da morte» para actividades repressivas: prisões arbitrárias, torturas, «desaparecimentos», execuções extra-judiciárias. Não há presos políticos neste país **estão mortos**. Por exemplo, nos primeiros seis meses de 1988, registaram-se cento e vinte seis assassinatos e oitenta e dois «desaparecimentos».

Da Guatemala diz ainda o jornal «Prensa Libre» que «é o lugar do planeta onde se viola brutal e constantemente o espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem». Desde 1980, registaram-se

entre cinquenta e setenta mil assassinatos ou «desaparecimentos»; mais de cem mil pessoas fugiram do país; quatrocentas e quarenta casas de aldeia foram arrasadas e sessenta mil camponeses concentrados pelos militares em «aldeias modelo».

Em Janeiro, o governo classificou os membros do Grupo de Ajuda Mútua, que defende os direitos do homem, como «idiotas» úteis aos guerrilheiros da União Revolucionária Nacional Guatemalteca.

E, entretanto, a comunidade internacional acredita num desenvolvimento democrático, como afirmava recentemente um bispo sueco!

Em **El Salvador**, o governo democrata-cristão de Napoleon



Duarte (agora a chegar ao fim do seu mandato), é o melhor exemplo do fracasso do modelo de Reagan de «democracia» para a América Central.

A ajuda militar norte-americana ao exército salvadoreño, verdadeiramente impressionante, não conseguiu pôr termo à actividade dos patriotas da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. A par da guerra civil, a violência das forças

governamentais e para-militares, dos «esquadrões da morte», as prisões e as torturas, a degradação constante do nível de vida, tornaram-se no quotidiano do país.

As tentativas para levar a cabo um «diálogo nacional» têm fracasado, dada a resistência governamental e das forças de extrema-direita às propostas dos guerrilheiros e organizações democráticas. Em Outubro do ano passado, a Amnis-

tia Internacional denunciava «uma nova vaga de assassinatos e de torturas». Em 1987, tinha dado conta da existência, em média, de doze cadáveres por mês; em 1988, três vezes mais.

Nas **Honduras**, país internacionalmente considerado como base militar «natural» nicaraguenses nos últimos anos mais não fez do que agravar e degradar as débeis bases da «democracia» formal existente.

Sob o «democrático» governo do presidente José Azcona Hoyos, o tristemente célebre «batalhão 3-15» do recentemente assassinado general Alvarez Martinez funciona como um autêntico «esquadrão da morte». As ameaças de morte pesam sobre todos os dirigentes políticos, sindicais e de organizações sociais, incluindo o Comité de Defesa dos Direitos Humanos.

Para entrar na lista negra do «batalhão 3-15», basta tomar posição pública contra as bases militares norte-americanas, dos «contras», denunciar as «execuções extra-judiciais» praticadas pela força de segurança pública, a polícia e o departamento nacional de investigações — a que foram atribuídos cento e sete assassinatos —, ou a violação dos direitos humanos.

Na **Costa Rica**, onde presidente Óscar Arias, o autor dos acordos de Esquipulas e Prémio Nobel da Paz, a democracia está longe de ser uma realidade. Basta dizer que as próprias autoridades reconhecem que entre setecentas a mil crianças, entre os doze e os dezasseis anos, na maior parte dos casos sem terem sido julgadas, estão encarceradas em prisões para adultos.

Como se vê, de direitos humanos e de democracia muito há ainda por fazer, e não exclusivamente na Nicarágua, como tantas vezes se pretende.

A paz na América Central passa por todos estes países, pelas alterações necessárias a uma efectiva democracia. ■



Democracia formal existe em quase todos os países; daí à realidade vai muitas vezes um abismo, como tragicamente ilustra o constante desrespeito pelos direitos humanos na América Central

Quem disse?

Andamos nós a brincar com estas coisas, espantando-nos a credibilidade da gente, e, quando damos por ela..., dizemos para os nossos botões que o melhor era ficar calados.

Já perceberam. Falamos do terramoto anunciado, propagado e, incrível, temido. Veio a vidente e disse que sim, àquela hora daquele dia. Vieram os jornais e ajudaram a adubar. Veio o vento, e a «boca» rapidamente se espalhou. Ia haver terramoto. A cidade tomou-se de pânico. Agora, todos se riem e ninguém admite ter sentido as costas arrepiarem-se. Mas atenção, que houve mesmo alguns sismos. O Sporting perdeu em Alvalade; no Porto anda tudo à batatada; um petroleiro tentou entrar por Porto Brandão adentro. Mas o pior, o terramoto foi que a inflação continua a ir por aí acima.

E houve quem não acreditasse na vidente. Quando se estava mesmo a ver.

Vá à Ideal, sr. ministro!

O recado serve para ambos. Tanto o sr. ministro da Indústria e Tecnologia como sr. ministro do Emprego podiam passar pela empresa **Ideal**, unidade de malhas e fição de Coimbra, onde, no momento em que o nosso jornal segue para a máquina, ainda não foi pago o subsídio de Natal, estando 600 trabalhadores a viver um clima de insegurança e de instabilidade. Sem papas na língua, o sector têxtil de Coimbra do PCP comenta a situação, avança algumas interrogações e sublinha o papel da unidade dos trabalhadores, referindo: Esta empresa de grande dimensão tem vivido nos últimos anos à custa de

empréstimos, segundo os patrões. Mas porquê? Investimentos de grande monta no sector não se têm verificado. Para onde tem ido o dinheiro? Será que têm vendido o artigo a baixo do custo? Tal situação só poderá acontecer pela má gestão, da qual não se podem imputar culpas aos trabalhadores... Estes, como componente social e parte integrante da empresa, têm o direito de serem esclarecidos sobre o seu futuro. É ou não verdade que muita mercadoria está a ser vendida ao desbarato com 30% de redução do seu

preço, levando isto à descapitalização da empresa? É ou não verdade que a «Ideal» já perdeu dois dos seus melhores clientes, um português e outro estrangeiro? E fala-se na elevada carteira de encomendas para a qual a empresa não está a ter capacidade de resposta... Existe uma grande dificuldade de acesso à matéria-prima, estando por isso, e principalmente na fição, a trabalhar-se abaixo do normal e com baixas qualidades de fio. O que já foi feito para alterar tal situação? Qual o verdadeiro montante da dívida da «Ideal»? Fala-se também da proposta do principal credor, o BPA, de perdão dos juros no montante de 70%, e que quase todos os restantes aceitaram. A antiguidade, experiência e qualificação dos trabalhadores da empresa, a existência de carteira de encomendas e ainda o sustento dos trabalhadores exige que esta empresa seja viabilizada, não se podendo aqui alhear o Governo, através dos Ministérios da Indústria e Tecnologia e do Emprego, num concelho já de si pobre em termos industriais, nem mesmo os órgãos regionais e locais podem abster-se ou fechar os olhos...

Culpas

Segundo revela o «Manichi Shimbun», um dos principais diários de Tóquio, o antigo presidente dos Estados Unidos da América, Harry Truman, deu ordens secretas para que o falecido imperador japonês Hirohito fosse poupado das acusações de crimes de guerra. George Lazarus, um ex-oficial dos «Marines» hoje com 73 anos, foi encarregado da «operação» e é o próprio que conta, ao jornal japonês, o seu encontro secreto em 1947 com o almirante Tojo, que chefiou o Governo de Tóquio durante a maior parte do período de guerra entre EUA e Japão e se encontrava preso, procurando convencê-lo que «o último serviço que poderia prestar ao seu imperador e ao Japão seria assumir toda a responsabilidade pela política de guerra, para salvar Hirohito e morrer como um herói». Lazarus acrescenta que o almirante Tojo sorriu quando lhe explicou que este sacrifício não lhe salvaria a vida, mas que um dia o seu segredo seria revelado ao mundo. Mundo que, esta semana, assiste às homenagens solenes a um homem que só não é criminoso de guerra porque o presidente Truman o encobriu. A Truman convinha mais descobrir inimigos entre os seus próprios aliados, com quem tinha derrotado a besta nazi-fascista, iniciando, na mesma altura em que absolvía Hirohito, a sua célebre campanha anti-soviética...

Pontos Cardeais

Gazetilha

por Ignotus Sum

«A arte de informar»

Quando Octávio Pato olhava sorrindo, o telejornal, por ele soube, afinal, que era em Moscovo que estava...

Ele há coisas bestiais! Octávio Pato até crê coitado, que sabe mais do que o jornal da TV...

O rali dos vírus

Os ministros são uns pontos! A Beleza, meus senhores com os modos mais naturais gasta milhares de contos em carros para os gestores amigos, dos hospitais...

Entre nós Saúde é má? Mas que é que o negará? Podemos dizer, em suma, que é uma Saúde avançada: ela é bera — mas é uma Saúde... motorizada...

É fartar ministragem!

Dos seus ministros, à puridade, o Cavaco orgulhoso fala com a vaidade de um papá baboso...

Pode a Saúde ser tratada com dureza pode cheio de peste andar o vento mas a sua Beleza é um portanto!

E o Cadilhe? Ignoram os maldizentes a generosidade que o impele. O Cavaco, entre dentes, jura por Deus que põe as mãos por ele.

E o Barreto? Ah, esse é grande figura do «lindo» mostruário. Fica a dever-lhe muito a agricultura e ganha pouco porque é um missionário...

Mas vivem tefe-tefe. Segurança, não têm Todos têm o apoio do chefe mas o chefe não tem o apoio de ninguém...

Ninguém quer!

Legal, moralmente, bem? Eu fico sem perceber por que Cadilhe não tem ninguém para o defender...

Eu cá digo-o sem acinte somente como curioso: pode qualquer contribuinte ser defensor oficioso...

O imposto beija as mãos de todos os cidadãos... ... e perante este zum-zum que a RTP perfilhe como é que não há nenhum que vá defender Cadilhe?...

Ou não, ou sopas...

Eis chegada a hora de ser coerente ou de dar o fora a tremer o dente...

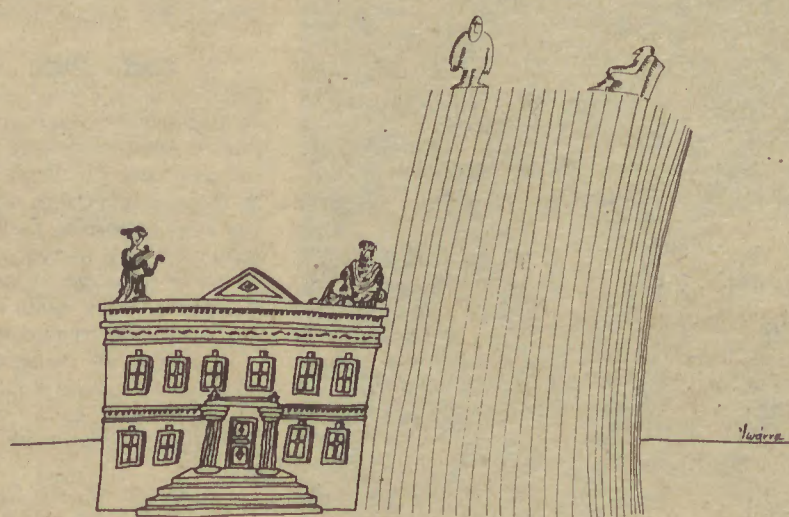
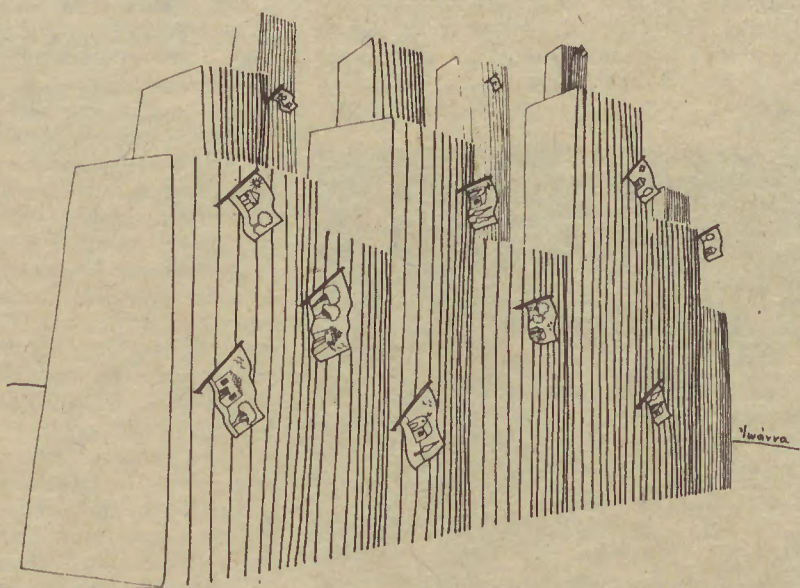
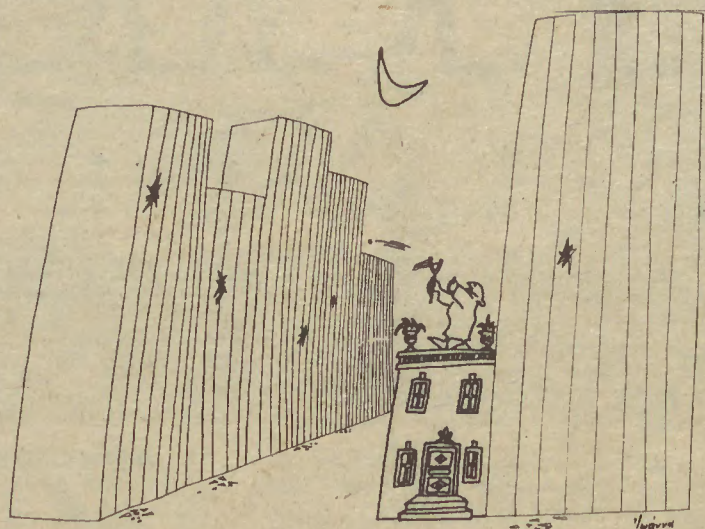
Palavras bonitas sem valor real são fitas, são fitas, mas de Carnaval...

Vencer a direita na desunião? Mas quem se aproveita desta confusão?

Quem com o Cavaco joga no bilhar com o mesmo tato, algo está a tramar...

Esse tal que tem «discurso real» pode falar bem mas acaba mal...

Cavaco prá rua? Com o povo eu acho: não andes na lua anda cá pra baixo...



Agenda

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 791

23 de Fevereiro de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta 23

• SINTRA

Reuniões preparatórias da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Sintra: plenário da organização de Belas — às 21.00 no Centro de Trabalho; das freguesias de Santa Maria e S. Martinho — às 21.30 no CT de Sintra; da célula do Bairro B. J. Caraca — às 21.00 no CT do Algueirão.

• PORTO

Reuniões preparatórias da 2.ª Assembleia da ORP: assembleia plenária da organização dos Quadros Técnicos — às 21.30 no CT da Boavista; da organização da freguesia de Massarelos — às 21.30 no CT da Boavista.

• LISBOA

Reuniões preparatórias da 2.ª Assembleia da OLL: plenário de empresas da Zona Ocidental — às 18.30 no CT de Alcântara; da célula da Quimigal — às 18.30 no CT de Alcântara; da célula da Luso-Fármaco — às 18.30 no CT de Santos; de militantes da freguesia da Graça — às 21.30 no CT da Graça.

Sexta 24

• VILA REAL

Ações de esclarecimento e propaganda da CDU nas feiras de Alijó e de Vila Pouca.

• PORTO

Distrito do Porto 1992 — Desenvolvimento económico e social em questão: debate promovido pelo Grupo Comunista e Afins do PE e pela CDU/Porto. As 21.30 no Hotel Tuella.

Reuniões preparatórias da 2.ª Assembleia da ORP no concelho do Porto: assembleia plenária das organizações da Foz e Nevogilde — às 21.30 no CT da Foz; de Miragaia — às 21.30 no CT das



JORNADAS DE REFLEXÃO E DEBATE SOBRE A CIDADE

LISBOA

25 E 26 DE FEV. DE 1989

AULA MAGNA DO ISCTE

(INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA)
AV. DAS FORÇAS ARMADAS (ENTRECAMPOS)

Secções

1. Planeamento — A cidade e a Região
2. Habitação e Equipamentos colectivos
3. Reabilitação do Património Cultural Edificado
4. Política Cultural e Desportiva
5. Juventude

Sessões das 10.30 às 13.00 e das 15.00 às 18.30 horas

zonas ribeirinhas; da Sé — às 21.30 no CT Barão de S. Cosme; da célula da EDP — às 21.30, CT da Boavista; dos TLP — às 18.00, CT da Boavista; da Função Pública — às 17.30 no CT da Rua do Almada; dos professores do Ensino Superior — às 21.30, no CT da Boavista; das associações de amizade — às 21.30 no CT da Boavista.

Reuniões preparatórias noutros concelhos do distrito do Porto: em Matosinhos, da organização do Padrão — às 21.30 na escola do Seixo; em Penafiel, da organização de Boelhe — às 21.00, no salão da Junta de Freguesia; em St.º Tirso, da organização da Trofa — às 21.00, na escola primária do Paranhos; da organização da Póvoa de Varzim — 21.30, CT da Póvoa; em Gondomar, da organização de Fânzeres/Noé — às 21.30 no CT de Fânzeres; das organizações de S. Cosme, Interforma e Gondomarinho — às 21.30 no CT de S. Cosme; da organização CM/SMEAS — às 18.00 no CT de S. Cosme; em Valongo, das organizações de freguesia de Ermesinde e Alfena — às 21.30 no CT de Ermesinde.

• LISBOA

Reuniões preparatórias da 2.ª Assem-

bleia da OLL: de militantes da freguesia de Arroios — às 21.00 no CT de Arroios; de Alfama — às 21.30 no CT de Alfama; do Bairro Alto — às 21.30 no CT de Santos; da freguesia de Benfica, para eleição de delegados — às 21.00 no CT de Benfica.

• SINTRA

Reuniões preparatórias da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia: plenário de militantes de S. João das Lampas — às 21.00 no CT; de Colares — às 21.00 no CT; da célula da Motra — às 18.30 no CT do Cacém; do Bairro de Morés/Algueirão — às 21.00 no CT de Algueirão; das células de bairro de Queluz — às 21.00 no CT de Queluz.

Sábado 25

• LISBOA

Jornadas de Reflexão e Debate sobre a Cidade organizadas pela CDU/Lisboa — hoje e amanhã na Aula Magna do ISCTE (Inst. Sup. de Ciências do Trabalho e da Empresa), Av. das Forças Armadas.

Debate sobre a Frente Sindical promovido pelo sector da Função Pública da OLL — a partir das 10.00 no CT do Chiado.

Plenário da célula do «Diário de Lisboa», preparatório da 2.ª Assembleia da OLL — às 16.00 no CT do Chiado.

• PORTO

Assembleia da Organização de Freguesia de Ramalde — a partir das 15.00 no CT de Ramalde.

Reuniões preparatórias da 2.ª Assembleia da ORP no concelho do Porto: do sector da Saúde — às 15.00 no CT da Boavista; de Diversos — às 15.00 no CT da Boavista; das células da TAP, CTT e RN — às 15.00 no CT da Boavista.

Reuniões preparatórias noutros concelhos: em Matos-

inhos, da organização de Custóias — às 15.00 no CT de Custóias; da Senhora da Hora — às 15.00, no CT da Sr.ª da Hora; da organização de Penafiel — às 15.00, na escola primária P3; de Paredes — às 15.00, no CT de Paredes; em Lordelo, da organização de freguesia de Lordelo — às 15.00 no CT da R. da Mouteira, 71, 1.º; da organização de Santo Tirso — às 15.00 no CT; de Vila das Aves — às 21.30 no CT; de Vila do Conde — às 15.00 no CT; na Maia, da organização de Areosa — às 21.30, no CT da Areosa, e da Maia/Interior — às 15.00 no CT da Maia; em Gondomar, da organização de S. Pedro da Cova — às 21.30, no CT de S. Pedro da Cova; em Valongo, das organizações de Campo, Sobrado e Empresas — às 15.00 no CT de Campo; da organização de Amarante — às 15.00 no CT de Amarante.

• SINTRA

Reuniões preparatórias da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia: da célula de Mercês-Algueirão — às 16.00 na Garagem; do Bairro Orça/Algueirão — às 15.30 no CT de Algueirão; da célula da Adreta — às 15.00 no CT Algueirão; plenário da freguesia de S. Pedro — às 16.00, na URCA (às 13.00 almoço-conívio); plenário das células de Massamá, Monte Abraão e 1.º de Maio — às 16.00 no CT de Queluz; da freguesia de Montelavar — às 17.00 no CT de Montelavar; da freguesia do Cacém — às 21.00, no salão da Junta de Freguesia; da freguesia de Terrugem — às 21.00 no CT de Terrugem.

• OLHÃO

Reunião geral de militantes — a partir das 15.30 no Centro de Trabalho.

Domingo 26

• MONTIJO

V Assembleia da Organização Concelhia do Montijo. Na Montiagri a partir das 10.00. As 16.00, intervenções dos camaradas Manuel Sobral, da Comissão Política, e Barros Moura, deputado no Parlamento Europeu.

• FARO

Plenário Distrital da CDU para preparação das próximas eleições autárquicas e para o Parlamento



Assembleias de Organização

V Assembleia da Organização Concelhia do Montijo

Domingo — 10.00 — Montiagri

Assembleia da Organização da Freguesia de Ramalde

Sábado — 15.00 — CT Ramalde/Porto

Europeu. A partir das 10.00, na sala da Assembleia Distrital, com a participação de Carlos Luís Figueira (PCP), Luís Catarino (ID), um representante de «Os Verdes» e Joaquim Miranda (PE).

ção de Lousada — às 9.30, no CT de Lousada; em Gondomar, da organização de Baguim — às 9.30 no CT de Baguim.

Carvalho, do CC, chefe de redacção do «Avante!». A partir das 21.30 no CT da Boavista.

trabalho que hoje e amanhã faz ao distrito. Às 21.30 na Biblioteca Municipal.

• LISBOA

Reunião preparatória da 2.ª Assembleia da OLL: do sector Escritórios, com eleição de delegados, a partir das 19.00 no CT da Duque de Loulé.

• QUELUZ

Reunião da célula da Icosal, preparatória da 2.ª Assembleia da Org. Concelhia de Sintra — às 18.00, no CT de Queluz.

• AVEIRO

Sessão pública promovida pelo Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu, com a participação de Joaquim Miranda, deputado no Parlamento Europeu, integrada na visita de

• LISBOA

Reuniões preparatórias da 2.ª Assembleia da OLL: da célula da INCM — às 17.30 no CT Chiado; na Tepclima — às 18.30 nas instalações da empresa; da organização de freguesia de Carnide, para eleição de delegados — às 21.00; da freguesia de Arroios — às 21.00 no CT de Arroios.

• QUELUZ

Reunião da organização de Reformados de Queluz, preparatória da 2.ª Ass. da Org. Concelhia de Sintra — às 16.00 no CT.

JCP Encontro Nacional do Secundário

Integrado na preparação do 3.º Congresso da JCP (15 e 16 de Abril), realiza-se no domingo, dia 26, a partir das 10 horas, nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara (Lisboa), um Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP, que tem por objectivo discutir orientações de trabalho dos jovens comunistas nas escolas secundárias, quer a nível da sua intervenção no movimento estudantil, quer no que diz respeito às questões da JCP e organização.



BALÁZS-PIRI, Hungria. Grande prémio do XVI Salon Internacional de Humor (Montreal, Canadá, 1979)

TV O Programa

Quinta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Brega e Chique (64.º Epis.)
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Ilha da Fantasia (19.º Epis.)
14.15 – Os Olhos do Dragão (2.º Epis.)
14.40 – No Mundo da Ciência
15.05 – Programa Musical
16.05 – Animais de África (17.º Epis.)
16.30 – Ponto Por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Falar Português
20.20 – Passerelle (98.º Epis.)
20.55 – Mobil, nos Caminhos de Portugal



21.10 – A Filha é Minha (série, 1.º Epis.)
22.10 – Canto Alegre
23.10 – 24 Horas
23.40 – Remate.

RTP2

15.00 – Desenhos Animados
15.15 – Campeonato do Mundo de Andebol
17.45 – Sinhá Moça (Telenovela, 5.º Epis.)
18.20 – A Malta de Bronx (15.º Epis.)
19.20 – Music Box (Europeu Top 40)
20.10 – No Limiar da realidade (49.º Epis.)
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude (74.º Epis.)
21.55 – Sinais do Tempo
22.55 – Hitchcock apresenta...

Sexta

RTP1

9.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Brega e Chique

13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Chateaufallon (12.º Epis.)
14.25 – Imagem e Imagens
15.05 – Programa Musical
16.05 – Animais de África
16.35 – Ponto Por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Falar Português
20.20 – Passerelle
20.55 – Telemundo
21.20 – Teatro
23.00 – 24 Horas
23.30 – Remate
23.45 – Pela Noite Dentro: «Perigo e Paixão no Extremo Oriente».
Real. John Duigan (Austrália/1985, 102 min., inédito em Portugal).

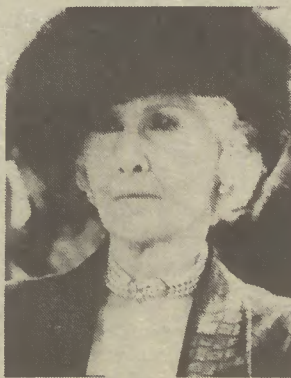
RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Agora, Escolha
16.55 – Sinhá Moça
17.35 – Trinta Minutos Com...
18.00 – Vestígios (5.º Epis.)
19.00 – Music Box (Rocking in the UK)
19.55 – Os Intocáveis (série, 1.º Epis.)
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude
21.55 – Café Central
22.50 – Os Prazeres e as Sombras (6.º Epis.)
23.45 – Rotações.

Sábado

RTP1

9.00 – Juventude e Família (A Família Robinson, Desporto e Ciência, Era Uma Vez a Vida, O Safari do João Valentão, O Grande Pagode, Sebastião na CEE, Get Smart)
11.55 – Seis Grandes Maestros (4.º prog. — Lauro Von Maticic)
13.00 – Notícias
13.10 – Os Espectaculares Recordes Guinness
13.35 – Parlamento
14.05 – Sessão da Tarde: «O Grande Dilema». Real. Jerry Jameson (EUA/1985, 96 min., inédito em Portugal)
15.40 – Vivamúsica
16.25 – Filmezinho
16.30 – Crime, disse ela (8.º Epis.)
17.25 – No Tempo em que você nasceu (2.º prog.)
19.10 – Sete Folhas
19.45 – Totoloto
20.00 – Jornal de Sábado
21.30 – Fantástico
22.30 – Filmezinho



22.45 – Pássaros Feridos (Série, 1.º Epis.)
23.45 – Cinema da Meia-Noite: «Carrie». Real. Brian de Palm (EUA/1976, 98 min.).

RTP2

9.00 – Compacto Music Box
11.40 – A Nossa Turma
12.50 – Compacto Brega e Chique
16.00 – Estádio
19.30 – Magazine de Cinema
20.00 – Music Box (Paul Young Special)
20.50 – Elogio da Leitura
21.15 – Nucleo Zero (série, 3.º Epis.)
22.10 – Concorde, ou Talvez Não
23.45 – Basquetebol Internacional.

Domingo

RTP1

9.00 – Juventude e Família (A Floresta, A Alegria da Europa, Uma Pequena Maravilha)
11.15 – Missa
12.05 – 70 X 7
12.30 – TV Rural
13.00 – Notícias
13.10 – Os Amigos de Gaspar
14.40 – Estudo
15.05 – Primeira Matinée: «A Alvorada Vermelha». Real. Edgar G. Ulmer (EUA/1955, 82 min.)
16.50 – Clube de Amigos Disney
19.00 – O Justiciero
20.00 – Jornal de Domingo
20.35 – Alf. Uma Coisa do Outro Mundo
21.05 – Deseja-me Sorte (8.º Epis.)
22.10 – Filmezinho
22.15 – Domingo Desportivo.

RTP2

9.00 – Music Box
10.00 – Troféu
13.00 – Caminhos

13.30 – Novos Horizontes
14.00 – Troféu
17.00 – Idelas e Negócios
17.50 – A Bela e o Monstro
18.45 – Século XX («Apartheid — Hoje/Ainda/Porquê?» — 3.º Epis.)
19.30 – Primeiro Andamento
20.00 – Quem Sai Aos Seus
20.25 – Artes e Letras — Franz Kafka
21.25 – Cineclube: «Viram a Minha Noiva?». Real. Douglas Sirk (EUA/1951, 89 min.)
23.00 – Som da Surpresa.

Segunda

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Brega e Chique
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – O Império de Carson (33.º epis.)
14.15 – Um Amigo Especial (34.º epis.)
14.40 – Animais
15.05 – Musical
16.05 – Animais de África
16.35 – Ponto Por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Passerelle
20.55 – Shaka Zulu (Série — 3.º e 4.º epis.)
22.30 – A Grande Aventura (3.º epis.)
23.20 – 24 Horas
23.50 – Remate.

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas (165.º epis.)
15.25 – Agora, Escolha!
16.55 – Sinhá Moça
17.30 – Trinta Minutos Com...
18.00 – Uma Questão de Tempo (telefilme)
19.00 – Music Box Especial
19.55 – Os Intocáveis
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude
22.00 – Conta Corrente
22.25 – Teatro Estrangeiro «O General do Diabo», de Carl Zuckmayer (RFA).

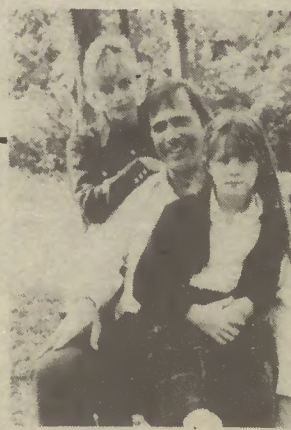
Terça

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Brega e Chique
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Dallas (19.º epis.)
14.15 – Os Super-Gatos
14.40 – Que Profissão? «Arquitecto»
15.00 – Rallye de Portugal
16.05 – Animais de África
16.35 – Ponto Por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.13 – Falar Português
20.20 – Passerelle
20.55 – Modelo e Detective
21.55 – Primeira Página
22.45 – Os Prémios Nobel «Rudyard Kipling»
23.15 – 24 Horas
23.45 – Rallye de Portugal
00.45 – Remate.

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Elogio da Leitura
15.50 – Primeiro Andamento
16.30 – Lá em Casa Tudo Bem



Filmes

«Perigo e Paixão no Extremo Oriente» — 6.º, 23.45, RTP1
«O Grande Dilema» — sáb., 14.15, RTP-1
«Carrie» — sáb., 23.35, RTP-1
«A Alvorada Vermelha» — dom., 15.05, RTP-1
«Viram a Minha Noiva?» — dom., 21.30, RTP-2
«Amor e Preconceito» — 3.º, 22.00, RTP-2
«Annie Hall» — 4.º, 21.30, RTP-1

Música

Quinta

15.05, RTP-1
19.20, RTP-2: Music Box

Sexta

15.05, RTP-1
19.00, RTP-2: Music Box

Sábado

09.00, RTP-2: Compacto Music Box
11.55, RTP-1: Seis Grandes Maestros — Lauro von Maticic
15.45, RTP-1: Vivamúsica
20.00, RTP-2: Music Box (Power Hour)

Domingo

09.00, RTP-2: Music Box
19.35, RTP-1: Primeiro Andamento
20.00, RTP-2: Som da Surpresa

Segunda

19.30, RTP-2: Music Box Especial

Terça

18.20, RTP-2: Music Box (Via Rápida)
19.20, RTP-2: Music Box (Off the Wall)

Quarta

22.40, RTP-2: Magazine Musical

Desporto

Remate — RTP 1, 5.ª (23.40), 6.ª (23.30), 2.ª (00.05), 3.ª (24.00) e 4.ª (00.25)
Rotações — RTP-2, 6.ª, 23.45
Estádio — RTP-2, sáb., 16.00
Basquetebol — RTP-2, sáb., 23.40
Troféu — RTP-2, dom., 10.00 e 14.00
Domingo Desportivo — RTP-1, 22.15
Andebol — RTP-2, 5.ª (15.15) e 4.ª (15.15)
Futebol — PSV-Real Madrid, RTP-2, 4.ª, 18.00

16.55 – Sinhá Moça
17.30 – Trinta Minutos Com...
18.00 – Music Box (Via Rápida)
19.00 – Music Box (Off the Wall)
19.55 – Os Intocáveis
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude (60.º epis.)
22.00 – Cinemadois: «Amor e Preconceito», real. Rainer Werner Fassbinder (RFA/1974, 134 minutos).

Quarta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Brega e Chique
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Fama (34.º epis.)
14.15 – A Minha Família e Outros Animais (6.º epis.)
14.40 – Festival de Gastronomia de Santarém
15.00 – Rallye de Portugal
16.05 – Animais de África

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Agora, Escolha!
16.55 – Sinhá Moça
17.35 – Trinta Minutos Com...
18.00 – Futebol
20.15 – No Limiar da Realidade
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude
21.55 – O Primo Basílio (Último epis.)
22.40 – Magazine Musical.

Teatro

• LISBOA

Clube Estefânia, R. Alexandre Braga, 24-A. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 18.00; dom. às 16.00. **Perversões**, de David Mamet, enc. Miguel Guilherme e José Pedro Gomes.

Ritz Clube, R. Glória. De 3.ª a dom. às 21.30. **O Baile**, adapt. e encen. Helder Costa, pelo Grupo A Barraca.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Romeu e Julieta**, de Shakespeare, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 20.30 e 23. dom. às 16.00 e 21.30. **Pijama para Seis**, de Marc Camoletti, enc. Carlos César.

Teatro do Bairro Alto (R. Ten. Raul Cascais, 1-A). De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Vida e Morte de Bamba**, de Lope de

Vega, enc. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Os Recrutados**, de Neil Simon, enc. João Mota, pela Comuna.

Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.45, sáb. e dom. também às 17.00. **A Voz Humana**, de Jean Cocteau, enc. Rogério de Carvalho, intérprete Isabel de Castro.

Teatro Ibérico, R. Xabregas, 54. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Orquídeas à Luz da Lua**, de Carlos Fuentes, enc. José Blanco Gil.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 20.30 e 23.00, dom. 16.00 e 21.30. **Enfim Sós**, de Carlos Cruz, José Duarte e Mário Zambujal, enc. Rui Mendes.

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Vasco Santana, Av. República/Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Habeas Corpus**, de Alan Bennett, enc. Luzia Maria Martins, pelo Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nenê**, de Alfonso Paso, enc. Francisco Nicholson.

• Para Crianças

Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24 (às Janelas Verdes). Sáb. e dom. às 16.00. **Pierrot e Arlequim**, de Almada Ne-

greiros, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Praça de Espanha — Sala 2. 6.ª e sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Carcasas, Pedro I, Príncipe Bezerro**, enc. João Brites, pelo Grupo de Teatro O Bando.

TIL (R. Leão de Oliveira, 1 — ao Calvário). Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Queria Chover**, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.

• PORTO

Teatro do Campo Alegre. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. **Henrique IV**, de Luigi Pirandello, enc. Ulysses Cruz, pelo Seiva Trupe.

• ESTORIL

Casino (Pr. J. Teodoro dos Santos). De 3.ª a dom. às 21.30. **Piaf**, de Pam Gems, enc. Flávio Rangel. Com Bibi Ferreira.

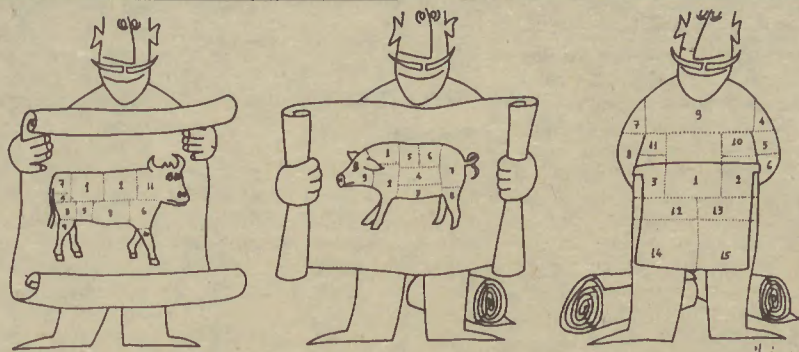
Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Assalto ao Arranha-Céus	★★★	★★★	—	★★★
B	Café Bagdad	★★	★★	★★★	★★★
C	A Luz	—	★★★★	★★★★	★★★★
D	Quem Tramou Roger Rabbit?	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
E	Tucker	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★

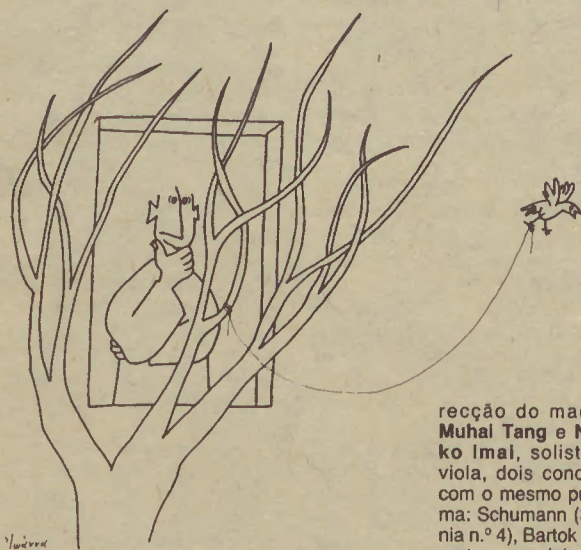
Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. John McTierhan — **Amoreiras/7** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15); **Gemini** (15.00, 18.15, 21.30); **Hollywood/2** (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) **Lisboa**.
 B — Real. Percy Adlon — **Quarteto/1** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.
 C — Real. Souleymane Cissé — **Quarteto/4** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 24.00) — **Lisboa**.
 D — Real. Robert Zemeckis — **Alfa/4** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); **Amoreiras/6** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00) — **Lisboa**.
 E — Real. F. F. Coppola — **Amoreiras/4** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15) — **Lisboa**.



...e ainda

Música, debates, etc.



Ópera

Aida, de Verdi, volta esta semana à cena em Lisboa, numa «récita popular» no Coliseu dos Recreios. Amanhã, sexta-feira, às 20.00. Mantém-se, entretanto, o espectáculo

anteriormente anunciado para o Porto, a realizar na terça-feira, 28, no Teatro Rívoli.

Música

Concertos na Gulbenkian: — pela **Orquestra Gulbenkian** com di-

recção do maestro **Muhal Tang e Nobuko Imai**, solista em viola, dois concertos com o mesmo programa: Schumann (Sinfonia n.º 4), Bartók (Concerto para viola e orquestra), Tchaikovsky (Sinfonia n.º 2). **Hoje** às 21.30 e **amanhã** às 18.30 no Grande Auditório; — pela soprano **Jill Feldman** e o cravista **Emer Buckley**, recital com obras de Monteverdi, Fescolbaldi, L. Rossi, M. Rossi e Handel — **segunda-feira**, 27, às 18.30 no Grande Auditório; — pelo pianista **David Allen-Wehr**, que interpretará obras de Haydn, J. Pozdro, Chopin e Liszt — **terça-feira**, 28, às 18.30, também no Grande Auditório.

Nesta mesma sala apresentar-se-á na próxima semana (sábado, dia 4 de Março), em concerto único, o famoso pianista soviético **Vladimir Askenazy**, com um repertório constituído por peças de Brahms e Schumann.

Outros concertos: — da **Nova Filarmónica Portuguesa** na Aula Magna em

Lisboa no dia 28 — às 12 e às 15 horas — e também no **Porto** (hoje, Palácio da Bolsa, 21.30 e amanhã, Auditório Carlos Alberto, 21.30), em **Matosinhos** (dia 25, salão nobre da Câmara Municipal, 21.30) e **Figueira da Foz** (dia 26, Casino, 17.30); — em **Beja** — hoje às 21.30, no salão nobre dos Paços do Concelho — concerto de homenagem a Fernando Pessoa com a participação de **Filomena Amaro** (soprano), **Oliveira Lopes** (barítono) e **Armando Vidal** (piano); — em **Setúbal** — sábado às 21.30, no salão nobre da Câmara — concerto integrada na III Temporada Musical do município com **Brígida Ferreira** (soprano), **Paulo Lameiro** (barítono) e **Afonso Malão e Maria João Albuquerque** (pianistas).

Referência especial merece o concerto que no próximo sábado vai ter lugar no Teatro S. Luiz em Lisboa, com início às 15.30 e entrada livre. Em cena vai estar a **Orquestra Sinfónica da RDP**, ameaçada de extinção. Este concerto vai ser transmitido directamente pela Antena-2 da RDP.

Cinema

O **ABC** leva a efeito na próxima sexta-feira às 18.45 no Quarteto mais uma sessão. Exibe-se **Em Busca da Verdade**, de Ingmar Bergman — sétimo título de um ciclo que lhe vem sendo dedicado, com os melhores

/mais esquecidos filmes que realizou.

Quanto à **Cinemateca**, esta semana pertence ainda inteiramente a **Gerard Philipe**, o grande actor francês dos anos 40 e 50, que protagoniza todos os filmes programados: — hoje, 18.30 **Souvenirs Perdus**, de Christian-Jacque (1950) e às 21.30, do mesmo realizador, **Fanfan La Tulipe** (1952); — amanhã, 18.30, **La Ronde**, de Max Ophüls (1950) e às 21.30 **Les Belles de Nuit**, de René Clair (1952); — sábado: às 15.30 de novo **Fanfan La Tulipe**, às 18.30 **Mr. Ripols**, de René Clement (1954) e às 21.30 **Le Diable au Corps**, de Autant-Lara; — segunda-feira, às 18.30, **Le Rouge et le Noir**, de Autant-Lara (1954) e às 21.30 **Montparnasse**, de Jacques Becker (1957); — terça-feira repetem-se **Montparnasse** e **Le Rouge et le Noir** (às 18.30 e 21.30, respectivamente).

— **Angelo de Sousa**, desenho, e **Ana Jotta**, pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Néri, 42. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20; sáb. e dom. das 10 às 19. Até 24/2.

— **Helena Mártires** — Gravura. Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 11 às 19 (até 3/3).

— **Imagens no Tempo** — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga (Rua das Janelas Verdes). Até Março.

— **Jena Christophe Espleux** — Aquarelas. Alliance Française, Rua Braamcamp, 13. De 2.ª a 6.ª das 10 às 20, sáb. das 15 às 18, (até 10/3).

— **Jorge Albuquerque** — Fotografia subaquática. Centro Port. Actividades Subaquáticas (Rua Alto do Duque, 45). De 2.ª a 6.ª, das 16 às 20 e das 21.30 às 24. Até fim de Fev.

— **José Manuel Soares** — Pintura. Galeria da Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade, 20. Das 17 às 24 (até 28/3).

— **Lençóis e Colchas de Chita de Alcobaça**. Palácio da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 5/3).

— **Lucio Muñoz** — Pintura. Gal. Exposições temporárias Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

— **Manuel Botelho** — Pintura Módulo, Calçada dos Mestres, 34. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 1/3).

• LISBOA

— **Alvaro Carneiro** — Escultura. Galeria Miron, R. do Mirante, 14, r/c, esq. De 3.ª a sáb. das 15 às 20 (até 27/2).

— **Alvaro Rosendo** — Fotografia. Ex-Monumental, Campo Mártires de Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15 às 19.30 (até 12/3).

— **Alvaro Lapa** — Desenhos. Gal. exposições temporárias, Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

— **Anabela Costa** — Esculturas de parede. Centro de Estudos Judiciários (Lg. Limoeiro). De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 19, sáb. e dom. das 15 às 19. Até 24/2.

— **Carlos Gordillo** — Pintura e desenho. Centro de Arte Moderna (Gulbenkian). De 3.ª a dom. das 10 às 17.

— **Celeste Mala** — Pintura. Gal. 11 (Campo Grande, 113). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30; sáb. das 10 às 13 (até 28/2).

— **Colectiva de escultura** (Cabrita Reia, Jan van Oost, Lili Dujourie, Ulrich Hondarsch). Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B (a S. Mamede). De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

— **Colectiva de tapeçaria**. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua

Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

— **«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro»** — no Museu Nacional do Teatro (estrada do Lumiar, 10), de 3.ª a dom., das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.

— **Eleanora Drummond** (Brasil) e **Max Forti** (Itália) — Escultura. Galeria de S. Mamede, R. Esc. Politécnica, 167 (até fim Fev.).

— **Emília Alves** — Tapeçaria. Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 36. De 2.ª a 6.ª das 9 às 13 e das 14 às 18 (até 28/2).

— **Helena Mártires** — Gravura. Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 11 às 19 (até 3/3).

— **Imagens no Tempo** — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga (Rua das Janelas Verdes). Até Março.

— **Jena Christophe Espleux** — Aquarelas. Alliance Française, Rua Braamcamp, 13. De 2.ª a 6.ª das 10 às 20, sáb. das 15 às 18, (até 10/3).

— **Jorge Albuquerque** — Fotografia subaquática. Centro Port. Actividades Subaquáticas (Rua Alto do Duque, 45). De 2.ª a 6.ª, das 16 às 20 e das 21.30 às 24. Até fim de Fev.

— **José Manuel Soares** — Pintura. Galeria da Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade, 20. Das 17 às 24 (até 28/3).

— **Lençóis e Colchas de Chita de Alcobaça**. Palácio da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 5/3).

— **Lucio Muñoz** — Pintura. Gal. Exposições temporárias Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

— **Manuel Botelho** — Pintura Módulo, Calçada dos Mestres, 34. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 1/3).

— **Pedro Calapez** — Pintura e desenho. Galeria de Exposições Temporárias do CAM, Fund. Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.00.

— **René Lalique, ourives e joalheiro** — Museu Calouste Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17. Até final de Abril.

— **Romy Castro** — Pintura. Gal. Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 25/2).

— **Sebastião Rodrigues** — Pintura. Gal. Lambertini (Av. Liberdade, 166). De 3.ª a sáb. das 15 às 20 (até 24/2).

— **Tendências da Arquitectura Portuguesa**



Pintura de Carlos Gordillo em últimos dias na Gulbenkian

sa — Desenhos, maquetas e fotografias de obras de Alvaro Siza, Hestnes Ferreira, Luiz Cunha, Manuel Vicente e Tomás Taveira. Galeria Almada Negreiros, Av. República, 16. De 3.ª a dom. das 10 às 20 (até 24/2).

— **Teresa Silva** — Desenho. Clube Cinquenta, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.ª. De 3.ª a 6.ª das 17 às 20; sáb. das 15 às 20 (até 8/3).

— **Traje popular nos arredores de Braga**, tapeçarias de **Vieira da Silva** e tecidos Batik de **Gudrun Stritzke** — Museu do Traje (Parque do Monteiro-Mor, P. do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17. Até 30/4, 28/2 e 28/2, respectivamente.

— **Virgílio Cadete** — «Lisboa», aquarelas. Clube dos Sargentos da Armada, Lg. Trindade Coelho, 21, 2.ª. De 2.ª a 6.ª das 13 às 14.30 e das 18 às 22; sáb. e dom. das 14 às 22 (até 12/3).

— **Vitor dos Reis** — Pintura. Gal. Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 28/2).

— **Zush** — Gravura. Módulo-Centro Difusor de Arte, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 1/3).

— **António Orlão** — Pintura. Gal. Roma e Pavia, R. D. Manuel II, 346-B. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 20 (até 28/2).

— **Francisco Laranjo** — Pintura. Gal. Nasosno, Rua Galeria de Paris, 68-60 (até 2/3).

— **Henrique Pichel** — Pintura. Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15 às 20.

— **Marques da Cruz** — Pintura. Gal. Quadrado Azul, R. de Costa Cabral, 777. Das 10 às 12 e das 15 às 22.

— **Vieira da Silva e Arpad Szenes** — Retrospectiva anos 30 a

80. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20 (até 2/4).

• OUTRAS LOCALIDADES

— **Helena Justino** — Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B. 6.ª, sáb. e dom. das 15 às 22.30 (até 24/2) — **ALMADA**.

— **Antoni Talpes** Artes gráficas. Até 24/3 — **ALMANSIL**.

— **Gravuras da colecção Gulbenkian** — Museu Rainha D. Leonor, até 26 de Fevereiro — **BEJA**.

— **Rocha Pinto** — Pintura. Gal. Vértice, Av. Eng. Amaro da Costa, 71-A. De 3.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 15/3) — **CASCAIS**.

— **Valente Alves** — Fotografia. Centro de Estudos de Fotografia, R. Padre António Vieira (edifício AAC), até 9/3 — **COIMBRA**.

— **Nadir Afonso** — Pintura. Até 26/2, Pousada de Santa Marinha — **GUIMARÃES**.

— **Teresa Ribeiro** — Pintura e tapeçaria. Casa do Adro/Museu Municipal. De 3.ª a 6.ª das 9 às 13.30 e das 14 às 17.30; sáb. e dom. das 10 às 17 (até 11/3).

— **Ralph Gibson** — Fotografia. Centro de Arte, Rua Alão de Moraes, 473 (até 28/2) — **S. JOÃO DA MADEIRA**.

— **Cornelia Dumarais** — Pintura. «O Outro Lado do Espelho», R. Dr. Alfredo Costa, 14. Das 15 às 19 (até 1/3) — **SINTRA**.

— **Edições de arte** — Gravuras de Vitor Pomar e fotografias de Jorge Martins. Casa-museu Alvaro de Campos, de 3.ª a sáb. das 15 às 19. Até 20/3 — **TAVIRA**.

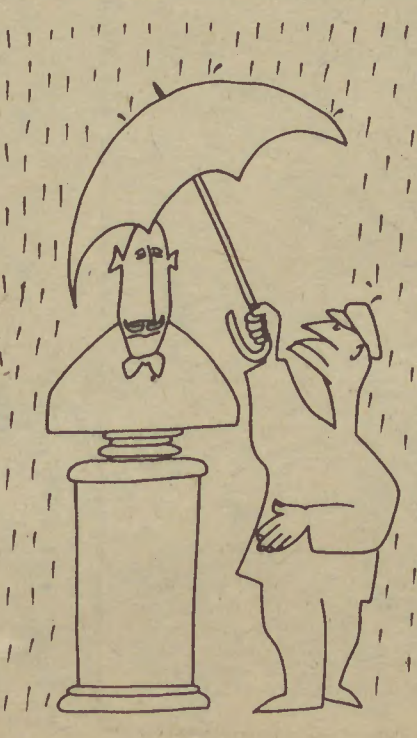
— **Colectiva de pintura** — Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19 — **TORRES VEDRAS**.

(Antevisão do Instituto de Meteorologia e Geofísica).

Tempo Fim de Semana



Céu geralmente muito nublado, vento moderado a forte de Noroeste e aguaceiros, mais fortes nas regiões do Norte e Centro.



a TV



Síntese semanal da IMPRENSA

Os estudantes do ensino secundário fizeram esta semana, e pela primeira vez, uma greve a nível nacional. A razão: a nova lei de acesso ao Ensino Superior. Uma iniciativa que começou por merecer pouco espaço nos jornais, mas que excedeu todas as expectativas ao concretizar-se. É caso para se dizer que foi superior este protesto do secundário; e que o ministério não pode fazer tábua rasa dos direitos dos estudantes.

Argumentos vazios

O Movimento de Estudantes Contra a Lei de Acesso ao Ensino Superior convocou uma greve de estudantes para o próximo dia 20, com concentração às 14 e 30 do mesmo dia junto ao Ministério da Educação, pela revogação daquele diploma.

Representantes daquele movimento, que nasceu por iniciativa das associações de estudantes das escolas secundárias António Arroio e Gil Vicente, ambas de Lisboa, consideraram em conferência de imprensa realizada ontem na primeira daquelas escolas, a lei «mera pornografia legislativa».

«É uma lei completamente desajustada ao ensino que temos, porque nos é imposta uma prova geral de acesso com bastante peso na nota final, que ninguém sabe o que vai ser e para a qual não fomos preparados», afirmaram elementos da mesa, na qual estavam representados, além das duas associações de estudantes, um grupo de alunos da secundária D. Pedro V, onde se tem desenvolvido grande actividade contra este novo regime, e a Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes.

Os alunos criticaram em primeiro lugar a forma como a lei apareceu em Outubro passado: sem terem sido ouvidas as associações de estudantes, como determina a lei 33/87; sem que o seu conteúdo tenha sido posto à discussão pública como determina a Lei de Bases do Sistema Educativo, sem consulta ao Conselho Nacional de Educação que deu posteriormente parecer negativo; o Conselho Consultivo da Juventude não deu parecer (de acordo com a mesa da conferência de imprensa) e o Conselho Nacional da Juventude também não foi ouvido, defendendo posteriormente a revogação do diploma.

Depois de o documento aprovado, um conjunto de escolas de Lisboa reuniu com dois representantes do Ministério da Educação «com o objectivo de pedir alguns esclarecimentos sobre a lei».

«A verdade é que ao fim de duas horas de discussão, os representantes do Ministério continuaram sem responder às perguntas dos estudantes, deixando transparecer um nervosismo que nada tinha de inocente; recusaram-se a dialogar, refugiando-se em argumentos técnicos e argumentos vazios».

Os alunos criticaram no Decreto-Lei 354/88, os aspectos já salientados como negativos no novo regime: o seu aparecimento depois de o ano lectivo já ter começado; o seu carácter elitista e discriminatório ao avaliar os alunos pela sua maturidade cultural, a que darão com certeza melhor resposta os alunos provenientes das camadas mais favorecidas, com melhor nível sócio-cultural.

Alunos da escola secundária D. Pedro V, estabelecimento escolhido pelo Ministério da Educação para realização dos testes da prova geral

de acesso, apontaram também outros aspectos pelos quais a prova em questão pode ser considerada discriminatória: o facto de ser muito mais acessível aos alunos de Humanísticas e de os textos terem uma forte carga ideológica.

(«Diário de Lisboa», 17.02.89)

Previsões excedidas

A contestação dos estudantes do ensino secundário ao decreto-lei que regula o acesso ao ensino superior traduziu-se ontem numa jornada de greve, efectuada em todo o País, que coincidiu com uma concentração junto ao Ministério da Educação.

Todas as previsões dos promotores da manifestação na Avenida 5 de Outubro foram excedidas, tendo-se juntado naquela artéria da capital muitos milhares de adolescentes, que tomaram posição favorável à suspensão do diploma, na rua, de forma mais ruidosa do que é habitual.

Um grupo de estudantes, representativo, essencialmente, das 65 escolas, que se associaram ao movimento contestatário foi recebido pelo chefe de gabinete do ministro da Educação, Mário Pupo Correia, que declarou ao «DN» a disponibilidade «para o diálogo» do gabinete de Roberto Carneiro.

No entanto, surgiram na 5 de Outubro mais estudantes, de cerca de duas dezenas de escolas, que não integravam inicialmente o grupo promotor da iniciativa, tendo um dos seus representantes integrado também a comissão que foi recebida no Ministério.

Alexandre Pereira, da António Arroio, disse tratar-se de «uma concentração única a nível nacional», recordando que «a lei entrou em vigor após a matrícula do 12.º ano», não tendo sido divulgados os critérios de aferição em cultura geral.

No entender daquele dirigente associativo estudantil, «nós, os estudantes, queremos participar na definição dos critérios de acesso ao ensino superior, conforme estipula a lei, pois nesta versão as associações de estudantes não foram ouvidas». A seu lado, uma aluna da Escola Secundária da Camarinha, em Setúbal, referiu que todas as escolas do seu distrito tinham, também, aderido ao processo.

Entretanto, na Guarda, os alunos do curso complementar da Escola Secundária da Sé paralisaram igualmente, no âmbito da greve, que atingiu, em numerosas escolas, os 100 por cento de adesão. Neste caso concreto, foram englobados 230 alunos. Na mesma cidade beirã, a Escola Secundária de Afonso de Albuquerque teve graus de paralisação variáveis, sendo mais significativos a nível do curso complementar, onde se aproximou dos 80 por cento.

A comissão de jovens da União dos Sindicatos de Lisboa, por seu turno, solidariou-se com os estudantes.

(«Diário de Notícias», 21.02.89)

«Com Carneiro no poleiro...»

«Queremos uma lei de gente, não de carneiro», era outra das frases agitadas. Por isso, os estudantes pediram para serem recebidos, como gente, pelo ministro Roberto Carneiro. Grande agitação — só podia subir uma delegação de cinco elementos e lá foram expor as suas reivindicações. A sua espera, não o ministro, mas o chefe do seu gabinete, Mário Pupo Correia.

A conversa foi bastante longa, como prova da abertura ao diálogo por parte da tutela, mas o resultados bastante imprecisos.

Segundo disse a «o diário» Mário Correia, o ME admite «introduzir melhorias e alterações ao regime de acesso, desde que tenha a garantia de que estas estudantes representam a opinião da maioria dos estudantes». No entanto, Mário Correia afirmou que «as alterações não podem pôr em causa o próprio sistema». Recorde-se que foi, precisamente, ontem que abriram as inscrições para a prova geral de acesso — uma das etapas a que os estudantes fazem mais críticas.

Por outro lado, Mário Correia recusou a acusação estudantil de que o diploma não tinha sido discutido e os estudantes não tinham sido ouvidos, sustentando que o ME possui cerca de 900 pareceres escritos sobre a matéria, entre os quais 55 de associações de estudantes.

Segundo Mário Correia, a maioria destes pareceres são positivos à lei de acesso ao ensino superior, o que naturalmente encoraja o Ministério da Educação a prosseguir com a sua posição e a não considerar a opinião das 65 escolas presentes na concentração — porque não sabe se tem representatividade — e os variados pareceres do CNJ, CCJ, CNE, trabalhadores-estudantes, sindicatos, professores.

O recente movimento dos mais variados sectores contra a lei de acesso poderá, eventualmente, conduzir a «alterações pontuais, se isso assentar numa base de opinião suficientemente alargada» — considera o ME.

Mas não é só em Lisboa que o movimento de estudantes contra a lei de acesso ao Ensino Superior tem vindo a crescer. Também em Coimbra, Aveiro, Porto, Braga, Covilhã, Setúbal e no Alentejo tem havido mais adesões a um primeiro alerta lançado pelas escolas secundárias António Arroio e Gil Vicente, segundo nos disse Alexandre Pereira, da António Arroio.

E, apesar das ameaças e dos impedimentos postos por alguns conselhos directivos à propaganda da greve e à distribuição de notas informativas (casos das escolas Rainha D. Leonor e D. Filipa de Lencastre), o dia de ontem foi de verdadeiro protesto, com acções diferenciadas, em todo o País.

Em Setúbal, cerca de 300 estudantes desfilarão pelas ruas da cidade e concentraram-se frente à delegação da Direcção-Geral do Ensino Superior, cantando o hino nacional, «Grândolo Vila Morena» e queimando um exemplar do decreto-lei sobre o acesso ao Ensino Superior.

Também em Coimbra, centenas de estudantes foram para a rua, gritando palavras de ordem e fazendo esclarecimentos à população.

«Com Carneiro no poleiro a malta vai para o galheiro» era uma das palavras de ordem dos estudantes do secundário, cujo movimento «se gerou espontaneamente na Escola D. Duarte e alastrou para as outras», afirmou um dos participantes.

O Governo, sempre tão enaltecedor do dinamismo da juventude, que se acautele, que está o feitiço a virar-se contra o feiticeiro...

(«o diário», 21.02.89)